



ACADEMIA MILITAR

A influência dos “média” em situações de alteração da ordem pública: Pontos de vista Policiais e dos Jornalistas

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Tomás Flecha Ruiz Marques da Silva

Orientador: Professora Doutora Ana Romão

Coorientador: Major de Infantaria da GNR Marco António Ferreira da Cruz

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho 2014



ACADEMIA MILITAR

A influência dos “média” em situações de alteração da ordem pública: Pontos de vista Policiais e dos Jornalistas

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Tomás Flecha Ruiz Marques da Silva

Orientador: Professora Doutora Ana Romão

Coorientador: Major de Infantaria da GNR Marco António Ferreira da Cruz

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho 2014

Dedicatória

Aos meus pais, irmãos e a todos os militares e polícias das forças de segurança.

Agradecimentos

A realização de um trabalho de investigação como este, exige um conjunto de desafios e dificuldades que não se tornariam possíveis de ultrapassar sem a disponibilidade, apoio, conhecimento e experiência de algumas pessoas.

Deste modo deixo expresso publicamente o meu apreço e agradecimento:

À orientadora Professora Doutora Ana Romão, pela disponibilidade, orientação e preciosos conselhos na elaboração do trabalho;

Ao coorientador Major Marco Cruz e Major Gonçalo de Carvalho que desde o início mostraram a sua disponibilidade, ajuda numa vertente prática da investigação e fornecimento de informações e contactos.

Ao Tenente-Coronel Armando Soares da Costa pela preciosa ajuda de forma voluntária, encaminhamento e ativo apoio sempre com a total disponibilidade mostrada.

Ao Comissário Tiago Gonçalves pelo constante auxílio prestado, tempo disponível, contactos realizados e acompanhamento.

Ao Professor e Jornalista José Vegar pelos conselhos, apoio e recomendações no âmbito da abordagem conceptual e entrevistas.

A Coronel António Paixão, Tenente-Coronel Pedro Oliveira, Tenente-Coronel Vítor Assunção, Capitão Gisela Pinto Meireles e Intendente Paulo Onofre pela disponibilidade para me receber e prestar informações fundamentais para a investigação.

À Sra. Rita Carvalho, Sra. Patrícia Matos, Sra. Sofia Piçarra, Sra. Valentina Marcelino, Sra. Rosa Pedroso Lima, Sra. Patrícia Cerdeira, Sr. Anselmo Crespo, Sr. Celso Paiva, Sr. João Alexandre pela pronta disponibilidade, conselhos e fornecimento de dados fulcrais nas entrevistas.

Ao Tenente-Coronel Moleirinho, enquanto diretor de curso, pela constante disponibilidade e compreensão durante o TPO.

Ao meu pai, mãe e irmão pelo incondicional apoio e compreensão durante o meu percurso na Academia Militar.

Ao Curso António da Costa e Silva pela amizade, ajuda e camaradagem ao longo de todo o curso de cinco anos.

Ao 19º Curso de Oficiais da Guarda Nacional Republicana da Academia Militar pelo apoio, amizade, compreensão e ajuda, fundamentais para a minha formação enquanto militar, mas acima de tudo, como homem.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram com conhecimento, informações ou conselhos para a realização do trabalho.

Resumo

Perante a crise que se vive em Portugal, são cada vez mais recorrentes as manifestações de desagrado e desaprovação perante medidas de austeridade.

Os Órgãos de Comunicação Social (OCS) surgem cada vez mais como um interveniente presente neste tipo de situações.

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) tem como tema: “A influência dos “média” em situações de alteração da ordem pública: Pontos de vista Policiais e dos Jornalistas”. O objetivo geral é compreender se a atuação dos média influencia as operações policiais das forças de segurança (FS) numa situação de ordem pública (OP).

Numa primeira parte faz-se o enquadramento teórico de suporte à investigação. Numa segunda parte, apresenta-se um estudo de caso: a manifestação de 14 de Novembro de 2012 em frente à Assembleia da República (AR). Faz-se uma descrição dos factos, bem como um resumo das reações de algumas personalidades. Complementa-se essa abordagem com os resultados das entrevistas efetuadas aos profissionais das FS e aos média, intervenientes nesta situação.

Desta análise concluiu-se que a presença dos média influencia a preparação imediata das FS, bem como a sua atuação. Também se apura que os procedimentos jornalísticos não seguem um padrão definido para este tipo de situações. Finalmente, verifica-se que, pelo menos no que se refere ao caso estudado, a perceção do comportamento recíproco na situação em estudo de jornalistas e elementos da Força de Segurança mostra-se positivo.

Em suma, conclui-se nesta investigação que a atuação dos profissionais dos média condiciona as operações policiais em situações de alteração de OP.

Palavras-Chave: Média; FS; Influência; Manifestação; Ordem pública.

Abstract

Given the crisis situation we are facing in Portugal, demonstrations of displeasure and disapproval against more austerity measures are increasingly recurrent.

The media are progressively emerging as an active intervenient in such situations.

This Applied Research Essay (TIA) has as its theme: "The influence of the media in situations of public disorder: Police and Journalists' points of view."

The overall goal is to understand if the role of the media influences police operations of the Security Forces in a situation of public altercation.

The first part of the essay contains the theoretical framework supporting the research. The second part introduces a studied situation/case: the demonstrations of the 14th November, 2012 in front of the National Assembly. It contains also a description of the facts, and a summary of the reactions of some personalities. This part is complemented with interviews made to professionals of the Security Forces and the reporters who played an active role in this situation, are added to the results of this approach.

From this analysis the conclusion is that the presence of the media does influence the immediate preparation of the Security Forces/Law Enforcement, as well as its performance. It also shows that the journalistic procedures do not follow a set pattern for this type of situations. Finally, it seems that, at least in what this studied case is concerned, the perception of each others' behavior by reporters and Security Forces, is positive.

Key-Words: Media; Police; Influence; Demonstration; Public Disorder

Índice Geral

Dedicatória	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice Geral.....	vi
Índice de Figuras	ix
Índice de Quadros.....	x
Índice de Tabelas	xi
Lista de apêndices e anexos.....	xii
Lista de abreviaturas, siglas e acrônimos.....	xiii
Capítulo 1 - Apresentação do trabalho de investigação	1
1.1. Enquadramento da investigação	1
1.2. Importância da investigação e justificação da sua escolha.....	1
1.3. Definição de objetivos.....	2
1.4. Questões e Hipóteses de Investigação	3
1.5. Metodologia.....	4
1.6. Enunciado da estrutura do trabalho	5
Capítulo 2 - Ordem Pública.....	6
2.1. Ordem pública e ações de segurança.....	6
2.2. O direito de reunião e manifestação	8
2.3. Contextualização das ações de segurança (2008/2012)	10
Capítulo 3 - Práticas Profissionais dos Jornalistas.....	14
3.1. Critérios de noticiabilidade.....	15
3.2. Relações com as fontes.....	16

Capítulo 4 - A tomada de decisão, os OCS e a intervenção policial.....	19
4.1. Enquadramento legal e a advertência	19
4.2. Fatores a considerar na decisão de quem comanda	21
4.3. O enquadramento dos OCS na tomada de decisão	26
Capítulo 5 - Metodologias e Procedimentos	28
5.2. Metodologia do Trabalho de Investigação	28
5.3. Procedimentos e técnicas.....	30
5.3.1. Entrevistas e critérios de escolha dos entrevistados	30
5.3.2. Observação	33
Capítulo 6 - Estudo de Caso: a manifestação de 14 de novembro de 2012	34
6.1. Caracterização da manifestação (14 de Novembro de 2012)	34
6.2. As reações.....	36
Capítulo 7 - Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados	38
7.2. Análise e discussão dos resultados das entrevistas	38
7.3. Apresentação e análise dos dados obtidos através da observação.....	45
Capítulo 8 - Conclusões e Recomendações	48
8.1. Verificação de hipóteses e resposta às perguntas derivadas.....	48
8.2. Reflexões	51
8.3. Limitações da investigação	53
8.4. Investigações futuras	54
Referências Bibliográficas	55
Apêndices.....	A-1
Apêndice A - Ordem pública Perspetiva autores	A-2
Apêndice B - Direito de Reunião e Manifestação Perspetiva autores.....	A-4
Apêndice C - Eventos Oficiais (2009/2012)	A-7
Apêndice D - Evolução número de operações e efetivos policiais	A-8
Apêndice E - Fases do Processo de Decisão Militar	A-9

Apêndice F - Exemplo da carteira profissional de um jornalista	A-10
Apêndice G - Guião de Entrevista.....	A-11
Apêndice H - Fita do tempo da manifestação de 14 de Novembro de 2012	A-16
Apêndice I - Reações de personalidades	A-20
Apêndice J - Quadros análise de conteúdo das entrevistas	A-22
Apêndice K - Análise às respostas das entrevistas	A-40
Apêndice L - Fotografias tiradas na observação da manifestação de 10 de julho de 2014	A-47
Apêndice M - Ilustração dos meios das forças de segurança, órgãos de comunicação social e manifestantes	A-49
Apêndice N - Exemplo de um meio de fácil identificação do profissional dos órgãos de comunicação social.....	A-50
Anexos.....	B-1
Anexo A - Registo do n.º de manifestações em frente à Assembleia da República em 2012	B-2
Anexo B - Cidadã abraça elemento das forças de segurança	B-3
Anexo C - Notificações da estrutura sindical CGTP e Câmara Municipal para a realização da manifestação de 14 de Novembro de 2012.....	B-4
Anexo D - Manifesto da manifestação de 10 de Julho de 2014	B-6

Índice de Figuras

Figura n.º 1 – Estrutura textual do trabalho	5
Figura n.º 2 – Fases do Processo de Decisão Militar.....	A-9
Figura n.º 3 – Exemplo da carteira profissional de um jornalista.....	A-10
Figura n.º 4 - Fita do tempo da manifestação de 14 de Novembro de 2102.....	A-19
Figura n.º 6 - Fotografia que mostra o local para a presença e trabalho dos profissionais dos órgãos de comunicação social	A-47
Figura n.º 7 - Fotografia que mostra a visão de um profissional dos órgãos de comunicação social no local destinado para a sua presença e trabalho	A-47
Figura n.º 8 – Fotografia que mostra o local destinado ao acesso dos profissionais dos órgãos de comunicação social ao local destinado para a sua presença e trabalho dentro do cordão policial	A-48
Figura n.º 5 – Ilustração dos factos observados na manifestação de 10 de Julho de 2014.....	A-49
Figura n.º 9– Exemplo de um meio de fácil identificação do profissional dos órgãos de comunicação social.....	A-50
Figura n.º 10– Registo do nº de manifestações em frente à Assembleia da República.....	B-2
Figura n.º 11- Cidadã abraça elemento do Corpo de Intervenção da PSP, em 15 de Setembro de 2012	B-3
Figura n.º 12– Notificação da CGTP enviada à Câmara Municipal de Lisboa	B-4
Figura n.º 13– Notificação da Câmara Municipal de Lisboa enviada ao Gabinete de Segurança da AR	B-5
Figura n.º 14 – Manifesto da manifestação de 10 de Julho de 2014	B-6

Índice de Quadros

Quadro n.º 1 – Perguntas Derivadas e Hipóteses de Investigação	4
Quadro n.º 2 – Amostra das entrevistas	32
Quadro n.º 3- Perspetiva dos autores e perspetiva legal do conceito de ordem pública....	A-2
Quadro n.º 4- Perspetiva dos autores do direito de reunião e manifestação.....	A-4
Quadro n.º 5- Eventos Oficiais (2009/2012)	A-7
Quadro n.º 6– Reações de personalidades	A-20
Quadro n.º 7 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q1.....	A-22
Quadro n.º 8 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q2.....	A-23
Quadro n.º 9 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q3.....	A-24
Quadro n.º 10 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q4.....	A-25
Quadro n.º 11 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q5.....	A-26
Quadro n.º 12 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q6.....	A-28
Quadro n.º 13 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q7.....	A-29
Quadro n.º 14 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q8.....	A-31
Quadro n.º 15 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q9.....	A-32
Quadro n.º 16 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q10.....	A-34
Quadro n.º 17 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q11.....	A-35
Quadro n.º 18 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q12.....	A-36
Quadro n.º 19 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q13.....	A-38

Índice de Tabelas

Tabela n.º 1 – Evolução número de operações e efetivos policiais	8
Tabela n.º 2 – Análise das respostas à Q1.	A-40
Tabela n.º 3 – Análise das respostas à Q2.	A-40
Tabela n.º 4 – Análise das respostas à Q3.	A-41
Tabela n.º 5 – Análise das respostas à Q4.	A-41
Tabela n.º 6 – Análise das respostas à Q5.	A-42
Tabela n.º 7 – Análise das respostas à Q6.	A-42
Tabela n.º 8 – Análise das respostas à Q7.	A-42
Tabela n.º 9 – Análise das respostas à Q8.	A-43
Tabela n.º 10 – Análise das respostas à Q9.	A-43
Tabela n.º 11 – Análise das respostas à Q10.	A-44
Tabela n.º 12 – Análise das respostas à Q11.	A-44
Tabela n.º 13 – Análise das respostas à Q12.	A-45
Tabela n.º 14 – Análise das respostas à Q13.	A-45

Lista de apêndices e anexos

- Apêndice A** Ordem pública Perspetiva autores
- Apêndice B** Direito de Reunião e Manifestação Perspetiva autores
- Apêndice C** Eventos Oficiais (2009/2012)
- Apêndice D** Evolução número de operações e efetivos policiais
- Apêndice E** Fases do Processo de Decisão Militar
- Apêndice F** Exemplo da carteira profissional de um jornalista
- Apêndice G** Guião de Entrevista
- Apêndice H** Fita do tempo da manifestação de 14 de Novembro de 2012
- Apêndice I** Reações de personalidades
- Apêndice J** Quadros análise de conteúdo das entrevistas
- Apêndice K** Análise às respostas das entrevistas
- Apêndice L** Fotografias tiradas na observação da manifestação de 10 de julho de 2014
- Apêndice M** Ilustração dos meios das forças de segurança, órgãos de comunicação social e manifestantes
- Apêndice N** Exemplo de um meio de fácil identificação do profissional dos órgãos de comunicação social
- Anexo A** Registo do n.º de manifestações em frente à Assembleia da República em 2012
- Anexo B** Cidadã abraça elemento das forças de segurança
- Anexo C** Notificações da estrutura sindical CGTP e Câmara Municipal para a realização da manifestação de 14 de Novembro de 2012
- Anexo D** Manifesto da manifestação de 10 de Julho de 2014

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AR	Assembleia da República
CRP	Constituição da República Portuguesa
CS	Comunicação Social
COMMETLIS	Comando Metropolitano de Lisboa
DL	Decreto-Lei
Et al.	E outros (<i>Et aliae</i>)
EUA	Estados Unidos da América
FS	Forças de Segurança
FDM	Fatores Decisão Militar
GNR	Guarda Nacional Republicana
LOGNR	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
LOPSP	Lei Orgânica de Funcionamento da Polícia de Segurança Pública
NEP	Norma de Execução Permanente
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TPO	Tirocínio Para Oficiais
OCS	Órgãos de Comunicação Social
OP	Ordem Pública
PCCCOFSS	Plano de Coordenação Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança
PSP	Polícia de Segurança Pública
PC	Pergunta Central
PD	Pergunta Derivada
PDM	Processo Decisão Militar
p.	Página
RP	Relações Públicas
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
UE	União Europeia

“(...) há todo um enorme trabalho a fazer por aqueles que querem ou têm de estar na linha da frente (...) executores da autoridade e da ordem, manifestantes radicais e jornalistas percebam que a obtenção e partilha de conhecimento contribui decisivamente para a cidadania e segurança de cada e de todos os cidadãos”

José Vegar.

Capítulo 1

Apresentação do trabalho de investigação

1.1. Enquadramento da investigação

A Academia Militar é um estabelecimento de Ensino Superior Público Militar. Constitui parte integrante dos seus cursos de formação de Oficiais da Guarda Nacional Republicana (GNR), o Tirocínio para Oficial (TPO).

Assim, com o intuito de se aplicarem as competências adquiridas no domínio da investigação, o percurso de formação implica a realização do TIA para a obtenção do grau Mestre em Ciências Militares na especialidade de Segurança.

De entre os objetivos do TIA constam o desenvolvimento de metodologias no âmbito da pesquisa e investigação em ambiente profissional e a capacidade de aplicar conhecimentos e soluções a partir da iniciativa, criatividade e autonomia.

Neste sentido, o tema do presente trabalho, intitulado “A influência dos “média” em situações de alteração da ordem pública: Pontos de vista Policiais e dos Jornalistas”, foi escolhido por se integrar no domínio da segurança e constituir um desafio pessoal à capacidade de desenvolver e aplicar conhecimentos relativamente a problemáticas atuais e de interesse para a GNR.

1.2. Importância da investigação e justificação da sua escolha

Em Portugal, como em muitos outros países, a situação económica e social tem potenciado um elevado número de manifestações, com forte cobertura mediática.

Algumas manifestações têm gerado incidentes de alteração da OP, implicando o uso da força policial, em contextos de forte presença dos OCS. O policiamento deste tipo de situações e os efeitos da presença jornalística constitui um tema ainda pouco explorado no contexto nacional.

Assim, pretende-se estudar a perceção das FS e dos profissionais da Comunicação Social (CS) presentes nestas situações, focalizando-nos no Estudo de Caso: Manifestação de 14 de Novembro de 2012 em frente à AR.

Deste modo pretende-se verificar qual o enquadramento existente para a atividade dos OCS numa manifestação com probabilidade de ocorrência de atos violentos e de uso da força por parte das FS.

O tema, pelas suas características, é deveras atual, na medida em que as situações de crise económica e social têm gerado movimentos de contestação, implicando frequentemente a intervenção policial e consequente cobertura mediática. Embora essas situações levem à coexistência no mesmo “terreno”, das FS e dos profissionais dos OCS, os princípios que orientam a ação de uns e outros são claramente diferentes.

Os OCS desenvolvem a sua atividade profissional de acordo com regras próprias, visando estar próximo dos acontecimentos e, preferencialmente noticiá-los em direto, adaptando-se às situações. Por seu lado, as FS desenvolvem a sua atividade profissional de acordo com os seus meios e montam os seus dispositivos consoante diversos fatores a ter em conta face aos acontecimentos.

Torna-se fulcral assim perceber qual a relação que advém destes dois modos de exercer cada uma das atividades e qual a preparação que cada um destes setores profissionais efetua para o necessário desempenho da missão.

O caso de estudo escolhido não diz respeito especificamente à GNR. No entanto, ao abordar a questão da OP, naturalmente transversal às FS, o presente TIA assume relevância para a GNR.

1.3. Definição de objetivos

Com o intuito de delinear e orientar a presente investigação, estabeleceram-se objetivos. Assim, constitui o objetivo geral deste trabalho: Compreender se a atuação dos média condiciona as operações policiais em situações de alteração de OP.

Para se atingir este objetivo geral, definiram-se objetivos específicos como analisar a influência da presença dos média na preparação prévia e atuação da FS, caracterizar os procedimentos usados pelos jornalistas na cobertura do acontecimento em estudo e compreender qual a perceção dos jornalistas e elementos das FS do comportamento recíproco na situação em estudo.

Para compreender globalmente eventuais efeitos da presença dos média no policiamento de situações de alteração da OP, entende-se ser necessário captar não apenas o ponto de vista de quem exerce a função de polícia, mas também dos próprios jornalistas presentes no terreno.

Deste modo, pretende-se compreender se os profissionais da Comunicação Social (CS), e os profissionais das FS presentes numa situação com as características semelhantes à situação em estudo, consideram que essa presença pode influenciar a atuação policial.

Por outro lado, ambiciona-se identificar quais as vantagens e desvantagens dessa presença dos média numa situação de alteração da OP e também extrair conclusões quanto a boas práticas que possam levar à cooperação entre profissionais da CS e das FS.

1.4. Questões e Hipóteses de Investigação

Com o intuito de enquadrar a investigação e responder aos objetivos propostos neste TIA define-se no presente trabalho a pergunta central: A atuação dos média condiciona a operação policial em situações de alteração de ordem pública? Deste modo, a partir desta vertente orientadora da pergunta central, formulámos as seguintes perguntas derivadas:

PD1 - Qual a influência da presença dos média na preparação da força e atuação na situação em estudo?

PD2 – Que procedimentos utilizaram os jornalistas para fazer a cobertura do acontecimento? (localização na cena do acontecimento; modo de identificação como repórter; tipo de imagens/planos capturados; escolha de entrevistados; observaram práticas recomendadas no livro de estilo dos respetivos órgãos de informação ou código deontológico?)

PD3 – Qual a perceção do comportamento recíproco na situação em estudo entre jornalistas e elementos das Forças de Segurança?

As hipóteses constituem preposições que poderão responder às questões derivadas, que são lançadas a partir destas questões e tendo também em conta os objetivos. Deste modo, formularam-se as seguintes hipóteses:

H1 – A presença dos média influencia a preparação da força para a situação em estudo.

H2 – A presença dos média influencia a atuação da força para a situação em estudo.

H3 – Os procedimentos jornalísticos na cobertura do acontecimento em estudo não seguem um padrão definido.

H4 – A perceção do comportamento recíproco na situação em estudo entre jornalistas e elementos das Forças de Segurança mostra-se positiva por parte de ambos.

Quadro n.º 1 – Perguntas Derivadas e Hipóteses de Investigação

Fonte: Autor

PD1 – Qual a influência da presença dos média na preparação da força e atuação na situação em estudo?	H1 – A presença dos média influencia a preparação da força para a situação em estudo. H2 – A presença dos média influencia a atuação da força para a situação em estudo.
PD2 – Que procedimentos utilizaram os jornalistas para fazer a cobertura do acontecimento? (localização na cena do acontecimento; modo de identificação como repórter; tipo de imagens/planos capturados; escolha de entrevistados; observaram práticas recomendadas no livro de estilo dos respetivos órgãos de informação ou código deontológico?)	H3 – Os procedimentos jornalísticos na cobertura do acontecimento em estudo não seguem um padrão definido.
PD3 – Qual a perceção do comportamento recíproco na situação em estudo entre jornalistas e elementos das Forças de Segurança?	H4 – A perceção do comportamento recíproco na situação em estudo entre jornalistas e elementos das Forças de Segurança mostra-se positiva por parte de ambos.

1.5. Metodologia

O presente trabalho divide-se em duas partes, sendo estas a Teórica e Prática. A ligação e articulação entre as duas partes envolve a metodologia, que se constitui como “um conjunto de diretrizes que orientam a investigação científica”, segundo (Herman, citado por Lessard-Hébert, et. al., 2012, p. 15).

Assim, a Parte Teórica baseou-se numa pesquisa bibliográfica que assentou no recurso a Teses e Dissertações, livros, legislação, artigos pertencentes a revistas assim como normas internas das FS.

A Parte Prática baseou-se num estudo de caso referente à manifestação de 14 de Novembro de 2012 que teve o seu destino na AR. Aqui, o investigador “aborda o seu campo de investigação a partir do seu interior”, (Lessard-Hébert, et. al., 2012, p. 169), numa perspetiva qualitativa em que se procura informações com o intuito de abarcar situações semelhantes à que se estuda.

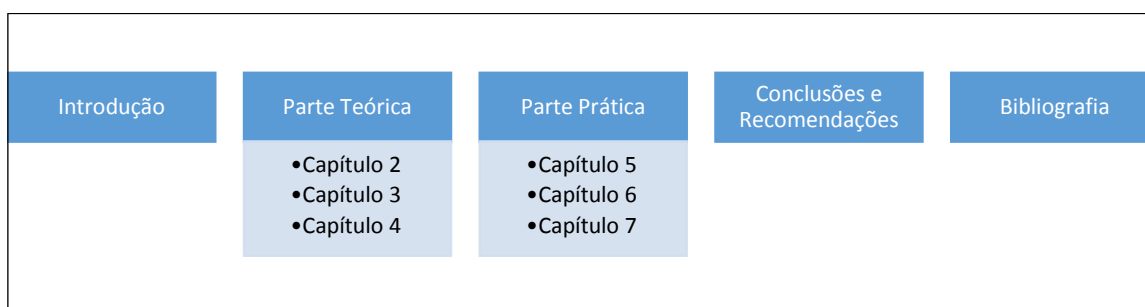
Nesta parte, foram também realizadas por um lado observação a um caso que teve lugar e contornos iguais à situação em estudo e por outro entrevistas a uma amostra representativa dos intervenientes no estudo de caso.

1.6. Enunciado da estrutura do trabalho

A realização deste trabalho teve como referência a norma estruturante da Academia Militar¹, e assenta a sua parte textual na Introdução, Revisão da Literatura, Trabalho de Campo, Conclusões e Recomendações e a Bibliografia. A revisão da literatura e o trabalho de campo estão por sua vez subdivididas em capítulos e subcapítulos, como se ilustra no esquema seguinte

Figura n.º 1 – Estrutura textual do trabalho

Fonte: Autor



Deste modo a Introdução tem o intuito de fazer uma apresentação do que se vai tratar na investigação, abordando os aspetos como os objetivos, pergunta central e perguntas derivadas.

A parte Teórica começa com o capítulo 2 que enquadra a definição de OP, o Direito de reunião e manifestação e uma perspetiva de evolução ao longo de alguns anos na questão da segurança e a OP. O capítulo 3 evoca aspetos centrais do funcionamento dos OCS e das práticas profissionais do jornalismo, designadamente os critérios de noticiabilidade e relação com as fontes. O capítulo 4 aborda a questão da legalidade e o planeamento.

A parte Prática começa com o capítulo 5, dedicado à explicação da metodologia adotada para o trabalho de campo. O capítulo 6 aborda o estudo de caso com os pormenores da manifestação de 14 de Novembro de 2012. Como último capítulo desta parte Prática, o capítulo 7, temos a análise e discussão dos dados recolhidos com as entrevistas e observação.

Por fim, são apresentadas as Conclusões sob a forma de quatro subcapítulos e a Bibliografia com alusão a todas as referências usadas nesta investigação.

¹ Norma de Execução Permanente (NEP) nº 520 da Direção de Ensino da Academia Militar, de 1 de Junho de 2013.

Capítulo 2

Ordem Pública

Considera-se de fulcral importância nesta fase da investigação, a abordagem àquilo em que consiste a OP, bem como as vertentes que caracterizam este conceito. Por outro lado, analisam-se os conceitos de reunião e manifestação, direitos estes de qualquer cidadão e legalmente previstos.

2.1. Ordem pública e ações de segurança

O conceito de OP assume uma importância central nesta pesquisa, pelo que importa considerar os principais aspetos presentes na sua definição. No intuito de sistematizar a diversidade das abordagens, construíram-se dois quadros²: o primeiro apresenta a conceptualização decorrente da revisão bibliográfica; o segundo, baseado igualmente em fontes bibliográficas, focaliza-se intencionalmente nas vertentes legais, para identificar as referências à OP no conjunto das leis vigentes.

Com base nas definições consultadas, o conceito apresenta-se “altamente flexível e mutável”, porquanto “a ordem pública reflete, com força jurídica, um ideal aceite pela coletividade”, e deste modo, “O exato alcance da ordem pública depende do conjunto de valores sociais” (Sousa, 2008, p. 105, p. 99 e p. 92).

Deste modo, é possível começar por constatar duas vertentes no que à OP diz respeito. Por um lado, verifica-se uma vertente jurídica que traduz o “conjunto dos princípios fundamentais subjacentes ao sistema jurídico, que o Estado e a sociedade estão substancialmente interessados que prevaleçam” (Mota Pinto, citado por Oliveira (2000, p.10). Complementarmente e num âmbito mais alargado, “a ordem pública constitui uma referência fundamental ao funcionamento das instituições e ao pleno exercício dos direitos individuais” (Oliveira, J. 2000, p.10).

Por outro lado, o conceito de OP incorpora necessariamente uma vertente técnica³, que simplificadamente podemos considerar associada à dimensão prática de

² Ver Quadro n.º 3 presente no Apêndice A.

³ Vertente associada à prática do conceito de ordem pública, o inverso da desordem concreta e insegurança.

evitamento/contenção da desordem e insegurança, daí decorrendo por vezes uma perspetiva de restrição de liberdade⁴, mas sempre balizada pela garantia de direitos e liberdades fundamentais, sendo segundo Sousa (2008), simultaneamente um limite e uma conduta.

Remetendo para o estudo de caso desta investigação, importa também enquadrar na definição de OP a questão dos motins ou tumultos, expressões muitas vezes utilizadas.

De acordo com (Sousa, 2008, p. 630), motim pode ser entendido como situação de “rebelião, geralmente organizada, contra a autoridade estabelecida, de sublevação, revolta, de tumulto popular e, em geral, de desordem pública”. Ou seja, conclui-se através desta definição que a expressão “motim” contém o mesmo significado que “tumulto” e traduz atos violentos⁵ a partir de um grupo de indivíduos que podem contribuir para resultar numa manifestação não pacífica.

Dito de outro modo, os direitos decorrentes da vida em sociedade democrática têm subjacentes a salvaguarda da OP e de segurança, a qual, por sua vez, constitui “um princípio pré e supraconstitucional”, na medida em que “sem a ordem pública não há liberdade e sem uma liberdade profundamente entranhada na ordem pública temos o arbítrio” (Sousa, 2008, p. 92).

É nesta vertente que se enquadram os direitos de reunião e manifestação que se irão abordar posteriormente no âmbito desta investigação, sendo o estudo de caso da investigação uma alteração da OP a partir de uma manifestação cujo direito está consagrado na Constituição da República Portuguesa (CRP). Sucintamente, importa desde já considerar que, tal como existe o dever de proteger quem exerce os direitos acima mencionados, torna-se igualmente necessário garantir o “Conjunto das condições externas necessárias ao regular funcionamento das instituições e ao pleno exercício dos direitos individuais”(Miranda, citado por Farinha, 2011, p.8) sempre no panorama da legalidade.

Por fim a noção de ordem pública tem assumido perspetivas cada vez mais alargadas, não tanto em termos de conceito propriamente dito, mas antes das dimensões que abarca, fruto das mudanças na sociedade. Deste modo, segundo Oliveira (2000), alarga-se às áreas económicas, ambientais, estéticas e sociais, estando, em qualquer caso, sujeita a um fator comum: a legalidade. Assim, “compete à lei regular quem, quando e como exerce a função de realização da ordem pública” (Sousa 2008, p.106).

⁴ Funções de polícia consignados no artigo 272º da CRP: “defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”

⁵ Alusão do artigo 302º do Código Penal Português a motim.

2.2. O direito de reunião e manifestação

Depois de analisar o conceito de OP, considera-se de extrema importância a abordagem aos conceitos de Reunião e Manifestação, visto serem em parte associados ao conceito acima mencionado.

Para tal, construiu-se um quadro⁶ em que estão presentes, sob a forma de esquema, algumas interpretações de autores reconhecidos nesta e em outras áreas jurídicas, com o intuito de resumir o enquadramento dos direitos de reunião e manifestação na legislação portuguesa, bem como as suas definições.

É possível verificar que estes conceitos aparecem muitas vezes em separado, quer em obras de diferentes autores, quer em diplomas legais. No entanto é notória a semelhança entre os dois conceitos. Salienta-se apenas um aspeto que faz com que estes conceitos sejam diferentes em termos de aplicação prática. De acordo com Oliveira (2000), resume-se ao facto de o direito de manifestação ser a transmissão de uma mensagem para terceiros, enquanto a reunião pressupõe apenas a troca de ideias.

Embora se considere que não é menos importante o Direito Internacional⁷ ao qual Portugal se vê associado, onde vem tipificada a garantia da liberdade de reunião e liberdade de expressão⁸, esta análise aborda de forma mais pormenorizada a principal legislação interna. Assim, vem desde logo estipulado no artigo 37º⁹ da CRP, o direito do cidadão à liberdade de expressão e informação.

Estes dois conceitos estão tipificados na CRP, nos nºs 1 e 2 do art.º 45º, integrando-se portanto nos direitos, liberdades e garantias¹⁰.

O nº1 do artigo 45º da CRP prevê que “Os cidadãos têm o direito de reunir, pacificamente e sem armas, mesmo em lugares abertos ao público, sem necessidade de qualquer autorização.”. O nº2 faz menção ao direito de manifestação prevendo que “A todos os cidadãos é reconhecido o direito de manifestação”. Apesar deste nº 2 não abordar

⁶ Ver Quadro n.º 4 presente no Apêndice B.

⁷ Note-se os nºs 1 e 2 do artigo 16º da CRP, âmbito e sentido dos direitos fundamentais.

⁸ Casos da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) que faz referência no seu artigo 11º e a Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) que faz referência ao direito de manifestação por inerência ao conceito de liberdade de expressão, nos seus artigos 18º e 19º

⁹ Nomeadamente no seu nº 1: “Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações.”

¹⁰ Título II, Capítulo I – n.º 1 e n.º 2 do art.º 45 da CRP

o fator pacífico e não armado, o cidadão deixa de ter o direito de se manifestar se o fizer ultrapassando o limite da partilha e expressão de ideias comuns para as atitudes lesivas para outrem (Assunção, 2008). Do mesmo modo, deixa este direito de estar protegido constitucionalmente se houver por parte dos seus organizadores o propósito de levar a cabo atos de violência (Correia, S., 2006). A CRP consagra ainda que o Estado tem como tarefa garantir as condições para que o cidadão exerça os direitos atrás referidos na alínea b) do Art.º. 9º¹¹, enaltecendo de igual modo a força jurídica no nº 1 do seu Art.º 18º.¹², ou seja, “de aplicabilidade imediata” (Paixão, 2013, p. 7)

Por outro lado, tem-se como regime legal do direito de reunião e manifestação, na norma vigente interna, o Decreto-Lei (DL) nº 406/74, de 29 de Agosto¹³. Este, anterior à CRP de 1976, é considerado como sendo “conforme à Constituição”, (Assunção, 2008, p. 27), não interferindo como tal com os princípios consignados na Constituição. Desta forma, considera-se que o referido DL regulamenta o direito à reunião e manifestação sem ofender o teor primário da Lei fundamental do Estado.

Um aspeto que se considera relevante abordar para a melhor compreensão dos direitos acima mencionados, é a definição de local público e local aberto ao público. De facto, o primeiro consiste num local tal como um jardim, uma praça ou uma simples rua, locais de livre acesso ao cidadão. O segundo caracteriza-se por ser um local fora da via pública, sendo segundo (Oliveira, 2000, p.132) “locais onde existe um responsável pelo recinto, com o estatuto de organizador, promotor, gerente, administrador ou proprietário”, podendo ser então estabelecimentos comerciais, desportivos ou culturais entre outros.

Outra condição a enfatizar é a necessidade de autorização prévia relativamente aos direitos de reunião e manifestação, tal como figura o artigo 2º do DL 406/74, de 29 de Agosto. O diploma prevê a comunicação prévia quando se trata de lugares abertos ao público, no entanto alguns autores afirmam que se poderá tratar de uma inconstitucionalidade.

Isto é, considera-se admissível que seja imposta esta comunicação somente para o caso de reuniões e manifestações em locais públicos e não em locais abertos ao público.

Segundo (Assunção, 2008), admite-se este requisito para que se garantam as condições mínimas para o exercício dos direitos da vida em sociedade.

¹¹ Tarefas fundamentais do Estado, alínea b): “Garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de direito”.

¹² Força jurídica, nº1: “Os preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias são diretamente aplicáveis e vinculam as entidades públicas e privada.”

¹³ Diploma publicado no DR, I série, nº 201, de 29 de Agosto de 1974, pp. 964(2)-964(3).

Em suma, de acordo com (Sousa, 2008, p.556) “A obrigatoriedade de aviso prévio às autoridades competentes tem, pois, em vista permitir que as autoridades possam adotar atempadamente as necessárias medidas de prevenção (...), da adoção das medidas necessárias à defesa das posições jurídicas opostas de terceiros e, em geral, da prevenção de perigos para a ordem e segurança públicas (desde logo, através da garantia de uma realização pacífica)”

2.3. Contextualização das ações de segurança (2008/2012)

Com o intuito de abordar a crise financeira em Portugal e as suas consequências, existe naturalmente a necessidade de remeter para o início da crise na União Europeia (UE) e nos Estados Unidos da América (EUA).

De facto, a crise económica de 2008 teve origem no setor imobiliário dos EUA e rapidamente se alastrou para a UE e os seus bancos, “atingindo o ponto culminante em setembro e outubro de 2008”, (Paulo, S., 2011, p. 8), havendo a necessidade de haver intervenções de alguns Estados nas instituições bancárias.

Com a crise instalada nos principais países investidores da UE, este problema veio a reproduzir naturalmente consequências sérias nos restantes países incluindo Portugal, sendo que este último pediu o resgate financeiro em Abril de 2011¹⁴.

Assim, surgiram medidas de austeridade aplicadas pelo Governo. Estas vieram a resultar numa onda de contestação e indignação por todo o país, situação que se constatava simultaneamente noutros países da UE.

¹⁴ Cronologia do pedido de resgate financeiro de Portugal, disponível em <http://www.publico.pt/politica/noticia/cronologia-como-portugal-chegou-ao-pedido-de-resgate-1488628?page=-1>, acedido em 26 de Julho de 2014. “Portugal pediu oficialmente assistência financeira à União Europeia, aos Estados-Membros da zona do euro e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em 7 de Abril de 2011. Esta assistência destina-se a apoiar um programa de políticas para restaurar a confiança e permitir o regresso da economia a um crescimento sustentável, preservando a estabilidade financeira em Portugal, na zona euro e na UE. O acordo de empréstimo foi aprovado pelo Conselho Europeu e assinado em 17 de Maio de 2011. O conselho de administração do FMI aprovou o acordo no âmbito do seu instrumento de financiamento alargado, em 20 de Maio de 2011.”. “O pagamento da assistência durante o período de resgate financeiro está condicionado ao cumprimento das medidas políticas e metas acordadas no âmbito do programa, que será verificado por meio de avaliações trimestrais pela Comissão em cooperação com o FMI, em articulação com o Banco Central Europeu (BCE).” Esta aliança destas três Entidades é também conhecida por Troika, responsável negociação das medidas que o país tem que assumir para receber o resgate financeiro, em: http://ec.europa.eu/portugal/temas/ajuda_economica_portugal/index_pt.htm, consultado em 14 de Julho de 2014.

Assim, é possível verificar uma evolução também no fator segurança através da vertente da OP, que vai desde o início da crise em 2008 até ao final do ano de 2012, onde se inclui a manifestação em estudo nesta investigação.

Através do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)¹⁵, elaborado pelo Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna,¹⁶ foi possível constatar que, as ações de maior relevância em termos de segurança e OP neste período, dizem respeito a visitas de altas entidades, realização de espetáculos desportivos ou realização de eventos oficiais¹⁷, que implicam naturalmente a adoção de medidas especiais de proteção e segurança. Aqui, o realce vai para o ano de 2010, um ano de algumas ações extraordinárias em termos de segurança devido à visita oficial e apostólica de Sua Santidade o Papa Bento XVI e a Cimeira NATO 2010.

Em relação ao ano de 2008, é feita referência aos grupos de extrema-direita e a tentativa de influência no meio político. O RASI faz também alusão aos grupos de extrema-esquerda como anarco-libertários ou ecologistas radicais, abordando esta questão numa perspetiva de evolução e maior dinamismo.

Contudo, a chamada de atenção vai para o facto de este relatório estabelecer uma ligação com a crise que se começou a sentir neste ano, “a crise financeira internacional veio centrar e reforçar, junto dos núcleos alterglobalização, a luta contra o modelo capitalista-liberal”, (RASI, 2008, p. 278).

No ano de 2009, num cenário de adoção de medidas económicas, apesar de não constituir ameaça grave à segurança interna do país, o RASI chama à atenção para os diferentes movimentos extremistas. Considera que em Portugal, estes movimentos podem comportar “riscos efetivos” de “matriz violenta”, (RASI, 2009, p. 35), no contexto sociopolítico.

O ano de 2010 já começa a transparecer outra relevância quanto aos grupos extremistas. Aqui, o relatório argumenta que se continua a ser notada a existência destes grupos com perspetivas extremistas “fundadas na violência política sobre o sistema”, (RASI, 2010, p. 42).

¹⁵ Relatório que traduz a situação do país em matéria de segurança interna e no qual vem descrita a atividade das forças e serviços de segurança, nº3 do artigo 7º da Lei nº 53/2008, de 29 de Agosto.

¹⁶ Sistema que integra o Conselho Superior de Segurança Interna, Secretário-Geral de Segurança Interna e o Gabinete de Segurança Interna, órgãos responsáveis pelo enquadramento, fiscalização, direção, orientação, condução e execução das políticas de Segurança Interna, Lei nº 53/2008, de 29 de Agosto.

¹⁷ Referência a alguns eventos que envolveram a realização de um número elevado de operações de segurança. Ver Quadro n.º 5 em Apêndice C.

No entanto, defende também o RASI que estes movimentos não conseguem neste ano demonstrar o potencial de violência que lhes é inerente, aproveitando assim o clima de instabilidade económica e social para se promoverem e tentarem um maior impacto mediático¹⁸.

Em 2011, foi possível constatar o desenvolvimento de algumas ações de protesto, iniciadas já no ano anterior com a Cimeira da NATO, mas sobretudo dá-se ênfase à criação de movimentos de protesto por parte de elementos extremistas, aproveitando o fator “crise” como demonstra o RASI, “os grupos mais atuantes no espectro radical da extrema-esquerda aproveitaram o movimento de indignação geral para uma reorganização de meios e uma redefinição de objetivos mais orientadores para a crise”, (RASI, 2011, p. 31).

Chama-se no entanto aqui à atenção para o facto de, embora o relatório mencionar o forte dinamismo demonstrado por estes grupos ao longo do ano, e apesar da constatação de ações de pequeno impacto mediático, estas serem integradas em “protestos gerais da chamada “Geração à Rasca” e “Indignados””, (RASI, 2011, p. 31), ou seja, ações de manifestação.

O RASI referente a 2012 começa em primeiro lugar por se mostrar diferente logo pelo facto de mencionar o extremismo político como ameaça global à segurança a par da criminalidade organizada, ciberameaças, o terrorismo ou a proliferação de armas de destruição maciça.

Assim, o relatório refere que o ano fica marcado pela presença destes movimentos nas manifestações, “intervenção radical de grupos de matriz anarco-libertária em manifestações anti austeridade”, (RASI, 2012, p. 39), sendo estas convocadas por movimentos sociais ou estruturas sindicais.

Na continuação dos anos anteriores, as ações praticadas por estes grupos radicais, traduzem a incapacidade de serem relevantes, “pelo que a infiltração das grandes manifestações de massas se afigurou a melhor estratégia para desencadear ações de violência contra o “sistema” (...) à revelia dos promotores dos protestos”, (RASI, 2012, p. 39).

No que diz respeito ao exercício do direito de reunião e manifestação, verificou-se uma evolução ao longo destes quatro anos, quanto ao número de protestos e consequentemente a realização de ações de prevenção e reação em termos de segurança,

¹⁸ Usaram também “oportunidades conjunturais”, (RASI, 2010, p. 42), como o caso da Cimeira da NATO.

“visando assegurar o regular exercício do direito de reunião e manifestação”, (RASI, 2012, p. 212)¹⁹.

O relatório aponta para as 167 operações policiais de maior relevo no ano de 2009, sendo que os efetivos policiais ultrapassaram os 3.500. Em 2010 o número de manifestações volta a crescer em relação ao ano anterior com 679 operações policiais, envolvendo mais de 6.514 efetivos.

Constata-se nova evolução em 2011 com a existência de 702 operações policiais e o empenhamento de 9.277 efetivos policiais, atingindo novo máximo em termos de números com 3.012 operações policiais e o empenhamento de 16.672 efetivos.

¹⁹ Ver evolução dos números de operações e efetivos policiais em Tabela n.º1 presente em Apêndice D.

Capítulo 3

Práticas Profissionais dos Jornalistas

Tal como se procedeu ao enquadramento da ação policial em situações de perturbação da OP, dados os objetivos deste TIA, interessa também apresentar uma breve síntese sobre as circunstâncias da produção noticiosa envolvendo esse tipo de situações.

Começaremos por aludir antes de mais às diferenças entre os vários média de informação, conforme o tipo de suporte²⁰. Assim, tem-se em primeiro lugar a imprensa escrita, que através dos clássicos jornais assume a forma de texto e imagens para a transmissão da notícia. Através do som, a rádio é outro meio de transmissão da notícia.

Aliando o som com a imagem em movimento e texto tem-se a televisão como outro meio de transmissão de notícia. E ocupando o lugar mais recente no tempo dos meios de comunicação emergiu a internet, que segundo (Grundy, 2008, p.76) “envolve todos os elementos dos outros três meios”. Todos estes meios têm naturalmente as suas diferenças e especificidades, decorrendo estas dos próprios dispositivos técnicos, os quais influenciam a produção jornalística²¹, bem como o impacto que esta gera nos destinatários. Assim, enquanto um texto na imprensa escrita pode apresentar as ocorrências de forma mais detalhada, as notícias da rádio e da televisão são obrigatoriamente mais condensadas, mas como nota (Grundy, 2008, p. 79) a vantagem do som e da imagem permite-lhes realçar “o dramático, o emocionante”.

Por outro lado, nos diferentes meios de comunicação, e tendo cada um o objetivo de tirar o melhor partido do meio pelo qual chegam ao público, temos variados tipos de profissionais que é necessário ter em conta como: redatores, a quem cabe o “dom” do pormenor descritivo; repórteres que relatam determinado acontecimento, fazendo uso das propriedades vocais para conferir impacto às palavras e/ou imagens, especialmente

²⁰ Fazendo alusão àquilo que está tipificado no Estatuto do Jornalista, no seu artigo 1º: os moralistas “exercem funções de pesquisa, recolha, seleção e tratamento de factos, notícias ou opiniões, através de texto, imagem ou som destinados à divulgação informativa pela imprensa, por agência noticiosa, pela rádio, pela televisão ou por outra forma de difusão eletrónica.”

²¹ Como mencionado por Traquina (2007), a produção jornalística envolve a seleção dos acontecimentos, com base em critérios substantivos e critérios contextuais e o subsequente processo de construção da narrativa.

importante nos meios audiovisuais; e, necessariamente menos visíveis, mas não menos importantes, temos ainda os operadores de câmaras e repórteres fotográficos.

Em geral, estes profissionais desenvolvem a sua atividade no âmbito dos órgãos de comunicação social em que estão inseridos, devendo, consequentemente, atender às respetivas linhas editoriais²² e livros de estilo²³. Todavia, existem também profissionais “freelancers”²⁴, isto é, sem vínculo contratual a uma organização.

3.1. Critérios de noticiabilidade

Como anteriormente referido, a notícia como “técnica mais eficaz e rápida de contar os factos ao público” é ao mesmo tempo o resultado de um processo (Fontcuberta, 2010, p.9), ou seja, obedece a várias técnicas e critérios de seleção, podendo igualmente depender de outros fatores, como seja a relação com as fontes.

Tais critérios definem a noticiabilidade, ou seja, segundo (Traquina, 2007, p. 173), o conjunto de “operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico isto é, de possuir valor como notícia”.

Dito de outro modo, os critérios de noticiabilidade ou valor notícia “estão presentes em todo o processo de produção jornalística” (Wolf citado por Traquina 2007, p. 186), consistindo segundo (Melo, J. et. al., 2008, p. 189), no apuramento das “qualidades que permitem que algo se torne notícia.”.

Foram avançados segundo Galtung e Ruge (citado por Melo, et. al., 2008) os seguintes critérios: Momento e frequência do acontecimento; Intensidade ou magnitude de um acontecimento; Clareza; Consonância com as expectativas; Proximidade; Proeminência social das pessoas envolvidas; Proeminência das nações envolvidas; Composição tematicamente equilibrada do noticiário; Desenvolvimento de assuntos anteriores; Inesperado; Personificação; Negatividade. Outros autores, designadamente Traquina (2007, p. 179 e seguintes), retomam a tipologia que acabámos de referir, embora com algumas diferenças. Assim, embora surja uma diversidade de perspetivas, segundo (Melo, J., et. al., 2008, p. 189), os critérios da “atualidade e pertinência”, mantêm-se.

²² Constitui um guia em termos de ideologia quanto ao alvo notícia do OCS, ou seja, os critérios que norteiam as escolhas, e que, de acordo com Venancio (2009), pode influenciar a construção da notícia.

²³ “conjunto de normas linguísticas e estilísticas que um meio de comunicação social adota para produzir mensagens mais coerentes, eficazes e corretas.” (Fontcuberta, M., 2010, p. 85). Pode ser entendido como uma compilação ou um manual de instruções com os métodos de trabalho de cada OCS.

²⁴ Normalmente associados a uma maior espetacularidade no produto do trabalho, uma vez que disso depende o sucesso profissional.

Servindo de referência tais critérios de noticiabilidade para a seleção dos acontecimentos, não estarão excluídos outro tipo de fatores, como o público-alvo e a sua influência, sendo também de considerar as circunstâncias do mercado, bem como as características organizacionais e os valores, quer profissionais, quer individuais Grundy, (2008).

Os critérios anteriormente mencionados, assim como os diversos valores, atuam como uma espécie de guia mental, embora de natureza dinâmica Melo, J., et. al., (2008).

No entanto, a experiência e o modo de trabalhar do profissional, irá ter um peso significativo, cabendo ao mesmo fazer escolhas no modo como constrói as narrativas da realidade, “uma realidade construída através dos óculos dos profissionais do campo jornalístico” (Traquina, 2007, p. 209).

3.2. Relações com as fontes

Os OCS trabalham todos com o mesmo intuito: a produção da notícia. Mas como já foi referido, apesar de partilharem critérios idênticos, e maneiras semelhantes de chegar à notícia através do “olfato jornalístico” (Fontcuberta, 2010, p.45) que assenta nesses critérios, cada um irá apresentar a informação de forma diferente.

No entanto, para além deste ponto que distingue a forma de produzir a notícia, também são diferentes os contactos a que cada um recorre. “Dois fatores desempenham um papel importante nesta diferenciação: a seleção das fontes de informação e a escolha dos aspetos gráficos da informação” (Fontcuberta, 2010, p.45).

Na aceção jornalística, uma fonte pode ser referida a “pessoas, instituições e organismos de todo o tipo” que facultam informação credível (Fontcuberta, 2010, p. 46). Já o Journalism Handbook for Students (2007) considera que os diferentes meios de CS, sejam estes a imprensa, a internet, rádio, televisão ou até um documentário em filme também podem constituir fontes.

Deste modo, de acordo com Melo, J. et. al. (2008), a notícia é o resultado do processo jornalístico e está intimamente condicionada pela interação entre jornalistas e as fontes de informação, especialmente quando o jornalista não assiste aos acontecimentos em “primeira mão” (Fontcuberta, 2010, p. 47), o que acontece a maior parte das vezes.

Esta relação entre jornalistas e fontes resume-se a uma relação de dependência²⁵, em que “a fonte pretende dar informação e o jornalista precisa de obtê-la” (Melo, J. et. al., 2008, p. 190). Ou seja, trata-se de uma relação de cooperação em que “jornalistas e fontes contraem direitos e obrigações recíprocas” (Gans citado por Melo, J., et. al., 2008, p.192), numa troca de interesses, na qual os jornalistas pretendem fontes abertas e que facultem toda a informação enquanto as fontes estão por vezes interessadas em influenciar o enquadramento daquela informação.²⁶

Considerando os diferentes tipos de fontes, há que distinguir as individuais e as institucionais, e atender a que ambas podem ser exclusivas ou partilhadas.²⁷ Na prática, as fontes institucionais acabam por merecer mais atenção, dada a sua “autoridade e credibilidade” (Melo, J., 2010, p. 191).

No fundo, sem se cair no erro de se tirar a autonomia ao jornalista, até porque este ao escolher as fontes já está a exercer a sua escolha, não se deverá negligenciar a influência das fontes, pois estas podem inclusivamente promover a visibilidade pública de certos assuntos, através de conferências de imprensa e de comunicados, para além das relações diretas com os próprios jornalistas Melo, J. et. al., (2008).

Pelo exposto, conclui-se facilmente que quanto mais poderosas forem as fontes, mais definidoras serão da própria notícia; por outro lado, sairá mais prestigiado o OCS quanto mais alargada for “a quantidade, qualidade e diversidade das fontes que cita” (Borrat, citado por Fontcuberta, 2010, p. 46).

No que diz respeito a uma situação de alteração da OP, que inclua um aglomerado de pessoas, como o caso em estudo, esta irá naturalmente constituir uma notícia. Assim, este é um acontecimento que envolve um número elevado de pessoas; uma situação em que os cidadãos reivindicam os seus direitos e se manifestam contra as políticas do Governo de um país em crise; trata-se de um acontecimento que envolve líderes sindicais e FS, podendo ser estes próprias fontes para quem pretende informação; espera-se também reações do executivo; podem-se verificar situações de violência; e é naturalmente um assunto atual, na continuação de assuntos anteriores.

De facto, uma situação como a que se estuda, enquadra-se nos critérios acima referidos em termos de noticiabilidade, do mesmo modo que tem um impacto sempre

²⁵ Sem esta relação (Fontcuberta, 2010, p. 46) refere que “um meio sem fontes é um meio morto”.

²⁶ (Melo, J., et. al., 2008) faz referência ao nível de influência na notícia por parte das fontes, que aumenta quanto mais poderosa for a mesma.

²⁷ Em alternativa, muitas vezes os OCS acabam por ser fontes uns dos outros. Tem-se o exemplo de acontecimentos marcantes como catástrofes ou atentados com influência à escala global como o 11 de Setembro de 2001.

pertinente na sociedade em que esse acontecimento teve lugar, uma vez que é a própria sociedade o público dessa notícia.

Capítulo 4

A tomada de decisão, os OCS e a intervenção policial

4.1. Enquadramento legal e a advertência

À atividade policial está inerente todo um conjunto de princípios e normas que devem estar sempre presentes na mente de quem a exerce. Diz (Lima, 2006, p. 21) que “a atividade de polícia só pode desenvolver-se quando estão em causa tarefas de polícia, contribuindo para as respetivas atribuições (...) estando-lhe vedado manifestar vontades que não tenham por objetivo a prossecução dos fins que a lei determina”.

Naturalmente, também o uso da força possui determinações que importa considerar. De acordo com Moreira (citado por Clemente, 2006, p. 131), o uso da força é “a capacidade de impor decisões”, necessariamente subordinada e aplicada com os meios legitimados pela lei, sob o ponto de vista dos princípios da proporcionalidade, adequabilidade, e necessidade. Tais princípios,²⁸ devem estar presentes, quer na escolha dos meios policiais e na fase de prevenção de qualquer operação, quer na própria intervenção, não se devendo permitir pecar por excesso ou defeito (Sousa, 2008).

O uso da força surge enquadrado nos planos internacional²⁹ e interno. Quanto a este último destacam-se os Art.º 266^{o30} e 272^{o31} da CRP (Nogueira, 2004); os princípios fundamentais da atividade policial tipificados na Lei de Segurança Interna³²; o Regime Jurídico do Recurso à Arma de Fogo em Ação Policial³³; as Leis orgânicas da GNR³⁴ e da

²⁸ Lima (2006, p. 20) pormenoriza os três princípios de atuação policial.

²⁹ São exemplos: Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, Resolução 34/169, de 17 de Dezembro de 1979 da Assembleia Geral das Nações Unidas; Os Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, adoptados pelo Oitavo Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, realizado em Havana de 27.8 a 7.9 de 1990; ou o Código Europeu de Ética da Polícia, Recomendação 10/2001 do Comité de Ministros do Conselho da Europa.

³⁰ Art.º que diz respeito aos princípios fundamentais da Administração Pública. Esta integra naturalmente a função de Polícia num Estado.

³¹ Art.º que diz respeito às funções de Polícia e a sua previsão na Lei, assim como o excesso do uso da força.

³² Ver Lei n.º 20/87, de 12 de Junho.

³³ Ver Decreto-Lei 457/99, de 5 de Novembro.

³⁴ Para além desta Lei 63/2007, de 6 de Novembro, o Estatuto dos militares da GNR, Decreto-Lei n.º 297/2009, de 14 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 92/2009, de 27 de Novembro, faz também referência à adequação do uso dos meios coercivos no seu Art.º 13º.

Polícia de Segurança Pública (PSP)³⁵; e ainda o Código Deontológico do Serviço Policial³⁶ aplicável aos militares da GNR e agentes da PSP.

Deste conjunto de princípios e normas destacam-se dois aspetos comuns: a referência aos Direitos Fundamentais que a CRP consagra e que a ação coerciva policial deverá salvaguardar e, num segundo plano, a exigência de que, a ter lugar, a ação coerciva seja inequivocamente necessária, adequada e nunca excessiva.

A responsabilidade da ação policial envolve, em primeira mão, ações de prevenção. Desde modo, segundo Sousa (2008), acontecimentos como os que estamos a estudar, implicam duas fases de atuação, a preparatória e a de realização.

Na primeira devem ser tidas em conta todo o tipo de medidas necessárias à prevenção do perigo, sendo exemplo o uso de grades em certos acessos a edifícios do Estado e Órgãos de Soberania ou a prevenção de condutas ilícitas de perturbadores violentos. Segundo (M. Berlioz citado por Oliveira, 2000, p. 238), “as multidões devem ser de preferência dirigidas e nunca contrariadas”. Assim, preconiza-se evitar o emprego da força, favorecendo o uso de “medidas mínimas” (Sousa, 2008, p. 599). Na segunda, quando surge o uso da força, especialmente se não for proporcional, poderá ocorrer uma escalada da violência³⁷ por parte de quem se manifesta.

Contudo, no desenrolar dos acontecimentos, uma manifestação de carácter pacífico, ou somente com alguns casos de perturbadores, pode mudar de carácter, tornando-se impossível excluir os seus perturbadores³⁸ e “recuperar o seu carácter pacífico” (Sousa, 2008, p. 591). Nesta situação, o DL n.º 406/74, de 29 de Agosto, prevê no seu Art.º 5º, que são causas da dissolução de reunião ou manifestação o “afastamento da sua finalidade pela prática de atos contrários à lei” ou ainda “atos que perturbem grave e efetivamente a ordem e tranquilidade públicas”, isto é, perigos diretos ou violência. Deste modo, o mesmo DL legitima o uso da força nestes casos, no entanto a dissolução não se estabelece por si só como a aplicação dos meios coercivos. Esta é precedida por uma ordem de dispersão com a devida advertência de que a desobediência constitui crime³⁹. Em suma, o uso da força só tem lugar quando não se obedece à ordem de abandono do respetivo local.

³⁵ Lei de Organização e Funcionamento da PSP, Lei 5/99, de 27 de Janeiro.

³⁶ Ver Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002, DR. IS, B, de 28.2.

³⁷ (Oliveira, 2000, p. 220) define violência como “toda a conduta que atente contra os bens pessoais e patrimoniais alheios”

³⁸ Exclusão dos perturbadores vai de encontro à primeira ideia de atuação no âmbito de prevenção do perigo avançada por Sousa (2008).

³⁹ Crime previsto no n.º 1 do Art.º 304º do Código Penal, realça o facto de ter que ser feita a advertência que a desobediência trará consequências: “Quem não obedecer a ordem legítima de se retirar de ajuntamento ou

No entanto, as formalidades de advertência⁴⁰ e ordem de dispersão não estão inequivocamente plasmadas na legislação. Existindo essa lacuna quanto à tipificação expressa e clara nesta matéria, prevalecem as normas de atuação policial das nossas FS neste assunto.

Assim, e fazendo referência às normas em vigor nas FS⁴¹, considera (Oliveira, 2000) que a ordem de dispersão e a advertência devem ter em conta o perfeito entendimento de quem se manifesta, ou seja, o alvo da ordem e advertência. Por conseguinte, considera-se que em primeiro lugar quem se manifesta deve ser intimado a dispersar, ao mesmo tempo que advertido da infração que está a cometer. Deverão os manifestantes ser conhecedores também que estarão a incorrer no crime de desobediência se não dispersarem no tempo que for dado para tal. E por último, deverão os manifestantes ser de igual modo conhecedores de que poderá ser usada a força se aqueles não obedecerem à intimação.

Em suma, no caso verificado de perigo para a OP, ou de igual modo, o não acatamento das ordens das autoridades, fica legitimado pela legalidade o uso da força por parte das FS sempre com o objetivo de dar cumprimento de uma ordem e não de punir esse incumprimento (Sousa, 2008). No entanto esta aplicação de meios legítimos por lei, terá que seguir por sua vez vários pressupostos, entre eles ser proporcional, adequado e necessário, devendo ser o primeiro objetivo o uso mínimo da força numa atuação que deve proteger o cidadão na e da sua própria liberdade.

4.2. Fatores a considerar na decisão de quem comanda

Com o intuito de se abordar a questão do planeamento e da decisão, torna-se importante fazer uma alusão à figura de quem comanda e as suas competências.

Em Portugal, a competência do comandante num determinado acontecimento resume-se à área devida em que tal acontecimento tem lugar. Assim, segundo quer a Lei Orgânica da GNR (LOGNR) quer a Lei Orgânica da PSP (LOPSP)⁴² enunciam nos Art.ºs 3º, n.º1 e 3º, n.º2, al a) respetivamente, que estas duas FS têm como uma das atribuições nas

reunião pública, dada por autoridade competente, com advertência de que a desobediência constitui crime, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias.”.

⁴⁰ Por forma a legitimar a atuação policial.

⁴¹ É exemplo o Manual de OP da GNR (2004)

⁴² Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro. (Lei que aprova a Orgânica da Guarda Nacional Republicana), Diário da República, 1ª Série – N.º 213 e Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto. (Lei que aprova a Orgânica da Polícia de Segurança Pública), Diário da República, 1ª Série – N.º 168.

respetivas áreas de competência⁴³ “Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito”. Por outro lado, a começar pelo Plano de Coordenação Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança (PCCCOFSS) - que refere que deve a manutenção da OP ser atividade por excelência da GNR e PSP - temos o Art.º 3º, n.º1, alínea b) das respetivas Leis Orgânicas. Nestes documentos são referidas as atribuições: “Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das pessoas e dos bens”.

Deste modo, fica claro que em ambas as FS, a responsabilidade da manutenção da OP recai sobre o comandante da área FS territorialmente. Tal é ainda reforçado pelo n.º1 do Art.º 41 do Estatuto dos Militares da GNR, no qual se lê que: “A função de comando traduz-se no exercício da autoridade que é conferida a um militar para dirigir, coordenar e controlar comandos, unidades, estabelecimentos, subunidades e forças constituídas.”

Também através da alínea b) do n.º1 do Art.º 36º da LOPSP se clarificam essas competências, plasmando que: “Aos comandantes regionais, metropolitanos e distritais de polícia, na sua área de responsabilidade, compete: Exercer o comando do respetivo comando territorial, através da gestão e emprego dos meios humanos, materiais e financeiros que lhe estão atribuídos”. Do mesmo modo tem-se no PCCCOFSS que o comandante da unidade/comando com responsabilidade territorial sobre o local de ocorrência⁴⁴ deve assegurar o comando e a gestão deste tipo de incidentes.

Assim, cabe ao comandante da unidade ou subunidade respetiva da área onde tiver lugar determinado acontecimento, planear, preparar e ativar os recursos necessários à execução da missão que a Lei lhe atribui⁴⁵. No exemplo prático desta investigação, se se tratar de uma manifestação com possibilidade de culminação de violência em que se torne necessária a decisão de dissolução e dispersão, segundo o Processo n.º 40/89, de 23 de

⁴³ É possível constatá-lo no n.º1 do Art.º 37º em que “O comando territorial é responsável pelo cumprimento da missão da Guarda na área de responsabilidade que lhe for atribuída, na dependência direta do comandante-geral.” e na LOPSP através do n.º1 do Art.º 34º em que “Os comandos territoriais de polícia são unidades territoriais na dependência direta do diretor nacional que prosseguem as atribuições da PSP na respetiva área de responsabilidade.”

⁴⁴ Considerado incidente tático-policial através do carácter inopinado e reativo e da necessidade de emprego de meios que ultrapassam o normalmente utilizado através de uma intervenção policial que é uma situação de alteração de OP.

⁴⁵ Aquilo que o PCCCOFSS define como comando e gestão do incidente tático-policial.

Março de 1990 – Responsabilidade pela Decisão de Dispersão de um Evento⁴⁶, é esse mesmo comandante de unidade ou subunidade da respetiva área que a deve tomar.

Para tais situações as duas FS têm na sua orgânica previstas forças de manutenção de OP⁴⁷, que terão os respetivos comandantes responsáveis pela dispersão e consequente uso da força se necessário. Contudo, apesar do comando respetivo desta parte tática nunca convém esquecer que será o comandante territorialmente competente, o último responsável quer no planeamento e fixação de objetivos, quer nas medidas a utilizar na parte puramente tática.

Tendo lugar um dado acontecimento como é o caso de uma manifestação, na qual o comandante responsável sabe que irá ter como destino o órgão de soberania que é AR⁴⁸, aquele tem necessariamente que desenvolver esforços no sentido ter em conta um planeamento para devida situação.

Com auxílio da doutrina e organização militar pura⁴⁹, tendo em conta os princípios doutrinários operacionais das FS⁵⁰, faz-se também neste subcapítulo uma abordagem àquilo que se considera a base para um bom planeamento e a sua importância.

Entende-se o ato de planear como um “processo pelo qual o comandante visualiza um resultado final, transmite um método eficaz para o atingir e comunica a sua visão, intenção e decisões” (Plano Tático de Tomada de Decisão, 2007, p. 2-1). É um processo que está em constante desenvolvimento, revisão e nunca se poderá considerar como estanque e inflexível.

O objetivo do planeamento⁵¹, “(...) promove a iniciativa e facilita a ação eficaz face a acontecimentos imprevistos” (Plano Tático de Tomada de Decisão, 2007, p. 2-1), aliado à intuição e experiência de quem comanda. No fundo pretende-se criar um enquadramento para a incerteza e complexidade das operações policiais, evitando erros mas preparando as forças para reagir perante estes, num processo de sistematização das modalidades de ação

⁴⁶ Processo n.º 40/89, de 23 de Março de 1990, Procuradoria Geral da República – Responsabilidade pela Decisão de Dispersão de um Evento: “ (...) a ordem de dispersão competirá à autoridade policial que tiver responsabilidade de assegurar a defesa da legalidade democrática e de garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos no quadro circunstancial de tempo e lugar onde o ato se desenrole”.

⁴⁷ Segundo a LOGNR no seu n.º 1 do Art.º 44º e a LOPSP no seu Art.º 42º.

⁴⁸ Órgãos de soberania de acordo com o n.º 1 do Art.º 110º da CRP: Presidente da República, AR, Governo e Tribunais.

⁴⁹ Tem-se como referência para a estruturação de um processo que é planeamento o Planeamento Tático e Tomada de Decisão, Publicação Doutrinária do Exército 5-00, do Exército Português, de Agosto de 2007

⁵⁰ Perspetiva policial, em que o conceito de força letal é liminarmente afastado, como sugerem os Princípios Operacionais no Manual de operações da GNR (Cap V., Vol II).

⁵¹ O planeamento trata-se de um processo intuitivo e simultaneamente analítico, em que o fator tempo e complexidade da situação são fulcrais para o comandante decidir mais apoiado na sua experiência ou através de um processo mais metódico. Contudo, como sugere o Planeamento Tático e Tomada de Decisão, as duas raramente são independentes e exclusivas.

elaboradas pelo comandante estando ao mesmo tempo preparado para as suas consequências.

O comandante da força, nunca pode prescindir de algo que o mantém presente no contexto da situação em si, as informações, segundo o (Plano Tático de Tomada de Decisão, 2007, p. 2-17), “ Quanto mais informações tiverem disponíveis mais fácil é de planejar”.

No que à operação diz respeito, e apreendendo uma vez mais o exemplo de uma manifestação que poderá ter contornos de desordem, o comandante terá necessariamente que ter em mente um objetivo que é a manutenção da OP ou em último caso, a sua reposição. Assim, numa fase de preparação que precede a fase de execução da operação, com o intuito de melhor auxiliar o comandante, organizando e tornando metódico o seu planeamento, a doutrina militar desenvolveu o Processo de Decisão Militar (PDM)⁵².

O seu desenvolvimento pormenorizado não se enquadra nesta investigação, até porque, no âmbito de uma operação policial por vezes o comandante não tem como seu aliado o tempo necessário para planejar de forma tão metódica.

No entanto este processo com as suas sete fases⁵³, requer do comandante o esforço para obter as melhores informações quanto a todos os pormenores que rodeiam o ambiente do acontecimento. Estes pormenores denominam-se Fatores de Decisão Militar (FDM) e devem começar a ser tidos em conta logo que o comandante receba a missão⁵⁴ a desenvolver em relação ao acontecimento em causa.

Poderá quem planeia, abreviar o seu planeamento para maximizar o tempo e tornar o plano mais eficaz, contudo estes seis FDM, alimentados por uma constante informação, tornam-se vitais para o sucesso da sua operação, a saber: *Missão; Adversário; Terreno e condições atmosféricas; Meios; Tempo disponível e Civis*.

Na *missão* definem-se as missões individuais de cada homem, militar ou agente, seja mais à retaguarda ou até de uma que está na linha da frente da força de OP. Segundo o (Manual Operações 1997, p. VI-9) “ (...) a missão é fixada pelo Comandante superior em termos suficientemente genéricos mas absolutamente claros e não deixando dúvidas quanto ao que se pretende obter (...) ”.

⁵²Segundo (Plano Tático de Tomada de Decisão, 2007, p. 5-1): “ (...) processo de planeamento analítico que estabelece procedimentos para analisar a missão, gerar, analisar e comparar m/a com base em critérios de avaliação, selecionar a m/a ótima e produzir um plano ou ordem.”

⁵³ Ver Figura 2 presente em Apêndice E.

⁵⁴ Considerada a primeira fase no Processo de Decisão Militar como a Receção da Missão.

Quanto ao *adversário*, é do fulcral interesse saber com quem estamos a lidar, isto é, qual o âmbito da manifestação, o número participante, o itinerário que a mesma pretende seguir, o seu destino e se efetivamente existe adversário numa manifestação autorizada neste caso. Como já abordado nesta investigação, por vezes é um número pequeno de perturbadores que está presente, no entanto é essencial obter todas as informações acerca do mesmo.

No que diz respeito ao *terreno* este é igualmente importante, ou seja, quais os acessos na área em questão, quais as características do destino da manifestação, tem-se como exemplos a existência de escadas, o declive, os próprios itinerários de fuga se houver distúrbios e consequente vaga de dispersão policial, a existência de objetos que possam ser arremessados em qualquer ponto em que a manifestação passe⁵⁵.

No que toca aos *meios* é nesta fase que quem planeia tem que considerar questões de natureza tática como por exemplo o próprio treino da força, as suas capacidades e os meios que tem à sua disposição, ou até o posicionamento e acesso ao local dos serviços de emergência médica.

Na questão do *tempo disponível*, este tem que ser considerado como um todo que abarca o planeamento, a preparação e a própria execução do acontecimento.

Quanto à questão dos *civis*, esta tem claramente um peso considerável. Isto é, sendo uma manifestação, importa saber de que tipo se trata, características e motivações dos participantes, traços culturais, entre outros aspetos. Quando aplicável, importa estabelecer contatos com as estruturas fontes sindicais e/ou outros responsáveis pela própria manifestação.

Do mesmo modo deve-se considerar a questão dos OCS, sabendo de antemão que estes pretendem efetuar a transmissão de informação como serviço público e como tal, à parte das questões legais já abordadas, deve-se estudar em cada situação qual o melhor posicionamento para criar condições para que estes também exerçam a sua missão em segurança.

Por último depois da fase de preparação que engloba todas estas questões abordadas segue-se a fase de execução em que o comandante supervisiona o acontecimento, adaptando os seus homens à situação em que as informações devem ser constantes e prontas para se encaixarem num planeamento flexível mas pensado.

⁵⁵ Tem-se como exemplo a existência de um local em obras junto a um itinerário onde a manifestação passe, que tem que ser considerado por quem planeia.

4.3. O enquadramento dos OCS na tomada de decisão

Foi feita nesta investigação uma abordagem aos direitos do cidadão no que toca à manifestação e reunião, à definição de OP, partindo depois para os fatores a considerar por um comandante de uma força de OP neste tipo de casos. Como anteriormente referido, e fazendo alusão aos critérios de noticiabilidade, situações de alteração da OP podem constituir motivo para a presença de profissionais dos média. Aqui, terá naturalmente o comandante de considerar este fator no seu planeamento, tendo em conta aspetos legais e procedimentos que se seguem no caso das FS.

Os jornalistas são “aqueles que, como ocupação principal, permanente e remunerada, exercem funções de pesquisa, recolha, seleção e tratamento de factos, notícias ou opiniões”⁵⁶. A sua função começa por estar consagrada na CRP, nos Art.ºs 37º e 38º⁵⁷ com referência à liberdade de expressão, ao direito de informar, ao não impedimento nem discriminação de quem pratica esse direito. Em Janeiro de 1999 é publicada a Lei de Imprensa⁵⁸, que nos remete para a Liberdade de imprensa e os direitos dos jornalistas, explanados no Art.º 22º⁵⁹. Estes direitos são do mesmo modo tipificados no Estatuto do Jornalista, no seu Art.º 6º.

Contudo, este Estatuto do Jornalista tipifica também, no seu Art.º 14º⁶⁰, uma vertente fulcral para as relações que o jornalista estabelece com outros sectores na sociedade, os seus Deveres.

Após esta abordagem aos diplomas legais que enquadram o jornalista como profissional que presta o serviço de informação à sociedade, torna-se importante enquadrá-lo numa situação de alteração da OP decorrente de uma manifestação. Assim, Oliveira (2000) destaca os jornalistas como atores participantes de uma manifestação, entre os

⁵⁶ Art.º 1º do Estatuto do jornalista, Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro, (Lei que aprova o Estatuto do Jornalista), Diário da República, I Série – A, N.º 10, 198 – 201.

⁵⁷ Liberdade de expressão e informação e Liberdade de imprensa e meios de comunicação social respetivamente.

⁵⁸ Sofrendo entretanto retificação de Março de 1999 e a alteração de Junho de 2003.

⁵⁹ São estes: “a) A liberdade de expressão e de criação; b) A liberdade de acesso às fontes de informação, incluindo o direito de acesso a locais públicos e respetiva proteção; c) O direito ao sigilo profissional; d) A garantia de independência e da cláusula de consciência; e) O direito de participação na orientação do respetivo órgão de informação.”

⁶⁰ Entre diversas alíneas destacam-se: “a) Exercer a atividade com respeito pela ética profissional, informando com rigor e isenção; e) Não tratar discriminatoriamente as pessoas, designadamente em função da cor, raça, religião, nacionalidade ou sexo; f) Abster-se de recolher declarações ou imagens que atinjam a dignidade das pessoas; i) Não recolher imagens e sons com o recurso a meios não autorizados a não ser que se verifique um estado de necessidade para a segurança das pessoas envolvidas e o interesse público o justifique.”

manifestantes, serviço da ordem dos manifestantes, nebulosa, público e forças policiais⁶¹. São de facto atores que poderão ter enorme peso no decorrer dos acontecimentos, tal como esta investigação pretende estudar. Deste modo, tendo como intuito a cobertura jornalística, seguindo a ideia de (Sousa, 2008, p. 396), não devem estes profissionais ser “submetidos às imposições e limitações do cidadão comum”.

Como já referido anteriormente nesta investigação, desde que cumpridos os Deveres já mencionados do Estatuto do Jornalista por parte destes profissionais, bem como os critérios de identificação do Art.º 4^{o62}, o N.º4 do Art.º 3º do Regulamento da Carteira Profissional do Jornalista⁶³ e seguindo o seu Código Deontológico⁶⁴, poderão ter acesso a todos os locais para o acesso às fontes de informação como previsto nos seus Art.ºs 9º e 10 do Estatuto do Jornalista⁶⁵.

Deste modo é fulcral que quem comanda a FS competente naquela área enquadre os OCS no seu planeamento. Assim, têm as FS previstas nas suas orgânicas órgãos de relações públicas (RP) que foram criando com o intuito de se focalizarem nas relações desenvolvidas com este dito ator.

⁶¹Consultar (Oliveira, 2000, p. 199).

⁶²Título Profissional: “1 — É condição do exercício da profissão de jornalista a habilitação com o respetivo título, o qual é emitido por uma Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, com a composição e as competências previstas na lei, ver exemplo da Figura n.º 3 presente em apêndice F.

⁶³Decreto-Lei N.º 305/97 de 11 de Novembro, (Decreto-Lei que aprova o Regulamento da Carteira Profissional do Jornalista), Diário da República, I Série – A, N.º 261, 6143 – 6147. Note-se aqui que apenas é referido que o Jornalista apenas tem que ser portador do documento de identificação, sendo obrigatório a sua apresentação apenas quando solicitado pelas autoridades.

⁶⁴Aprovado em 4 de maio de 1993, em assembleia-geral do Sindicato dos Jornalistas. Destaca-se nomeadamente o N.º4: “O jornalista deve utilizar meios legais para obter informações, imagens ou documentos e proibir-se de abusar da boa-fé de quem quer que seja. A identificação como jornalista é a regra e outros processos só podem justificar-se por razões de incontestável interesse público.

⁶⁵ Nomeadamente os n.ºs 1 dos respetivos Art.ºs.

Parte Prática

Capítulo 5

Metodologias e Procedimentos

Na Revisão da literatura ou estado da arte, que foi anteriormente apresentada, foram tecidas algumas reflexões acerca do conceito de OP e sua aplicação na legislação existente em Portugal. Assim, foram também destacadas algumas das práticas profissionais de quem cobre acontecimentos como manifestações com probabilidade de alteração desta mesma OP. Por outro lado, foi abordado qual o papel das FS nesta questão e sobretudo como tem o comandante da FS territorialmente competente que incluir no seu planeamento os OCS que prestam o serviço de informação à sociedade.

Após a realização desta vertente teórica, importa continuar esta investigação através de um trabalho de campo ou parte prática. Nesta, apresentam-se os dados reunidos, os quais permitirão responder às perguntas lançadas, bem como testar as hipóteses da investigação. Pretende-se então perceber qual a influência dos OCS na preparação das FS, os meios e modo de atuação destes profissionais dos média e qual o comportamento recíproco entre jornalistas e elementos das FS.

Neste capítulo, far-se-á uma explicação da metodologia utilizada e a sua caracterização prática por forma a responder em todos os aspetos às questões lançadas na investigação.

De igual forma procede-se à descrição das técnicas, procedimentos e meios utilizados neste trabalho, bem como a caracterização da amostra em termos de composição e justificação. São também abordados e descritos os procedimentos que dizem respeito à análise e recolha dos dados neste trabalho.

5.2. Metodologia do Trabalho de Investigação

Para a elaboração do presente trabalho adotou-se uma metodologia de investigação qualitativa, ou seja, através de uma “variedade de técnicas interpretativas que têm por fim descrever, decodificar, traduzir certos fenómenos sociais que se produzem mais ou menos naturalmente” (Deslauriers citado por Guerra, I., 2012, p. 11). Segundo este autor, este tipo

de metodologia caracteriza-se por uma incidência maior das técnicas no significado dos fenómenos em vez da sua frequência.

No que diz respeito às técnicas de recolha de dados referidas, as metodologias qualitativas privilegiam três formas segundo Lessard-Hébert, et. al. (2012): O inquérito, que engloba a entrevista e o questionário; a observação; e a análise documental, sofrendo todas estas técnicas de recolha de dados uma análise posterior.

No entender de Quivy, R., et. al., (2005), as metodologias qualitativas poderão adotar duas formas de recolha de dados, sendo estes a entrevista, sob o ponto de vista de uma observação indireta, e por outro lado, a própria observação direta em que o investigador não recorre a nenhum intermediário para fazer a sua recolha de dados.

O presente estudo apresenta um conjunto de hipóteses às quais se pretende que sejam confirmadas ou não. Este processo inclui então uma análise dos dados recolhidos que têm por base um vasto leque de informações entre literatura, leis, decretos-lei, regulamentos e normas internas tido em conta pelo investigador. Ou seja, segundo (Guerra, I., 2012, p. 22), trata-se de uma metodologia hipotético-dedutiva, em que “as realidades sociais estabelecidas a priori são colocadas no contexto de prova”, em que o intuito da investigação é portanto testar a teoria. Porém, a característica qualitativa traz também a possibilidade de se irem verificando as hipóteses ao longo da investigação, nomeadamente na fase da recolha de dados, surgindo aquelas como “uma componente do trabalho de investigação”, (Lessard-Hébert, et. al., 2012, p. 75).

Com o objetivo de confirmar ou desaprovar as hipóteses, recorreu-se nesta investigação à entrevista como técnica de recolha de dados. Esta, segundo Quivy, R., et. al., (2005), permite uma verdadeira interação entre investigador e entrevistado, produtiva e útil em todos os sentidos uma vez que o entrevistado exprime as suas opiniões e experiências acerca de qualquer assunto sobre um enquadramento aberto do investigador.

Recorreu-se também por outro lado a um outro tipo de recolha de dados, denominado por Lessard-Hébert, et. al. (2012) como observação participante passiva ou por Quivy, R., et. al., (2005) como observação direta não participante. Apesar das diferenças na terminologia, este método consiste apenas numa forma de recolha de dados.

Ou seja, é o próprio investigador que pode compreender o assunto em estudo a partir do seu interior. Este processo caracteriza-se assim pela observação dos comportamentos e opiniões dos intervenientes nas situações, “no próprio momento em que se produzem”, Quivy, R., et. al., (2005). Isto é, apesar de não participar como interveniente no acontecimento, no entanto o investigador está inserido no mesmo, conseguindo,

segundo (Lessard-Hébert, et. al., 2012, p. 156), “apreender a perspectiva interna dos participantes”.

Convém porém referir que, apesar das diferentes opiniões dos vários autores sobre qual deveria ser a primeira técnica de recolha de dados a ser usada na investigação, é unânime que estas se complementam mutuamente acima de tudo, tendo como exemplo (Lessard-Hébert, et. al., 2012, p. 160) “a técnica da entrevista não só é útil e complementar à observação (...)”, ou (Quivy, R., 2005, p. 197), “ (...) quase sempre de modo bastante flexível e como complemento de outros métodos mais formalizados”.

5.3. Procedimentos e técnicas

O trabalho teve o seu início com a pesquisa bibliográfica, efetuada em várias bibliotecas institucionais, designadamente, Academia Militar, Escola da Guarda, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna ou Procuradoria-Geral da República.

Esta pesquisa, orientada pelos objetivos e intenções formulados no início, apura o “estado da arte” e relaciona-se com as restantes componentes da investigação, pois contribui para estabelecer uma lógica de coerência em que todo este processo tem a finalidade de se proceder à confirmação ou refutação das hipóteses Lessard-Hébert, et. al. (2012).

Para tal, utilizaram-se técnicas no âmbito da metodologia qualitativa como a observação e a entrevista. A observação, segundo Lessard-Hébert, et. al. (2012), utiliza entre outras, as aptidões do investigador como a intuição, a perceção dos problemas e imaginação. A entrevista baseada numa amostra que seguiu critérios estabelecidos, será “objeto de análise de contudo sistemática, destinada a testar as hipóteses de trabalho”, (Quivy, R., et. al., 2005, p. 192).

5.3.1. Entrevistas e critérios de escolha dos entrevistados

Segundo Quivy, R., et. al., (2005), a entrevista permite uma verdadeira interação entre investigador e entrevistado, produtiva e útil em todos os sentidos uma vez que o entrevistado exprime as suas opiniões e experiências acerca de qualquer assunto sobre um enquadramento aberto do investigador.

Existindo vários tipos de entrevista, no caso em estudo optou-se pelo estabelecimento de um guião semi-diretivo que na definição de Quivy, R., et. al., (2005),

implica perguntas não totalmente abertas, mas também não restritivas, deixando assim ao entrevistado a possibilidade de falar sobre os assuntos de modo mais livre e espontâneo, ao mesmo tempo que o investigador pode “manter o controlo no decurso do processo”, (Lessard-Hébert, et. al., 2012, p. 162) mantendo o foco no assunto.

A seleção dos entrevistados, baseou-se em critérios de “representatividade social”, “(Guerra, I., 2012, p. 40), e não num cariz estatístico. Assim, optou-se por uma representatividade que fosse de encontro a uma das três possibilidades avançadas por Quivy, R., (2005), das características da população. Ou seja, pretende-se aqui alcançar uma vertente de diversidade, tendo em conta o natural elo de ligação com a situação em estudo, mas também a experiência profissional e o carácter de responsabilidade inerente às funções ocupadas à data dos factos.

Deste modo, a amostra é composta por três grupos de entrevistados como demonstra o Quadro n.º 2, a saber: profissionais dos média, profissionais das FS, Oficiais que embora não intervenientes diretos na situação em estudo, estão associados indiretamente.

No que aos profissionais dos média diz respeito, tentou-se ir de encontro à questão da diversidade, compreendendo a amostra profissionais dos diferentes meios de comunicação social existentes. Em relação aos profissionais das FS, previa-se no início da investigação, a participação de um leque maior de Oficiais da PSP com o seu contributo para as entrevistas. No entanto, por motivos alheios à capacidade do investigador foi compreendido na amostra o Oficial da PSP com a função mais ligada à parte operacional na situação.

Por último, foram compreendidos na amostra, dois Oficiais que ocupavam na altura as funções que, não estando diretamente ligadas à ação em si, estão necessariamente ligadas ao fator Segurança da manifestação, a saber, o responsável pela segurança da AR e o Oficial Adjunto do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.

Deste modo, compreendendo as várias vertentes profissionais envolvidas, consegue-se assim ter em conta a “heterogeneidade dos sujeitos”, (Guerra, I., 2012, p. 40), e garantir a diversidade dos mesmos.

Quanto ao Guião de Entrevista⁶⁶, este foi elaborado em conformidade com as perguntas e as hipóteses formuladas. Depois de selecionados os entrevistados, observaram-se as formalidades de contacto com os mesmos, disponibilizando-lhes uma carta de

⁶⁶ Presente em apêndice G.

apresentação, um enquadramento da investigação e o próprio guião de entrevista que é constituída por 13 questões (Q1 a Q13). Ainda antes de se efetuar a entrevista, solicitou-se aos participantes autorização para proceder à gravação da mesma, tendo em vista a posterior transcrição para análise.

Após a finalização das entrevistas, foram devidamente transcritas através do programa *Microsoft Word 2010* e em seguida começou-se a proceder à análise de conteúdo dos dados. Esta análise tem uma “dimensão descritiva que visa dar conta do que nos foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista”, (Guerra, I., 2012, p. 62).

Para interpretar os dados reunidos, procedeu-se à elaboração de grelhas de análise que consistem em sinopses do discurso de cada entrevistado. Estas contêm de forma literal o fundamental de cada entrevista, constituindo “material descritivo que, atentamente lido e sintetizado, identifica as temáticas e problemáticas”, (Guerra, I., 2012, p. 73).

No que diz respeito à própria análise da informação, procedeu-se à elaboração de grelhas tendo em vista cada resposta e a sua ordenação e classificação segundo o critério de expressões ou opiniões semelhantes. É portanto tido em conta a frequência com que é utilizada certa opinião numa dada pergunta pelo universo dos entrevistados. Esta tarefa “consiste em reagrupar por critérios de proximidade de conteúdo”, (Guerra, I., 2012, p. 78).

Quadro n.º 2 – Amostra das entrevistas

Entrevista N.º	Função	Pertença Institucional
E1	Jornalista Editora	Jornal Expresso
E2	Jornalista Redatora Principal	RTP
E3	Jornalista	SIC
E4	Repórter	TSF
E5	Jornalista Editora Área de Segurança	Antena1
E6	Coronel - Oficial de Segurança Assembleia República	GNR
E7	Jornalista	Diário de Notícias
E8	Jornalista/Pivot	TVI
E9	Jornalista Editor	Rádio Renascença
E10	Tenente-Coronel - Adjunto Secretário-Geral Sistema Segurança Interna	GNR
E11	Chefe Área Operacional Comando Metropolitano de Lisboa	PSP
E12	Jornalista	Correio da Manhã

5.3.2. Observação

O método de observação direta, segundo Quivy, R., et. al., (2005) ou observação participante de acordo com Lessard-Hébert, et. al. (2012), consiste na observação dos factos no âmbito do objeto da investigação, comparando-os com os conceitos já adquiridos, isto é, trata-se do “conjunto das operações através das quais o modelo de análise é submetido ao teste dos factos e confrontado com os dados observáveis”, (Quivy, R., et. al., 2005, p. 155).

Através da realização de uma manifestação organizada pela CGTP em Julho de 2014, sendo esta a mesma entidade organizadora da manifestação em estudo, foi possível observar os comportamentos dos intervenientes, organização do evento no espaço determinado pelas FS, e interação entre esses intervenientes nesse espaço. Com efeito, permitiu ao investigador “compreender um meio social que, à partida, lhe é estranho ou exterior”, (Lessard-Hébert, et. al., 2012, p. 155).

Os factos foram registados imediatamente após a observação, havendo também uma ligação com as entrevistas aplicadas, permitindo assim, numa das perspetivas de Lessard-Hébert, et. al. (2012), ter referenciado e classificado os problemas, sistemas de valores das pessoas presentes na situação, através de alguns factos mencionados anteriormente nesta técnica de recolha de dados.

Capítulo 6

Estudo de Caso: a manifestação de 14 de novembro de 2012

Neste capítulo aborda-se a manifestação de 14 de Novembro de 2012 sob uma perspectiva de estudo de caso. Assim, começa-se por caracterizar os acontecimentos do dia, em jeito de linha temporal das ocorrências mais significativas, com base no levantamento da cobertura mediática do assunto. Atendendo à importância das fontes, mencionada no Capítulo 3, faz-se também uma breve abordagem das reações de diversas personalidades com funções de representação ou cargos públicos relevantes, com o objetivo de se perceber o impacto social que teve este acontecimento.

6.1. Caracterização da manifestação (14 de Novembro de 2012)

A situação remete-nos para o dia 14 de Novembro de 2012, dia de Greve Geral em Portugal, marcada por manifestações nas principais cidades do país, organizadas pelas frentes sindicais. A manifestação em frente à AR (caso em estudo) não surge isolada, muito pelo contrário. Por um lado, surge num contexto de greves por toda a Europa, principalmente nos países mais atingidos pelo impacto da austeridade, consequência da crise financeira iniciada em 2008. Do mesmo modo, o dia 14 de Novembro de 2012 não surge também isolado no contexto nacional.

Portugal vive desde 2011 um processo de resgate financeiro, do qual adveio a implementação de medidas de austeridade. Estas vieram a resultar numa série de manifestações e protestos por todo o país. Assim, apesar de 14 de Novembro de 2012 ser um caso atípico em termos de violência e atos de vandalismo no país, desponta como culminar de outros protestos também de cariz violento.⁶⁷

Segundo Paixão (2013), “a AR transformou-se em 2012 no palco desta contestação tendo ocorrido à frente da sua escadaria 94 manifestações, das quais 6 com incidentes, ou seja, alterações graves da ordem pública, a saber 15 e 29 de Setembro, 13, 15 e 31 de Outubro e 14 de Novembro.”

⁶⁷ Ver Figura nº 10 em Anexo A registo de ocorrências da sala de segurança da AR.

Nas ocorrências de 14 de Novembro, segundo Oliveira (2000), evidenciam-se sinais de manifestação numa situação de crise, em que o evoluir dos acontecimentos está fora de controlo e os organizadores acabam por ser ultrapassados por esses acontecimentos. Este tipo de manifestação é normalmente organizado por frentes sindicais, às quais aderem milhares de pessoas, em grande parte trabalhadores, desempregados e até famílias inteiras. Contudo poderão surgir nestes casos grupos radicais e anárquicos que pretendem alcançar os seus objetivos através de atos violentos.

No caso em estudo, a manifestação decorreu, durante todo o seu percurso até à AR, sem incidentes ou atos de violência⁶⁸ generalizados, apenas de carácter excecional. No entanto, como já abordado nesta investigação, apesar de não se caracterizar como uma manifestação violenta pela não generalização da violência no seu início, a partir de certo ponto, foi afastada da sua finalidade pela prática de atos contrários à lei, perturbando grave e efetivamente a ordem e tranquilidade públicas⁶⁹. Assim, houve então uma certa generalização da violência a partir de “um ajuntamento de uma pluralidade de pessoas na via pública”, (Oliveira, 2000, p. 220), legitimando a atuação policial.

É possível, neste contexto, compreender a presença em grande número dos OCS se tivermos em conta os critérios de noticiabilidade apontados no Capítulo 3. Com efeito, desde cedo se começou a perceber que era um acontecimento que envolvia uma grande massa humana por decorrer num dia de greve geral em todo o país. Nesta greve reivindicavam-se direitos e protestava-se contra as medidas de austeridade numa altura de crise económica. Envolvia líderes sindicais, FS e como tal espera-se sempre neste tipo de acontecimento um feedback de membros de Governo e partidos políticos. Por último, com a informação que rapidamente se propagou, da presença de membros de grupos radicais na manifestação, era previsível a existência de confrontos com as autoridades e a prática de atos violentos. Por estes motivos, que preenchem a maior parte dos critérios de noticiabilidade, era expetável uma elevada cobertura mediática.

Através da consulta aos arquivos das notícias *on-line*, reconstitui-se a fita do tempo dos principais momentos da manifestação⁷⁰, dos quais se realçam os seguintes: saída do cais do Sodré dos vários movimentos e dos estivadores em direção ao Rossio pelas 14h00m; após lançamento de vários petardos constata-se excecionais desacetos entre manifestantes e PSP pelas 14h12m; integração dos estivadores na manifestação da CGTP

⁶⁸ Recorde-se a definição de violência por (Oliveira, 2000, p. 220) como “toda a conduta que atente contra os bens pessoais e patrimoniais alheios”.

⁶⁹ Faz-se mais uma vez referência ao Art.º 5º do Decreto-Lei 406/74, de 29 de Agosto.

⁷⁰ Ver Figura n.º 4 presente em apêndice H.

pelas 14h53m; constatação de diferença nítida entre a parte da frente do protesto com manifestantes afetos à CGTP e a parte de trás com os movimentos não-alinhados pelas 15h05m; chegada dos estivadores e movimentos não-alinhados à AR pelas 15h50m, notando-se a separação da manifestação; abandono da CGTP e derrube das barreiras policiais por elementos marginais à frente sindical pelas 17h00m; arremesso de pedras da calçada pelas 17h26m; avisos da PSP, intimação e possibilidade do uso da força pelas 18h05m; vaga de dispersão policial da PSP sobre os manifestantes pelas 18h16m; fuga dos manifestantes e continuação de atos violentos nas ruas adjacentes à AR a partir das 18h18m; Feedback por parte da PSP dizendo o número de detidos, feridos e identificados pelas 20h45m.

Em síntese, é possível identificar cinco momentos distintos na manifestação em estudo: concentração no Rossio e posterior deslocação para a AR de uma grande massa humana que se manifestava contra as medidas de austeridade, incluindo a CGTP, os estivadores e elementos pertencentes a grupos radicais e anárquicos; concentração em frente à AR, em que apesar de alguns petardos rebentados e alguns atos não pacíficos, a manifestação decorria sob organização da CGTP de forma pacífica; Abandono do local por parte da CGTP e intensificação dos incidentes com petardos e arremesso contínuo de garrafas, pedras e outros objetos à PSP que se encontrava na escadaria da AR, por parte de grupos radicais; vaga de dispersão policial após a advertência prevista legalmente, por forma a pôr termo aos constantes atos de agressão e grau de violência que se verificava nas imediações da AR; reação dos manifestantes à vaga de dispersão policial com o iniciar de atos de vandalismo nas artérias adjacentes à AR, durando estes várias horas.

6.2. As reações

Através daquilo que foi um olhar crítico sobre os acontecimentos de 14 de Novembro de 2012, pretende-se aqui descrever o peso social que aqueles possam ter tido.

Este levantamento mediático resulta de uma filtragem feita pelo investigador de opiniões de diversas personalidades que ocupavam à data dos factos importantes cargos públicos, fazendo com que as suas opiniões traduzissem olhares não pessoais mas órgãos ou instituições partidárias.

Através da análise aos comentários presentes na Quadro n.º 6⁷¹, é possível verificar três grandes aspetos que são comuns ao discurso das personalidades tidas em conta: Em primeiro lugar, todas as personalidades condenam os atos violentos que aconteceram em frente à AR; em segundo lugar, o entendimento de que os atos de vandalismo e violência ocorridos advêm de movimentos ou grupos radicais, que não representa nem de perto a opinião dos portugueses que se manifestavam naquele dia; em terceiro lugar, as reações mostram-se favoráveis à atuação da FS que, na opinião das personalidades, esteve dentro daquilo que é pretendido, numa perspetiva de atuação que se enquadra na lei.

⁷¹ Quadro N.º 6 presente no apêndice I

Capítulo 7

Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

No capítulo que se segue é feita a apresentação, análise e discussão de resultados obtidos por intermédio das entrevistas.

Procede-se também à caracterização da observação feita no âmbito de uma manifestação com contornos idênticos aos que estamos a estudar. Manifestação esta que teve lugar em frente à Assembleia da República organizada pela mesma estrutura sindical.

Pretende-se aqui descrever os pormenores da organização do dispositivo policial bem como os procedimentos adotados durante a manifestação com os OCS.

7.2. Análise e discussão dos resultados das entrevistas

Considerando as perguntas incluídas no guião de entrevista, aqui reproduzidas, apresenta-se a sinopse das ideias-chave identificadas nas respostas, bem como a frequência com que foram mencionadas pelos 12 entrevistados⁷².

Q1 - Na ocorrência de manifestações, existem contactos prévios entre forças policiais e jornalistas? Se sim, descreva sinteticamente como se estabeleceram esses contactos no caso da manifestação de 14 de Novembro de 2012.

É possível verificar, através da **Tabela n.º2** (Apêndice K) e **Quadro n.º 7** (Apêndice J) que nem sempre existe o contacto entre estas duas áreas profissionais (E3, E6, E8, E9, E11 e E12). Do mesmo modo, alguns jornalistas têm já informações sobre os contornos da manifestação antes de irem para o local (E1 e E3).

Quando existem esses contactos, partem do lado dos jornalistas com o intuito de perceber quais os contornos da manifestação, ou seja, meios, percursos e números dos efetivos das FS (E1, E2, E4, E5, E6, E7, E11 e E12).

Por outro lado, o contacto só é estabelecido por parte das FS quando tem lugar algum evento de cariz institucional e com grande impacto, sendo estabelecido de maneira formal (E2, E3, E8, E9, E10 e E11).

⁷² Ver Apêndice K.

Q2 - Nas situações descritas, concretamente na manifestação de 14 de Novembro de 2012, como se organiza no terreno o dispositivo para a presença/trabalho dos jornalistas?

Q2.1. - Considera esse dispositivo adequado? Se não, por favor diga que aspetos poderiam ser melhorados.

De acordo com **Tabela n.º3** (Apêndice K) e **Quadro n.º 8** (Apêndice J), verificamos que o dispositivo para a presença e o trabalho dos jornalistas existe e traduz-se num espaço atribuído pela FS dentro do cordão policial (E1, E2, E3, E4, E6, E7, E8, E9, E11 e E12). Para terem acesso a este espaço, os jornalistas deverão identificar-se com a respetiva carteira profissional (E4, E6 e E12).

Apesar da existência desse espaço, ao longo do evoluir dos acontecimentos, os jornalistas vão alternando a sua posição, dentro e fora do cordão policial. Muitas vezes cada OCS tem mais do que um profissional a cobrir o acontecimento, permitindo que um profissional esteja no espaço destinado aos jornalistas e outro ou outros se desloquem para fora deste cordão (E1, E2, E3, E5 e E9). Assim, os jornalistas que não permanecerem no cordão policial, correm o seu próprio risco em termos de segurança, uma vez que não estão protegidos pela FS (E1, E3, E4, E6, E7, E9 e E11). A **Q2** proporcionava também a oportunidade de o entrevistado expressar a sua opinião relativamente ao próprio espaço destinado aos jornalistas dentro do cordão policial. A este propósito, as opiniões divergem. Enquanto alguns entendem que o espaço não é adequado, por ser curto para o desempenho das funções do jornalista (E3, E9 e E10), outros são da opinião que o mesmo espaço é adequado e proporciona condições para o trabalho dos jornalistas e das FS (E4, E6, E8, E11 e E12).

Por fim, alguns entrevistados fizeram saber que os jornalistas deviam ser portadores de mais informação, remetendo para a necessidade de haver especialização dos mesmos na área de segurança tendo em vista uma melhor noção e enquadramento na situação. Por outro lado, essa informação poderia advir de um melhor diálogo prévio entre OCS e FS (E5, E6, E9 e E10).

Q3 - Considera que existem determinações claras e inequívocas na lei quanto aos procedimentos exigidos aos jornalistas e às forças policiais neste tipo de incidentes? Caso negativo, o que poderia ser considerado futuramente na Lei?

De acordo com **Tabela n.º4** (Apêndice K) e **Quadro n.º 9** (Apêndice J), alguns entrevistados consideram que a lei é clara quanto a este tipo de situações, sendo da opinião que se as partes não desrespeitarem aquilo que está tipificado não ocorrerá nenhum problema (E1, E5, E6, E7 e E11). Assim, verifica-se o entendimento da não necessidade de

alteração a nível legal, sob pena de tais alterações condicionarem a atividade dos jornalistas (E2, E3, E6, E9, E10). Alguns entrevistados (E2, E3, E4, E9 e E12) expressam a inexistência de estipulações legais nesta matéria, ou referem estabelecida legalmente é o porte de identificação de jornalista (E2 e E12).

Quanto a alterações a considerar na lei, verifica-se que deveriam ser consideradas alterações ao nível da identificação dos jornalistas (E3, E4 e E6). Houve ainda um entrevistado que não respondeu à questão colocada (E8).

Q4 - Qual considera ser a maior dificuldade que enfrenta um profissional das FS neste tipo de incidentes? E o profissional dos media?

Assim, através da **Tabela n.º5** (Apêndice K) e **Quadro n.º 10** (Apêndice J), foi possível observar que a maior dificuldade das FS é o grau de imprevisibilidade do manifestante, mantendo o equilíbrio entre proteger o cidadão e sofrer de agressões e insultos (E2, E6, E9, E10 e E11). Podemos também observar que outra dificuldade é distinguir um jornalista de um manifestante (E3, E6 e E12). Outra dificuldade ainda é tentar garantir o equilíbrio entre segurança do jornalista e o seu ímpeto em querer estar perto do acontecimento (E3, E4 e E5).

Por outro lado, em relação às dificuldades dos jornalistas, é possível verificar que a maior dificuldade é estar no local exato do acontecimento e/ou descrever esse acontecimento de forma objetiva e com rigor jornalístico (E1, E2, E3, E5, E6, E9 e E10). Outra dificuldade eleita pelos entrevistados é o facto de o jornalista ser muitas vezes confundido com um manifestante, pelas FS. (E2, E6 e E12).

Outra das dificuldades apontada por parte dos jornalistas prende-se com o acesso a informação fidedigna relativamente aos dados e pormenores da manifestação (E2, E4, E5 e E9). Alguns entrevistados nomearam ainda a dificuldade sentida por ambos os lados profissionais no desempenho das funções, que é não interferir com a outra profissão (E5, E7 e E8).

Q5 - Em seu entender, o direto televisivo produz efeitos na atuação policial? E nos manifestantes? Que tipo de efeitos?

De acordo com a **Tabela n.º6** (Apêndice K) e **Quadro n.º 11** (Apêndice J), é possível verificar que na opinião dos entrevistados, o direto televisivo produz efeitos, quer nos manifestantes, quer na atuação policial (E1, E2, E3, E5, E9, E10 e E12). Um dos efeitos apontados para a atuação policial, é a contenção e moderação no uso da força (E1, E2, E3, E7 e E8).

Já no que se refere aos manifestantes, consideram os entrevistados que o efeito do direto televisivo se visualiza pela intensificação dos atos de violência, principalmente nas horas dos noticiários (E2, E3, E5, E6, E8, E9, E10, E11 e E12). Observa-se simultaneamente que o direto televisivo produz efeito na atuação das FS que surge por sua vez como uma consequência da produção de efeitos do direto nas ações dos manifestantes (E9, E10 e E12).

Verifica-se ainda que na opinião de alguns entrevistados, a CS como um todo condiciona a existência das manifestações e a sua duração, na medida em que tanto o agendamento da mesma como a sua duração se aliam ao efeito da presença dos OCS (E3, E5 e E7). Noutro sentido, também se menciona que o direto influencia apenas a opinião pública depois da manifestação (E3 e E4).

Por fim, há entrevistados a referir que o direto televisivo não produz influência na atuação policial (E6 e E11).

Q6 - Existem procedimentos estabelecidos para a cobertura jornalística de acontecimentos como o da manifestação em estudo? Por favor descreva sucintamente esses procedimentos.

De acordo com a **Tabela n.º7** (Apêndice K) e **Quadro n.º 12** (Apêndice J), é possível constatar que não existe nenhum procedimento específico para a cobertura destes acontecimentos, pelo que o trabalho decorre como em qualquer outra reportagem (E1, E3, E4, E5, E6, E8 e E9).

O procedimento existente do jornalista é estar onde está o acontecimento, adaptando-se à situação e ao risco que corre (E2, E3, E5, E6, E8, E9 e E12). Da mesma forma observa-se que o jornalista tem total liberdade para exercer a sua função numa situação deste tipo, dependendo também do meio ao qual pertence e/ou opera (E1, E4, E7, E9, E10, E11 e E12).

Pode-se constatar igualmente que foram debatidos alguns assuntos relativamente ao uso de identificação visível e/ou a adoção de procedimentos de segurança por parte dos jornalistas nestas situações como a participação em cursos com o apoio das FS, depois de alguns episódios passados (E1, E5, E6 e E10).

Q7 - Em situações que justifiquem a vaga de dispersão policial, os procedimentos tipificados consistem em:

- Intimação para a dispersão, por estarem a cometer infracção;
- Advertência que incorrerão no crime de desobediência, se não dispersarem;

- Aviso de que poderá ser usada a força àqueles que não obedecerem à intimação.

Considera que tais procedimentos são inequivocamente aplicados e compreendidos por parte dos intervenientes?

Que comportamentos/attitudes decorrem da iminência da vaga de dispersão policial por parte dos profissionais dos media (protegem-se da investida? Procuram preferencialmente as melhores imagens, independentemente do risco?).

Com base na **Tabela n.º8** (Apêndice K) e **Quadro n.º 13** (Apêndice J), começa-se por perceber que os procedimentos são aplicados (E1, E2, E3, E5, E6, E9, E10, E11 e E12). Por outro lado, observa-se que esses procedimentos não foram escutados (E3, E4, E7, E8, E9 e E10). Pode-se ainda constatar que os procedimentos não foram compreendidos por dificuldade sonora devido a um aparelho (Megafone usado pela FS) de má qualidade (E2, E5 e E6). Constata-se ainda que apenas quem estava perto das FS é que compreendeu os procedimentos enunciados (E4, E9 e E12).

Em sentido contrário, expressa-se a opinião de que presentes na manifestação conseguir-se-iam aperceber claramente da iminência da vaga se assim o quisessem (E1, E2, E5, E8, E10 e E11).

No que diz respeito aos comportamentos decorrentes da vaga de dispersão, os jornalistas protegem-se ou procuram preferencialmente a melhor imagem consoante os meios com que trabalham, bem como a experiência profissional (E1, E4, E5, E7, E9 e E11). Constata-se igualmente que estes profissionais procuram preferencialmente a melhor imagem descorando muitas vezes a segurança (E2, E10, E11 e E12).

Por outro lado, verificou-se através de alguns entrevistados que os jornalistas tomam os dois procedimentos, ou seja, procuram as melhores imagens tendo em atenção a sua própria proteção (E3, E4, E5, E6, E8, E9 e E11).

Ainda foi possível constatar que por vezes os jornalistas protegem-se da investida, mostrando a identificação (E7), mas que algumas vezes são confundidos com manifestantes e até atingidos no meio da vaga de dispersão (E1, E4, E6 e E9).

Q8 - Na manifestação em estudo, alguns jornalistas surgem claramente identificados, outros não.

Em sua opinião, o uso de elementos de identificação (por exemplo coletes, ou outros de fácil visualização), deveria fazer parte da cobertura jornalística neste tipo de situação?

A partir da **Tabela n.º9** (Apêndice K) e **Quadro n.º 14** (Apêndice J), consegue-se perceber que na opinião da maior parte dos entrevistados, deveriam ser utilizados elementos de identificação (E1, E3, E4, E5, E6, E10, E11 e E12), designadamente o colete com a referência *PRESS*, o que traria vantagens quer para os jornalistas, quer para as FS (E1, E5, E6, 10, 11 e E12).

No entanto, não se preconiza obrigatoriedade legal para essa finalidade, considerando-se antes que essas modalidades de identificação deverão depender de coordenação entre FS e OCS ou constituir opção do próprio jornalista (E2, E4, E7, E8, E10, E11 e E12). Todavia, também se menciona que a existência de elementos de identificação não se torna benéfico para o desempenho das funções do jornalista (E2, E7, E9 e E10).

Q9 - Situações de perturbação da OP podem implicar riscos de segurança para os profissionais dos media. Em seu entender justificar-se-ia a existência de formação específica para esses profissionais visando esse tipo de riscos?

A partir da **Tabela n.º10** (Apêndice K) e **Quadro n.º 15** (Apêndice J), verificamos que os entrevistados consideram haver vantagem neste tipo de formação (E1, E2, E5, E7, E8 e E10). Referem ainda que a formação é sempre bem-vinda, contudo será sempre complicado uma vez que poderão ser jornalistas diferentes a cobrir estas situações, sendo por outro lado complicado dar formação a todos os profissionais (E3, E8, E9, E10 e E12).

É possível observar igualmente que este tipo de formação serve também para aproximar os OCS das FS (E1, E3, E6 e E9). Do mesmo modo, consideram os entrevistados que não deve ser considerado nada a nível de legislação, devendo ser apenas uma coordenação que tem que existir entre OCS e FS, ou partir da vontade do próprio profissional dos média (E4, E5, E6, E10, E11 e E12). Constata-se ainda que este tipo de formação já existiu, ministrada pelas FS (E2, E3, E5, E6 e E9).

Q10 - Como avalia o desempenho dos profissionais da comunicação social durante a manifestação? E como avalia a actuação das FS, na mesma manifestação?

Através da **Tabela n.º11** (Apêndice K) e **Quadro n.º 16** (Apêndice J), verifica-se que ambos desempenharam corretamente as suas funções (E6, E8, E10 e E12). Assim, as FS desempenharam a sua função de forma profissional e dentro daquilo que a Lei exige em termos de uma atuação necessária, adequada e proporcional (E1, E5, E6, E7, E10, E11 e E12).

Mas, foi também manifestada a opinião de que a atuação das FS foi demasiado contida dado o nível de violência verificado nos manifestantes (E2, E3, E4 e E9). A

demorara na atuação da FS, consideram alguns dos entrevistados, que poderá causar uma maior irracionalidade na ação dado o tempo de contenção (E2 e E9).

No que respeita à atuação dos profissionais dos OCS, foi realçado o bom desempenho e o bom senso (E1, E2, E10, E11 e E12), não obstante se manifestar também a opinião de que os profissionais dos OCS fizeram por vezes uma cobertura exagerada e pouco ponderada do acontecimento (E1, E3 e E4).

Constata-se através das respostas de alguns entrevistados que os jornalistas, quando estão muito tempo em direto, poderão cair no erro, por não terem a informação necessária ou o conhecimento adequado da situação (E5, E7 e E9). Verificou-se ainda através da resposta de um entrevistado, não ser possível fazer essa avaliação por estar a desempenhar a sua função (E7).

Q11 - Em geral, como considera ser a relação profissional entre os profissionais das FS e os profissionais dos média?

Com base na **Tabela n.º12** (Apêndice K) e no **Quadro n.º 17** (Apêndice J), é possível verificar que essa relação é, acima de tudo, cordial (E1, E3, E4, E5, E6, E8, E10, E11 e E12). Constata-se do mesmo modo que a atividade e procedimentos adotados pelas FS não são compatíveis com a procura de informação pelos OCS, levando a que haja a necessidade de estes fazerem contactos informais (E1, E7, E9 e E12).

Os entrevistados reconhecem que tem havido um esforço por parte das FS, nomeadamente através da criação e consolidação dos seus órgãos de RP, para que se estabeleça uma melhor relação entre FS e OCS (E2, E3, E5, E9 e E11). Contudo, também surge a ideia de haver ainda um caminho a percorrer nas relações para colmatar a lacuna da informação, não podendo ser uma relação meramente institucional, havendo a necessidade de melhorar a coordenação e facilitar o diálogo (E3, E5, E7 e E9).

Q12 - Situações de elevada tensão, como a que estamos a estudar, constituem ocasiões para reforçar a valorização pública das forças policiais, ou pelo contrário, podem contribuir para uma maior crítica social das mesmas?

Tendo em conta a **Tabela n.º13** (Apêndice K) e o **Quadro n.º 18** (Apêndice J), verificamos que dependerá sempre da situação com que estamos a lidar (E1, E3, E4, E6, E9 e E10). Todavia, reconhece-se que quando tem lugar o uso da força há sempre lugar a uma maior crítica social (E2, E7 e E9).

Verifica-se simultaneamente que as FS atuaram de forma legítima em consequência das agressões constantes por parte dos manifestantes, não prejudicando nesta situação a sua imagem social (E1, E3, E5, E9 e E11). Contudo, é possível constatar que por algumas

vezes as FS passaram uma imagem menos positiva através do uso da força, os entrevistados deram como exemplos os confrontos de 15 de Setembro no Chiado ou as manifestações das próprias FS (E1, E3 e E9).

Comprova-se ainda que a imagem e crítica social das FS dependerá também da mentalidade, bom senso, e cultura do cidadão, bem como a sua pré-disposição para o confronto no ato de se manifestar (E6, E8, E11 e E12).

Q 13 - Considera ter havido nesta situação um contacto suficiente entre FS e OCS que permitisse uma atempada difusão da informação quanto aos dados da manifestação?

Deste modo, constatou-se através da **Tabela n.º14** (Apêndice K) e do **Quadro n.º 19** (Apêndice J), que alguns entrevistados consideram não ter havido comunicação suficiente por parte das FS (E1 e E7), enquanto outros entendem ter existido uma ligação constante entre o comando da operação e os OCS, e o cuidado de serem prestadas as informações de forma constante (E2, E6, E10, E11 e E12). Também se menciona que os esclarecimentos quanto aos dados da manifestação só foram veiculados no final da ocorrência (E4 e E9).

Paralelamente constata-se que não houve uma ligação permanente nem atualizada de forma constante, por se tratar de uma situação delicada em que se deu prioridade ao controlo da situação e posterior confirmação de todos os dados antes de difundidos pela CS (E3, E4, E5, E8 e E12).

É ainda possível verificar que, pelo facto de não ser prestada informação de forma constante, alguns jornalistas recorreram aos seus contactos informais com o intuito de melhor conseguirem a informação que procuravam (E7 e E9).

7.3. Apresentação e análise dos dados obtidos através da observação

A observação que teve lugar nesta investigação consistiu na presença na AR no dia 10 de Julho de 2014 tendo em vista a manifestação organizada pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional (CGTP-IN)⁷³. A manifestação, associando milhares de pessoas, tinha em vista o protesto contra algumas medidas do Governo como as alterações ao Código do Trabalho, os cortes nos salários e pensões dos reformados. Tinha ainda esta manifestação o objetivo de protestar contra as restantes

⁷³ Organização Sindical portuguesa que associa sindicatos, uniões sindicais distritais e federações sectoriais. Ver mais em: http://www.cite.gov.pt/pt/dsie/parcerias_cgtp.html, acedido em 17 de Julho de 2014.

políticas do Governo, quer sociais, quer económicas, e exigir a este Executivo o aumento do salário mínimo⁷⁴.

O processo de organização desta manifestação, bem como nas restantes, começa uns dias antes, com o envio de um Ofício à Câmara Municipal de Lisboa. Esta por sua vez informa o Gabinete do Secretário-Geral da AR que prontamente toma as diligências necessárias através do Gabinete de Segurança⁷⁵.

Neste 10 de Julho de 2014, os manifestantes tinham como locais de encontro a praça Marquês de Pombal e o Cais do Sodré em Lisboa, estando esta presença marcada para as 14h30m. Como destino, os manifestantes tinham o palácio de S. Bento, ao qual estava previsto que chegassem pelas 15h00m⁷⁶.

Neste caso, não se estabeleceram contactos prévios de cariz formal entre os OCS e as FS. Por outro lado, através de conversas informais com jornalistas no próprio dia e comandantes da força de segurança, quer do Comando Metropolitano de Lisboa (COMMETLIS), quer da esquadra responsável pela segurança na AR, constatou-se que não se previa que fosse uma manifestação com probabilidade de ocorrência de qualquer ato de violência.

No que diz respeito à observação, esta caracterizou-se pela constatação dos factos através da integração no Gabinete de Segurança da AR, do qual se obteve informação de dados, circunstância e números, e com o recurso a imagens captadas no próprio dia para posterior visualização⁷⁷.

Deste modo, realizou-se a transcrição dos comportamentos observados imediatamente após observação sob pena de se perderem factos que a memória eliminaria, tendo também o auxílio do registo fotográfico.

Assim, a observação desta manifestação teve como objetivos: constatar o perímetro de segurança montado em torno da AR; apurar qual o local enquadrado pelas FS para a presença dos meios de CS; verificar como se processa o acesso dos profissionais dos média a este local enquadrado; analisar qual o método de trabalho dos jornalistas neste tipo de manifestações; analisar qual o espaço e método de trabalho dos profissionais das FS neste tipo de manifestações.

⁷⁴ De acordo com a resolução da CGTP-IN, ver em <http://www.cgtp.pt/images/images/2014/06/resolucao-10julho>, acedido em 17 de Julho de 2014.

⁷⁵ Figura n.º 12 e Figura n.º 13 presente em Anexo C.

⁷⁶ Manifesto da manifestação, ver Figura n.º 14 presente em anexo D.

⁷⁷ Figura n.º 5, Figura n.º 6 e Figura n.º 7 presentes no apêndice L.

Tem agora lugar na investigação a análise daquilo que foi observado na manifestação de 10 de Julho de 2014⁷⁸.

Em primeiro lugar, apesar de se prever que a grande massa de manifestantes chegaria à frente do edifício da AR pelas 15h00m, o perímetro de segurança ao palácio de S. Bento foi montado horas antes.

A CGTP montou o seu próprio perímetro em frente à escadaria por forma a posicionar um veículo e sistema de som que permitisse a comunicação dos discursos por parte dos seus líderes.

Quanto aos OCS, alguns acompanharam todo o percurso da manifestação, outros acabam por entrar no perímetro montado pela CGTP, outros ainda chegaram também algum tempo antes ao palácio de S. Bento.

Foi possível observar também que todos os profissionais que solicitaram entrar no perímetro de segurança, apresentaram a sua carteira profissional ao elemento das FS, sendo assim autorizados a deslocar-se até ao local enquadrado que se situa numa pequena varanda em forma de arco do lado norte, no topo da escadaria. Estes profissionais puderam aceder ao local acima referido ao longo de todo o acontecimento, consoante a sua vontade e necessidade profissional.

Observou-se que as viaturas de reserva das FS e das equipas de emergência médica (INEM) se encontravam junto ao próprio edifício em cada um dos lados. Observou-se uma ação por parte das equipas de emergência médica, que implicou deslocação das equipa . pelo meio da multidão, sendo acompanhados por elementos das FS, como se pode observar nas imagens em anexo.

Durante a observação, constatou-se ainda que os profissionais dos média que não se encontravam dentro do perímetro de segurança, deslocavam-se no meio da multidão. Estes, fossem operadores de câmara, fotógrafos ou os próprios repórteres, não envergavam qualquer identificação que os distinguisse ao longe de forma inequívoca.

Por último resta registar que a manifestação decorreu sem qualquer tipo de incidente, tendo os manifestantes desmobilizado pouco depois das 17h00m, bem como o desmontar do perímetro de segurança de forma gradual.

⁷⁸ Com o intuito de auxiliar uma disposição de meios da FS, OCS e manifestantes, elaborou-se uma figura ilustrativa dos factos observados nesta situação. Ver Figura n.º 8 presente no apêndice M.

Parte Conclusiva

Capítulo 8

Conclusões e Recomendações

Este trabalho procurou analisar a influência dos média na preparação prévia das FS, bem como na sua atuação. Por outro lado pretendeu avaliar quais os procedimentos utilizados pelos profissionais dos média em manifestações com probabilidade de ocorrência de atos violentos, bem como também a percepção que as FS e jornalistas têm do comportamento recíproco nestas situações.

Assim, estabeleceu-se a PC: “A atuação dos média condiciona a operação policial em situações de alteração de ordem pública?”. Após a pesquisa de informação e recolha de dados sob a forma de entrevista foi possível responder à PC e PD.

Deste modo, procede-se neste capítulo à verificação de hipóteses e à resposta às perguntas de investigação. Mais à frente será apresentado um conjunto de reflexões, recomendações e limitações sentidas durante a realização da investigação.

8.1. Verificação de hipóteses e resposta às perguntas derivadas

A confirmação ou refutação das hipóteses, bem como a resposta às PD terão como base a recolha e análise dos dados das entrevistas.

A **H1** - A presença dos média influencia a preparação da força para a situação em estudo - verifica-se parcialmente. De acordo com as respostas às **Q2** e **Q3** (**Q1** não confirma hipótese), torna-se evidente que existe por parte das FS e mais propriamente de quem comanda a operação, uma preparação prévia para a presença e trabalho dos jornalistas. Verifica-se através de algumas respostas à **Q2**, em que se torna evidente uma preparação em termos de terreno para que os jornalistas desempenhem as suas funções em segurança. O que se verifica paralelamente através de algumas respostas às questões mencionadas é que, apesar de a presença dos profissionais dos média ser pensada e tida em conta no planeamento por parte das FS, há uma lacuna evidente quanto à coordenação com os jornalistas.

Constata-se aqui que, por um lado, falta um contacto prévio mais intenso e uma melhor aproximação por parte das FS, tendo os jornalistas que recorrer a contactos informais (afirmação de 8 (67%) dos entrevistados em resposta à **Q1**) a maior parte das vezes. Por outro lado, falta da parte dos profissionais dos média um melhor conhecimento no âmbito da segurança interna, em termos de terminologia, e pormenores de uma situação como a que está em estudo.

No que diz respeito à **H2** - A presença dos média influencia a atuação da força para a situação em estudo - verifica-se totalmente. Ou seja, tem-se por um lado 3 (25%) dos entrevistados que responde à **Q4** afirmando que a maior dificuldade das FS é lidar com a presença dos média, 3 (25%) respondem que a maior dificuldade é garantir o equilíbrio entre a segurança dos média e o seu ímpeto e outros 3 (25%) entrevistados respondem que a maior dificuldade é distinguir um jornalista de um manifestante. Por outro lado, em resposta à **Q5**, 7 entrevistados (58%) garantem que o direto televisivo produz efeitos quer nos manifestantes, quer na atuação das FS. Aqui, é também possível observar que 5 entrevistados (42%) afirmam que o direto televisivo faz com que a atuação das FS seja mais contida e regrada, ao mesmo tempo que outros entrevistados, 3 (25%) defendem que, ao produzir efeitos nos manifestantes, o direto televisivo vai consequentemente produzir efeitos na atuação das FS. Contrariamente apenas 2 entrevistados (17%) afirmam que o direto televisivo não produz efeitos na atuação das FS.

Deste modo é possível verificar, em resposta à **PD1**, que a presença dos média influencia a preparação prévia das FS no planeamento da operação, começando pela consideração de um espaço que permita a presença e o trabalho dos OCS. Por outro lado, nota-se que na opinião dos entrevistados, a presença dos média influencia também na atuação da FS, quando acontecem os diretos televisivos, mas também no que se refere à dificuldade em distinguir um jornalista de um manifestante e garantir a sua segurança ao mesmo tempo (em resposta à **Q4**, 3 entrevistados (25%) afirmam que essa é a maior dificuldade das FS, e outros 3 (25%) afirmam que essa é a maior dificuldade do jornalista).

Em relação à **H3** - Os procedimentos jornalísticos na cobertura do acontecimento em estudo não seguem um padrão definido - esta verifica-se totalmente. Tendo por base as respostas à **Q6**, tem-se que os procedimentos dependem em primeiro lugar dos diferentes meios de comunicação que o profissional dos média utiliza para desempenhar a sua função na manifestação (7 entrevistados (58%)). Em segundo lugar, também 7 entrevistados (58%) afirmam que os procedimentos adotados pelos jornalistas são iguais a qualquer outra reportagem; igual número de entrevistados complementa, referindo que o jornalista estará

onde estiver o acontecimento. Por outro lado, com base nas respostas à **Q7**, constata-se que no caso de ter lugar uma vaga de dispersão, os jornalistas mais uma vez vão agir consoante o meio de comunicação com que trabalharem (6 entrevistados (50%)), ao mesmo tempo que procuram as melhores imagens e tentam garantir a sua segurança (7 entrevistados (58%)), e por vezes procuram essas imagens independentemente dos riscos (4 entrevistados (33%)). Desses riscos, nascem por vezes situações que colocam efetivamente em causa a integridade física do profissional dos média, ameaçada pelo facto de estes serem confundidos com manifestantes (4 entrevistados (33%)).

A **Q8** consegue também confirmar a **H3**, uma vez que nem todos os jornalistas usam uma inequívoca identificação, sendo que 7 entrevistados (58%) indicam que tal deverá ficar ao critério do jornalista. Por outro lado, 8 entrevistados (67%) indicam que deveria ser considerado o uso de meios de identificação e 6 entrevistados (50%) até apontam vantagens no uso de um colete com as letras “PRESS”, que assim sinalizaria claramente a presença do profissional. No entanto não existe nada estabelecido ou tipificado nesse âmbito, sem os entrevistados recomendem que tal se venha a plasmar em obrigatoriedade legal.

Por fim, a **Q9** aborda a questão de uma eventual formação conjunta com as FS, de modo a enquadrar os profissionais dos média em situações que possam originar incidentes. Metade dos entrevistados mostra-se favorável a isso, porém alegam dificuldades práticas, pela quantidade de profissionais que teriam que frequentar esta formação (5 entrevistados (42%)), e por não se poder garantir correspondência entre quem frequentou a formação e quem se encontra “destacado” para as situações que ocorrem. Não obstante, entendem os entrevistados que essas ações devem ficar ao critério da coordenação entre OCS e FS, ou partir da vontade do jornalista (6 entrevistados (50%)). Em todo o caso, entende-se que seria uma oportuna ocasião de aproximação entre estas duas funções (4 entrevistados (33%)).

Deste modo, é possível responder à **PD2** com a incerteza de cada situação. Isto é, não existem procedimentos estabelecidos para a cobertura jornalística destas manifestações, dependendo em primeiro lugar do meio de comunicação, em seguida, do local onde está o acontecimento, e por fim a vontade, conhecimento e disponibilidade do profissional dos média para frequentar formações neste âmbito ou seguir uma atuação de identificação inequívoca na área onde se desenrola a ação.

No que diz respeito à **H4** - A percepção do comportamento recíproco na situação em estudo entre jornalistas e elementos das FS mostra-se positiva por parte de ambos - esta

confirma-se totalmente. Tendo em conta as respostas à **Q10**, apura-se que na opinião dos entrevistados, a FS atuou dentro daquilo que a legalidade prevê (7 entrevistados (58%)), do mesmo modo que os OCS desempenharam a sua função com o bom senso necessário (5 entrevistados (42%)), em que ambas as partes cumpriram com aquilo que é exigido (4 entrevistados (33%)). Por outro lado, em resposta à **Q11**, 9 entrevistados (75%) afirmam que a relação entre as duas partes é acima de tudo cordial, e 5 entrevistados (42%) consideram que tem havido um esforço da parte das FS para lidarem com os OCS. Contudo ainda há um caminho a percorrer (4 entrevistados (33%)), tendo os OCS que recorrer algumas vezes aos contactos informais para desempenharem o papel da informação de um modo eficaz (4 entrevistados (33%)).

Em resposta à **Q12**, os entrevistados afirmam que a imagem de credibilidade das FS sai reforçada desta situação (5 entrevistados (42%)), sendo de notar contudo que irá sempre depender da situação (6 entrevistados (50%)), em que o uso da força sairá sempre criticado, umas vezes mais outras menos (3 entrevistados (50%)).

Por último a **Q13**, permite também confirmar a **H4**, uma vez que as respostas apontam para um contacto entre FS e OCS para a divulgação de informação e sobretudo disponibilidade (5 entrevistados (42%)), porém chama-se a atenção para o facto de que esse contacto pode não surgir em algumas situações de forma permanente e uniforme para todos os OCS, havendo mais uma vez a necessidade de estes terem que recorrer a contactos informais (2 entrevistados (17%)).

Assim, é possível responder à **PD3** de uma forma positiva. Isto é, existe uma perceção boa de parte a parte, em que os profissionais dos OCS entendem e sobretudo respeitam a função desempenhada pelas FS, do mesmo modo que as FS tentam assegurar o desempenho das funções dos OCS com a devida segurança. Contudo, há por vezes situações em que o contacto para a divulgação da informação não surge uniforme nem suficiente, apesar do esforço das FS em prestar essa informação, dentro daquilo que lhes é possível.

8.2. Reflexões

Considerando a investigação desenvolvida, concluiu-se que o objetivo do trabalho foi alcançado, percebendo-se que a presença dos média condiciona as operações policiais em situações de alteração da OP.

Tendo em conta a PC: **A atuação dos média condiciona a operação policial em situações de alteração de ordem pública?** Verifica-se que existe uma influência naquilo que é toda uma operação policial e a sua preparação e planeamento para assegurar o direito de reunião e manifestação, ainda que com probabilidades de ocorrência de atos violentos passíveis de resultarem numa alteração da OP.

Assim, podemos concluir que a influência dos média na condução de uma operação policial começa quando, ao debruçar-se sobre o planeamento, o comandante da FS territorialmente competente, inclui a presença dos OCS. No caso em estudo, tem lugar um espaço destinado à presença e trabalho dos jornalistas, e um controlo que tem que existir para que esses profissionais tenham acesso a esse espaço que se encontra dentro do cordão policial.

É possível concluir, por outro lado, que no decorrer de toda uma operação semelhante à que está em estudo, a FS sofre constantemente também a influência dos média. Contudo não se pode encarar este aspeto de uma forma negativa, ou assumir que as FS atuam em função daquilo que os média fazem. As FS devem atuar tendo sempre como referência máxima a legalidade, e sob os princípios da adequabilidade, necessidade e proporcionalidade. Se assim for, será sempre uma atuação que vai de encontro àquilo que o cidadão precisa e no fundo, à razão da existência da Polícia do cidadão e para o cidadão.

A influência acima referida tem necessariamente que nos remeter para o facto de haver um esforço permanente por parte das FS em ter um órgão de RP renovado, atualizado e numa perspetiva de permanente contacto com o cidadão, e isto faz-se a maior parte das vezes através dos OCS. Assim, é possível afirmar que a influência dos OCS resulta num contributo para a existência atualizada e presente de alguém que represente as FS no contacto com os média.

Ainda no desenrolar da operação, consegue-se concluir que a atuação das FS sofre também uma influência (ainda que indireta) nos momentos em que os OCS fazem as suas reportagens através dos diretos, neste caso pelo uso das imagens. Tal acaba por se refletir na ação da FS na medida em que o direto televisivo provoca frequentemente exaltação no comportamento dos manifestantes, tornando-os mais agressivos, em busca do efeito mediático. O aumento de tensão acaba por se refletir na reação da FS, seja no aspeto tático, seja na decisão de comando ou em ambos.

Com efeito, com base no que foi relatado pelos entrevistados, a partir dos documentos consultados e ainda na observação direta feita no decorrer desta pesquisa, encontramos no historial das manifestações recentes, muitas em que por não haver uma

cobertura dos média relevante, os distúrbios foram facilmente suprimidos, senão mesmo evitados.

Por fim, observa-se ainda uma influência durante a operação policial nos casos em que haja lugar a uma vaga de dispersão por parte das FS. Aqui, os profissionais dos média condicionam a atuação das FS uma vez que muitos deles, ao exercerem a sua função são confundidos com os manifestantes. No entanto, é preciso ter em atenção o pormenor dos diferentes meios de comunicação social existentes, uma vez que uns precisam naturalmente de se aproximar mais da ação, para captar as imagens e/ou registar as sonoridades.

O que foi sendo dito sobre a influência da presença dos OCS, leva também à reflexão sobre os modos de sinalizar essa presença. Apurou-se não existirem procedimentos específicos, para além do porte obrigatório da carteira profissional, cuja exibição permite a acreditação para aceder à zona reservada dentro do cordão de segurança. Não existindo identificação visível, e especialmente em caso de ordem de dispersão, reconhece-se a existência de algum risco para estes profissionais, inadvertidamente confundidos com os manifestantes. A este respeito ficaram expressas as sensibilidades dos entrevistados, quer das FS, quer dos OCS.⁷⁹

Embora os manifestantes (o seu perfil, comportamento e motivações) não tenham sido objeto de estudo aprofundado, recolheu-se evidência de não haver em Portugal um histórico relevante em situações de grave alteração da OP. No entanto, tal como se tem vindo a notar nos RASI (2008, 2009, 2010, 2011 e 2012) regista-se uma evolução na existência de movimentos políticos radicais com o objetivo de terem um impacto mediático através da prática de atos de violência. E, de facto, também no caso da manifestação estudada, se identificou a participação de elementos pertencentes a esses movimentos, não cabendo no âmbito deste trabalho apurar em que medida esse envolvimento determinou a evolução dos acontecimentos, que começando no assumir de um direito de reunião e manifestação legalmente previsto, acabou por ser palco de atos de violência e assim desencadear a vaga de dispersão também ela prevista por lei, com o objetivo de restabelecer a OP na área.

8.3. Limitações da investigação

⁷⁹ Figura n.º 9 – Exemplo de um meio de identificação visível, presente em Apêndice N.

Como limitações começa-se por referir o escasso conhecimento do investigador nesta área, bem como a pouca experiência no domínio da metodologia. O pouco tempo disponível para concretizar o projeto constituiu inequivocamente mais um aspeto limitador.

Também o número de páginas fixado causou dificuldade.

8.4. Investigações futuras

No que diz respeito a investigações futuras, seria de todo interessante o levantamento de dados respeitantes às necessidades dos profissionais dos OCS referente à terminologia policial e aspetos operacionais superficiais. Simultaneamente, para que no futuro, todas as situações que envolvam probabilidades de distúrbios fossem cobertas por profissionais com formação ao nível de segurança interna, seria importante compreender qual o número de formações necessárias assim como a sua periodicidade.

Após estes dados recolhidos depreender um modelo para um curso ou módulo de formação para profissionais dos OCS que fosse ministrado pelas FS numa perspetiva não institucional mas ministerial, com o objetivo de atingir a uniformidade.

Por fim, seria igualmente interessante, investigar da oportunidade de se elaborar um “Livro de Bolso” para estes profissionais, onde pudessem ser incluídos, por exemplo, entre outros, aspetos relacionados com legislação existente sobre esta problemática, questões a ter em conta com a sua segurança neste tipo de incidentes, conhecimentos básicos sobre terminologia policial e aspetos operacionais das FS.

Referências Bibliográficas

- Assembleia Geral do Sindicato dos Jornalistas (1993). *Código Deontológico do Jornalista*. Retirado: junho, 12, 2014, de: <http://www.bocc.pt/pag/Codigo-Deontologico.pdf>
- Assunção, V., (2010). *Limites da intervenção policial no âmbito dos direitos fundamentais de reunião e de manifestação*. Tese apresentada para obtenção do grau de Mestre em Estudos Avançados em Direito e Segurança da Universidade Nova de Lisboa.
- Baptista, C., et. al. (2007). *Jornalistas: do Ofício à profissão*. 1ª Edição. Lisboa: Editorial Caminho
- Bell, J. (1997). *Como Realizar um Projeto de Investigação*. Lisboa: Gradiva
- Camponéz, Carlos (2011). *Deontologia do Jornalismo*. 1ª Edição. Lisboa: Edições Almedina
- Carvalho, A., et. al. (2012). *Direito da Comunicação Social*. 1ª Edição. Lisboa: Texto Editores
- Clemente, P. (2006). *A Polícia em Portugal*. Instituto Nacional da Administração. Oeiras
- Cohen, L., et. al.. (2000). *Research Methods in Education*. 5ª Edição. Londres: Routledge
- Decreto-Lei n.º 297/2009, de 14 de Outubro. (Decreto-Lei que aprova o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana), Diário da República, 1ª Série – N.º 199, 7662-7700
- Decreto-Lei N.º 305/97 de 11 de Novembro, (Decreto-Lei que aprova o Regulamento da Carteira Profissional do Jornalista), Diário da República, I Série – A, N.º 261, 6143 – 6147
- Decreto-lei n.º 406/1974 de 29 de Agosto (Direito de Reunião, Manifestação e Desfile). Diário da República, I Série, nº 201, 964 (2) – 964 (4).
- Despacho n.º 10393/2010, (Documento que aprova o Regulamento Geral de Serviço da GNR), Diário da República, II Série — N.º 119, 33856 – 33890.
- Despacho n.º 9634/2011 de 19 de julho. Diário da República n.º148/2011 – II Série
- Douglas, R. (2004). *Dealing with Demonstrations*. Leichhardt: The Federation Press

- Exército Português, (2007). *Planeamento Tático e Tomada de Decisão*. Publicação Doutrinária do Exército 5-00
- Fawcett, J., et. al. (1992). *Research; Theory (Philosophy); methods*. Philadelphia: F.A. Davis
- Fontecoberta, M. (2002). *A Notícia: Pistas para compreender o Mundo*. (Fernando Cascais, Trad.). Lisboa: Notícias(Trabalho Original publicado em 1999). (Escrita original em Castelhana).
- Fortin, Marie-Fabienne (1999). *O processo de investigação, da concepção à realização*. (Nídia Salgueiro, Trad.). Loures: Lusociência. (Trabalho original publicado em 1996). (Escrita original em francês).
- Gans, H. (2004). *Deciding What's News*. Illinois: Northwestern University Press
- Grundy, B. (2008). *Então o que é ser jornalista?* (António Carvalho, Trad.). Lisboa: Editorial Bizâncio. (Escrita original em Inglês).
- Guarda Nacional Republicana (2004). Manual de ordem pública. (Edição revista em 2004). Lisboa: Regimento de Infantaria
- Guarda Nacional Republicana, (1997). *Manual de Operações, Volume II*. Lisboa: CEGRAFGNR
- Guerra, I. (2012). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncípa Editora
- Hess, K., et. al. (2010). *Police Operations: Theory and Practice*. 5ª Edição. Estados Unidos da América: Delmar Cengage Learning
- Jaber, F., et. al. (2001). *Handbook of interview research: Context and Method*: Sage Publications, Inc
- Lei 53/2008, 29 de Agosto. (Lei de Segurança Interna). Diário da República, I Série, N.º 167, 6135 – 6141.
- Lei Constitucional n.º1/2005 de 12 de agosto. Diário da República n.º155 – I Série A. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro, (Lei que aprova o Estatuto do Jornalista), Diário da República, I Série – A, N.º 10, 198 – 201.
- Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto. (Lei que aprova a Orgânica da Polícia de Segurança Pública), Diário da República, 1ª Série – N.º 168

- Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro. (Lei que aprova a Orgânica da Guarda Nacional Republicana), Diário da República, 1ª Série – N.º 213, 8053 – 8051
- Lessard-Hébert, M. (2012). *Investigação Qualitativa. Fundamentos e práticas*. (Maria João Reis, Trad.). Lisboa: Instituto Piaget. (Escrita original em Francês).
- Lima, A. (2006). *Reuniões, Manifestações e Atuação Policial. Notas para uma Conferência*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Melo, J., et. al. (2008). *Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da pesquisa, perspectivas Luso Brasileiras*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa
- Nogueira, M. (2004). *O uso da força e dos meios coercivos pelas FS. Algumas Reflexões*. Torres Novas
- Oliveira, J. (2000). *A manutenção da OP em Portugal*. ISCPSI. Lisboa
- Paixão, A., (2013). *Limite social dos direitos fundamentais e da liberdade do indivíduo na sociedade*. Trabalho apresentado no âmbito da Licenciatura em Estudos de Segurança da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa.
- Paulo, S., (2011). Balanço da resposta política da EU. *A Europa e a crise Financeira Mundial*, Publicação da Fundação Robert Schuman, 2011.
- Porta, D. (1998). *Policing Protest: The Control of Mass Demonstrations in Western Democracies*. Minnesota: University of Minnesota Press
- Portaria N.º 416/2008, de 11 de Junho. (Documento que aprova número máximo de unidades orgânicas da Polícia de Segurança Pública), Diário da República I Série, n.º 111, 3394.
- Quivy, R., et. al., (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (João Marques e Maria Amália Mendes, Trad.). Lisboa: Grávida. (Trabalho original publicado em 1988). (Escrita original em francês).
- Ross, J. (2000). *Making News Of Police Violence*. 1ª Edição. Estados Unidos da América: Greenwood Publishing Group, Inc
- Snow, D., et. al. (2004). *The Blackwell Companion to Social Movements*. 1ª Edição. Oxford: Blackwell Publishing.
- Sousa, A., (2008). *A Polícia no Estado de Direito*. Porto
- Traquina, N. (2007). *O que é Jornalismo*. 2ª Edição. Lisboa: Quimera Editores.

Venancio, R. (2009). *Jornalismo e linha editorial: construção das notícias na imprensa partidária e comercial*. Rio de Janeiro: E-papers

Apêndices

Apêndice A

Ordem pública Perspetiva autores

Quadro n.º 3- Perspetiva dos autores e perspetiva legal do conceito de ordem pública.

Fonte: Autor.

Perspectiva dos autores	
<ul style="list-style-type: none"> • “é mais fácil ser sentida do que definida. À partida, a noção de ordem pública não pertence exclusivamente à esfera jurídica, ou seja, a ordem pública é um conceito metajurídico.” 	Clemente, P. (2006, p. 59)
<ul style="list-style-type: none"> • “(...)a ordem pública é o conjunto dos princípios fundamentais subjacentes ao sistema jurídico, que o Estado e a sociedade estão substancialmente interessados que prevaleçam(...).” 	Mota Pinto, citado por Oliveira (2000, p.6)
<ul style="list-style-type: none"> • “consideram-se de um modo geral normas de ordem pública as que visam directa e fundamentalmente tutelar os interesses superiores da colectividade.” 	Ameida e Costa, citado por Oliveira (2000, p.6)
<ul style="list-style-type: none"> • “Conjunto das condições externas necessárias ao regular funcionamento das instituições e ao pleno exercício dos direitos individuais.” 	Jorge Miranda, citado por Farinha (2011, p.9)
<ul style="list-style-type: none"> • “interesses fundamentais que o nosso sistema jurídico procura tutelar(...).” 	Manuel de Andrade citado por Oliveira (2000, p.15)
<ul style="list-style-type: none"> • “princípio e fundamento de atuação policial.” 	Sousa (2008, p.88)
<ul style="list-style-type: none"> • “a ordem Pública compreende: A tranquilidade pública (...) luta contra rixas, tumultos, ruídos(...); segurança pública (...) comodidade do trânsito nas ruas, praças e vias públicas (...); salubridade pública (...) medidas tendo em vista a saúde pública”. 	Dominique Turpin, citado por Oliveira (2000, p.17)
<ul style="list-style-type: none"> • “Numa acepção mais ampla, a ordem pública constitui uma referência fundamental ao funcionamento das instituições e ao pleno exercício dos direitos individuais.” 	Oliveira (2000, p. 10).
<ul style="list-style-type: none"> • “um conjunto de requisitos extra-jurídicos, porventura pré-jurídicos, mas não alheios ao jurídico, sem os quais não poderiam funcionar as instituições do Estado e da sociedade civil e não poderiam ter efectivação concreta os direitos da pessoa.” 	Sousa Franco citado por Clemente (2006, p. 59)
<ul style="list-style-type: none"> • “(...)não é apenas um limite(...) também um modo de conduta associado ao fim de assegurar um estado que permita o desenvolvimento harmonioso e pacífico das relações do indivíduo na colectividade” 	Sousa (2008, p.106)

<ul style="list-style-type: none"> • “ausência de toda a perturbação material ou ausência de desordem.” 	Oliveira (2000, p. 17).
Âmbito Legislativo nacional	
<ul style="list-style-type: none"> • “Não se refere em parte alguma à expressão ordem pública (...) é entendida em sentido material(...) restrições dos direitos e liberdades(...)” e em segundo lugar “(...)Numa acepção mais ampla (...) funcionamento das instituições e ao pleno exercício dos direitos individuais.” Oliveira (2000, p.8) 	CRP
Artigos: <ul style="list-style-type: none"> • 115º, Nº 2; • 232º, nº1, al b) 	CPP
Artigos: <ul style="list-style-type: none"> • 109º, nº1; • 330º, nº1; • Destaca Oliveira (2000) o título do Capítulo V “Dos crimes contra a ordem e a tranquilidade públicas” 	CP
Artigos: <ul style="list-style-type: none"> • 81.º, n.º1; • 280.º, n.º1 e n.º2; • 182.º, n.º2 al. d); • 192.º, n.º2 al. d); • 271.º, n.º1; • 281.º; • 345.º, n.º2; • 465.º. al. a); • 800.º, n.º2; • 967.º; • 2186.º;2230.º, n.º22245.º 	CC
Artigos: <ul style="list-style-type: none"> • 1º, nº1; • 5º, nº1; 	DL 406/74, de 29 de Agosto
Artigos: <ul style="list-style-type: none"> • 1º, nº1; • 30º 	LSI

Apêndice B

Direito de Reunião e Manifestação Perspetiva autores

Quadro n.º 4- Perspetiva dos autores do direito de reunião e manifestação.

Fonte: Autor.

<u>Direito de Reunião e Manifestação</u>	
<ul style="list-style-type: none"> • “os direitos de reunião e manifestação apresentam-se, assim, constitucionalmente, como direitos gerais das pessoas enquanto tais, independentemente das suas funções e das suas participações particulares. Todavia, o direito de reunião e em especial o direito de manifestação estão vinculados funcional e teleologicamente à formação da opinião pública. (...) É por isso que esses direitos podem ser englobados entre os direitos fundamentais democráticos.” • Comportam as seguintes componentes: <ul style="list-style-type: none"> “(a) Liberdade de reunião(e de manifestação), ou seja, o direito de reunir-se com outrem (ou de manifestar-se), sem impedimento e, desde logo, sem necessidade de autorização prévia; (b) direito de não ser perturbado por outrem no exercício desse direito, incluindo o direito à protecção do Estado contra ataques ou ofensas de terceiros(...).” 	<p>Dizeres de Gomes Canotilho e Vital Moreira (Constituição da República Portuguesa Anotada, 3ª Edição revista, Coimbra Editora, Coimbra, 1993, p. 253)</p> <p>Dizeres de Gomes Canotilho e Vital Moreira (Constituição da República Portuguesa Anotada, 3ª Edição revista, Coimbra Editora, Coimbra, 1993, p. 253 e 254).</p>
<ul style="list-style-type: none"> • “serve de índice seguro de funcionamento de um regime político pluralista” 	<p>Dizer de Jorge Miranda (Manual de Direito Constitucional, tomo IV, 2ª Edição, 1993, p. 428)</p>
<ul style="list-style-type: none"> • “(...)direito de manifestação não é necessariamente um direito colectivo, mas o seu exercício é público e implica a expressão de uma mensagem(...).” • “(...)são no fundo espécies do mesmo género.(...)E poder-se-á mesmo dizer que a manifestação é uma reunião qualificada.” • “A conformação constitucional dos direitos de reunião e de manifestação não obstará, porém, ao estabelecimento de restrições por via legal.” • “(...)há muitos preceitos constitucionais, como é precisamente o artigo 45º, que não prevêm expressamente quaisquer restrições legislativas. Porém, como refere Vieira de Andrade, ”uma das hipóteses de 	<p>Parecer nº 30/2008 – III – Diário da República, 2ª série – N.º114 – 28 de Julho de 2011 – 31316</p>

<p>solução nestes casos de ausência de preceitos constitucionais que autorizem a restrição legislativa pode encontrar-se no recurso interpretativo ou integrado à Declaração Universal dos Direitos do Homem (...) permite genericamente que o legislador estabeleça limites dos direitos fundamentais para assegurar o reconhecimento ou o respeito dos valores aí enunciados: “direitos e liberdades de outrem”.</p>	
<ul style="list-style-type: none"> (...)Concluimos assim que o direito de reunião e manifestação consagrado na Constituição consiste na faculdade que duas ou mais pessoas têm de se encontrar, de forma temporária, pacífica e sem armas, num determinado local, público ou aberto ao público, geralmente mediante convocatória prévia e com um mínimo de organização, para ouvir, debater e/ou manifestar ideias ou opiniões ou para prosseguir outros interesses comuns lícitos.” 	<p>Sousa, A., (2008). A polícia no Estado de Direito. Porto.</p>
<ul style="list-style-type: none"> (...)reunião pressupõe uma troca de opiniões entre os participantes, para uma eventual posterior exposição a terceiros dessa ideia, ao passo que, numa manifestação a mensagem se dirige diretamente a terceiros.” 	<p>Oliveira, J., (2000). <i>A manutenção da ordem pública em Portugal</i>. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. 1ª Edição. Lisboa</p>
<ul style="list-style-type: none"> “(...)limites de acção impostos ao direito de reunião são directamente aplicáveis às manifestações que impliquem uma reunião(...)” 	<p>Miranda de Sousa citado por Assunção, V. (2010). <i>Limites da intervenção policial no âmbito dos direitos fundamentais de reunião e manifestação</i>. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. (p.46)</p>
<ul style="list-style-type: none"> “(...)aglomeração não institucionalizada de pessoas, por um período de tempo limitado ou curto, cuja natureza não seja puramente fortuita ou ocasional, com vista a certos fins, autónomos e livremente escolhidos em comum.” 	<p>Assunção, V. (2010). <i>Limites da intervenção policial no âmbito dos direitos fundamentais de reunião e manifestação</i>. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. (p.22)</p>
<ul style="list-style-type: none"> “(...)o requisito de pacificidade é essencial para que este direito fundamental obtenha a devida protecção constitucional(...)” 	<p>(p.24)</p>
<ul style="list-style-type: none"> “(...)à semelhança do direito de reunião, também a liberdade de manifestação é um “instrumento de outras liberdades”(...)política, sindical, 	<p>Gomes Canotilho e Vital Moreira, citado por Assunção, V. (2010). <i>Limites da intervenção policial no âmbito dos direitos fundamentais de reunião e manifestação</i>. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.</p>

religiosa(...)"	(p.44)
<u>Direito de Reunião</u>	
<ul style="list-style-type: none"> • "(...)nenhum outro "limite" substancial existe para a liberdade de reunião. Apenas se justificando medidas restritivas mais severas para a protecção de fins constitucionais fundamentais constitutivos da ordem pública(...)" 	(p.26)
<ul style="list-style-type: none"> • "Direito de quaisquer pessoas de se juntarem em certo lugar, temporária ou circunstancialmente, para fins que livremente escolham." 	Miranda, J. <i>Reunião (direito de)</i> , in <i>Dicionário Jurídico da Administração Pública</i> (pp. 291 – 303), Volume VII, Editora Gráfica do Areeiro, Lisboa, 1996, (citado: Reunião...) APUD Assunção
<ul style="list-style-type: none"> • "(...)direito de reunião é necessariamente um direito de acção coletiva e pode ser de exercício privado ou público(...)" 	Parecer nº 30/2008 – III – Diário da República, 2ª série – N.º114 – 28 de Julho de 2011 – 31316
<u>Direito de Manifestação</u>	
<ul style="list-style-type: none"> • "Manifestação é a presença conjunta física voluntária de pessoas num lugar público, agindo pacificamente e sem armas, com o propósito de expressar em comum uma finalidade ou um sentimento" 	Correia, S. (2006). <i>O Direito de Manifestação – Âmbito de Protecção e Restrições</i> . Coimbra: Almedina Editora (p. 59)
<ul style="list-style-type: none"> • "(...)a atual Constituição foi a primeira lei fundamental a consagrar, de modo autonomizado, o direito fundamental de manifestação(...)" 	Assunção, V. (2010). <i>Limites da intervenção policial no âmbito dos direitos fundamentais de reunião e manifestação</i> . Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. (p.44)
<ul style="list-style-type: none"> • "(...)surge inseparável da liberdade de expressão(...)" 	Jorge Miranda e Rui Medeiros citado por Assunção, V. (2010). <i>Limites da intervenção policial no âmbito dos direitos fundamentais de reunião e manifestação</i> . Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. (p.44)
<ul style="list-style-type: none"> • "(...)pluralidade de indivíduos dar a conhecer uma ideia comum, através da presença e /ou da palavra. Por outro lado, não poderá considerar-se pacífica a manifestação cujos comportamentos dos participantes sejam lesivos dos direitos de terceiros(...)" 	Assunção, V. (2010). <i>Limites da intervenção policial no âmbito dos direitos fundamentais de reunião e manifestação</i> . Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. (p.45)

Apêndice C

Eventos Oficiais (2009/2012)

Quadro n.º 5- Eventos Oficiais (2009/2012)

ANO	EVENTO OFICIAL
2009 (Mais de 10000 operações de segurança)	<ul style="list-style-type: none"> • Quarta Edição do fórum Mundial de políticas de Telecomunicações (World Telecommunication Policy Forum – WTPF-09); • Prova desportiva Red Bull Air Race; • XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.
2010 (Mais de 12000 operações de segurança)	<ul style="list-style-type: none"> • Visita Oficial e apostólica de Sua Santidade o Papa Bento XVI; • Cimeira NATO 2010.
2011 (Mais de 11000 operações de segurança)	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião Anual do Banco Africano de Desenvolvimento
2012 (Mais de 23000 operações de segurança)	Nenhum evento a particularizar

Apêndice D

Evolução número de operações e efetivos policiais

Tabela n.º 1 – Evolução número de operações e efetivos policiais

ANO	Nº Operações	Nº Efetivos
2009	167	3.500
2010	679	6.514
2011	702	9.277
2012	3.012	16.672

Apêndice E

Fases do Processo de Decisão Militar

Fase 1	Recepção da Missão
Fase 2	Análise da Missão
Fase 3	Formulação das m/a
Fase 4	Análise das m/a
Fase 5	Comparação das m/a
Fase 6	Aprovação da m/a
Fase 7	Elaboração de Planos e Ordens de Operações

Figura n.º 2 – Fases do Processo de Decisão Militar.

Fonte: Autor.

Apêndice F

Exemplo da carteira profissional de um jornalista



Figura n.º 3 – Exemplo da carteira profissional de um jornalista

Fonte: Autor.

Apêndice G

Guião de Entrevista



ACADEMIA MILITAR

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

A influência dos “média” em situações de alteração da ordem pública: Pontos de vista Policiais e dos Jornalistas

Guião de Entrevista

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Tomás Flecha Ruiz Marques da Silva

Orientador: Professora Doutora Ana Romão

Coorientador: Major de Infantaria da GNR Marco António Ferreira da Cruz

O Trabalho de Investigação Aplicada, cujo tema é “A influência dos “média” em situações de alteração da ordem pública: Pontos de vista Policiais e dos Jornalistas”, constitui parte integrante dos Cursos de Formação de Oficiais da Academia Militar, para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares, neste caso particular, na especialidade de Segurança.

Assim sendo e com o intuito de garantir a credibilidade científica do trabalho, surge a necessidade da elaboração de Entrevistas como forma de obtenção de informação.

A sua elaboração está necessariamente integrada no âmbito dos objetivos propostos, tendo como destinatários, especialistas na matéria ou intervenientes diretos no “estudo de caso” proposto para investigação.

O objetivo da investigação é perceber como são condicionados os comportamentos das Forças de Segurança e dos profissionais dos Órgãos de Comunicação Social presentes em situações de alteração da ordem pública, tendo sido escolhido para este trabalho, o caso da Manifestação de 14 de Novembro de 2012 em frente à Assembleia da República, realizada na sequência da Greve Geral do mesmo dia.

Desta forma, venho solicitar a Vossa Excelência que me conceda uma entrevista gravada no sentido de valorizar o trabalho que está a ser desenvolvido, considerando que a mesma se constituirá, seguramente, como um precioso contributo na investigação que está a ser realizada.

Do mesmo modo e se assim o desejar, colocarei à disposição de Vossa Excelência para apreciação, a transcrição da entrevista realizada, que será posteriormente anexada ao trabalho final.

Agradeço antecipadamente a sua valiosa colaboração, lembrando que esta entrevista tem objetivos meramente académicos.

Grato pela sua colaboração.

Atenciosamente,

Tomás Flecha Ruiz Marques da Silva

Aspirante de Infantaria da Guarda Nacional Republicana

Enquadramento do Trabalho

Assunto a Investigar:

Em Portugal, como em muitos outros países, a situação económica e social tem potenciado um elevado número de manifestações, com forte cobertura mediática.

De entre as várias atribuições das Forças de Segurança, consta a manutenção e reposição da ordem pública, prevista nas respectivas Leis Orgânicas⁸⁰.

Por outro lado, constituem direitos tipificados de quem exerce a profissão de jornalista, a “Liberdade de expressão e de criação” e a “Liberdade de acesso às fontes de informação”⁸¹ assim como o acesso a locais públicos e outros⁸² para fins informativos.

Algumas manifestações têm gerado incidentes com alteração da ordem pública, implicando o uso da força policial, em contextos de forte presença dos Órgãos de Comunicação Social, sendo fundamental que cada um destes atores consiga desempenhar a sua função enquanto profissional.

Assim, pretende-se estudar a perceção com que ficam as Forças de Segurança e os profissionais dos Órgãos de Comunicação Social presentes nestas situações, focalizando-nos no “estudo de Caso”: Manifestação de 14 de Novembro de 2012 em frente à Assembleia da República.

Objetivos:

Este trabalho tem como objetivo geral compreender em que medida a atuação dos média condiciona as operações policiais em situações de alteração de ordem pública.

Assim, foram estabelecidos objetivos específicos, como sejam por exemplo o de analisar a influência da presença dos média na preparação prévia e posteriormente na atuação da Força de Segurança, bem como o de caracterizar a conduta e procedimentos usados pelos jornalistas na cobertura do acontecimento em estudo, tentando simultaneamente compreender qual a influência que cada um destes dois atores tem no comportamento do outro na situação em estudo.

⁸⁰ Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro. (Lei que aprova a Orgânica da Guarda Nacional Republicana), Diário da República, 1.ª Série – N.º 213 e Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto. (Lei que aprova a Orgânica da Polícia de Segurança Pública), Diário da República, 1.ª Série – N.º 168.

⁸¹ Alíneas a) e b) respectivamente do artigo 6.º do Estatuto do Jornalista, Lei n.º 1/99, de 1 de Janeiro, I Série-A, N.º10, 198-201.

⁸² N.ºs 1 e 2 do artigo 9.º do Estatuto do Jornalista.

Entrevista

Função:

Pertença institucional:

Habilitações:

Data:

Local:

Hora de início:

Hora do fim:

Questões

1. Na ocorrência de manifestações, existem contactos prévios entre forças policiais e jornalistas?
 - 1.1. Se sim, descreva sinteticamente como se estabeleceram esses contactos no caso da manifestação de 14 de Novembro de 2012
2. Nas situações descritas, concretamente na manifestação de 14 de Novembro de 2012, como se organiza no terreno o dispositivo para a presença/trabalho dos jornalistas?
 - 2.1. Considera esse dispositivo adequado? Se não, por favor diga que aspectos poderiam ser melhorados.
3. Considera que existem determinações claras e inequívocas na lei quanto aos procedimentos exigidos aos jornalistas e às forças policiais neste tipo de incidentes? Caso negativo, o que poderia ser considerado futuramente na Lei?
4. Qual considera ser a maior dificuldade que enfrenta um profissional das FS neste tipo de incidentes? E o profissional dos media?
5. Em seu entender, o directo televisivo produz efeitos na actuação policial? E nos manifestantes? Que tipo de efeitos?
6. Existem procedimentos estabelecidos para a cobertura jornalística de acontecimentos como o da manifestação em estudo?
 - 6.1. Por favor descreva sucintamente esses procedimentos.
7. Em situações que justifiquem a carga policial, os procedimentos tipificados consistem em:

- Intimação para a dispersão, por estarem a cometer infracção;
- Advertência que incorrerão no crime de desobediência, se não dispersarem;
- Aviso de que poderá ser usada a força àqueles que não obedecerem à intimação.

7.1. Considera que tais procedimentos são inequivocamente aplicados e compreendidos por parte dos intervenientes?

7.2. Que comportamentos/atitude decorrem da iminência da carga policial por parte dos profissionais dos media (protegem-se da investida? Procuram preferencialmente as melhores imagens, independentemente do risco?)

8. Na manifestação em estudo, alguns jornalistas surgem claramente identificados, outros não.

8.1. Em sua opinião, o uso de elementos de identificação (por exemplo coletes, ou outros de fácil visualização), deveria fazer parte da cobertura jornalística neste tipo de situação?

9. Situações de perturbação da ordem pública podem implicar riscos de segurança para os profissionais dos media. Em seu entender justificaria a existência de formação específica para esses profissionais visando esse tipo de riscos?

10. Como avalia o desempenho dos profissionais da comunicação social durante a manifestação?

10.1. E como avalia a actuação das forças de segurança, na mesma manifestação?

11. Em geral, como considera ser a relação profissional entre os profissionais das forças de segurança e os profissionais dos média?

12. Situações de elevada tensão, como a que estamos a estudar, constituem ocasiões para reforçar a valorização pública das forças policiais, ou pelo contrário, podem contribuir para uma maior crítica social das mesmas?

13. Considera ter havido nesta situação um contacto suficiente entre FS e OCS que permitisse uma atempada difusão da informação quanto aos dados da manifestação?

Apêndice H

Fita do tempo da manifestação de 14 de Novembro de 2012

CONSTRUÇÃO DOS ACONTECIMENTOS 14 DE NOVEMBRO DE 2012	
12h40m	Expresso http://expresso.sapo.pt/48-feridos-nos-confrontos-frente-ao-parlamento=f766817#ixzz33u2K2yLB
	Cais do Sodré - Os polícias foram os primeiros a chegar. Há dez minutos, duas carrinhas com vários agentes estacionaram no início da 24 de julho.
13h15m	Expresso http://expresso.sapo.pt/48-feridos-nos-confrontos-frente-ao-parlamento=f766817#ixzz33u2K2yLB
	Cais do Sodré - O Movimento dos Indignados e jornalistas chegaram primeiro do que os estivadores.
13h30m	Expresso http://expresso.sapo.pt/48-feridos-nos-confrontos-frente-ao-parlamento=f766817#ixzz33u2K2yLB
	Sede da CGTP - Conferência de imprensa: Elogios à adesão "muito significativa do setor privado" à greve geral".
14h00m	Expresso http://expresso.sapo.pt/48-feridos-nos-confrontos-frente-ao-parlamento=f766817#ixzz33u2K2yLB
	Cais do Sodré - Os manifestantes começam a sair em direção ao Rossio. Já rebentaram três petardos (Início rebentamento).
14h11m	Expresso http://expresso.sapo.pt/48-feridos-nos-confrontos-frente-ao-parlamento=f766817#ixzz33u2K2yLB
	Praça do Comércio - Manifestação dos Estivadores chega ao Terreiro do Paço numa marcha marcada or alguns petardos e palavras de ordem como "Passos escuta, és um filho da "p*ta"
14h13m	Expresso http://expresso.sapo.pt/48-feridos-nos-confrontos-frente-ao-parlamento=f766817#ixzz33u2K2yLB

	Praça do Comércio - Vários rebentamentode petardos.
14h30m	Expresso http://expresso.sapo.pt/48-feridos-nos-confrontos-frente-ao-parlamento=f766817#ixzz33u2K2yLB
	Rossio - estivadores chegam ao Rossio, onde se encontram com os manifestantes da CGTP
14h53m	Expresso http://expresso.sapo.pt/48-feridos-nos-confrontos-frente-ao-parlamento=f766817#ixzz33u2K2yLB
	Rossio - Manifestação sai com atraso. Estivadores vão integrados no desfile rumo ao Parlamento
15h00m	Expresso http://expresso.sapo.pt/48-feridos-nos-confrontos-frente-ao-parlamento=f766817#ixzz33u2K2yLB
	Rossio - "É preciso, é urgente uma política diferente", e "Contra a exploração, a luta é a solução", são as principais palavras de ordem".
15h03m	Expresso http://expresso.sapo.pt/48-feridos-nos-confrontos-frente-ao-parlamento=f766817#ixzz33u2K2yLB
	Rua do Carmo intensificam-se os petardos
15h05m	Expresso http://expresso.sapo.pt/48-feridos-nos-confrontos-frente-ao-parlamento=f766817#ixzz33u2K2yLB
	Rua do Carmo - diferença nítida entre a parte de trás da manifestação, onde estão os estivadores e movimentos não alinhados e a parte da frente da manifestação, onde se encontra a comissão executiva da CGTP
15h35m	Expresso http://expresso.sapo.pt/48-feridos-nos-confrontos-frente-ao-parlamento=f766817#ixzz33u2K2yLB
	Calçada do Combro - Estivadores não seguem a manifestação e quebram-na ao meio. E viram na Travessa do Convento de Jesus, percorrendo ruas que não estão vedadas ao trânsito. Levam atrás de si os movimentos “não alinhados”;
15h45m	Expresso http://expresso.sapo.pt/48-feridos-nos-confrontos-frente-ao-parlamento=f766817#ixzz33u2K2yLB
	Travessa do Convento de Jesus - segunda parte da manifestação interrompe trânsito automóvel. Alguns estivadores batem nos capots
15h48m	Expresso http://expresso.sapo.pt/48-feridos-nos-confrontos-frente-ao-parlamento=f766817#ixzz33u2K2yLB

	<p>parlamento=f766817#ixzz33u2K2yLB</p> <p>S. Bento - A cabeça da manifestação já chegou ao Parlamento. Arménio Carlos vai falar de improviso e de costas para o Parlamento.(CGTP chega)</p>
15h50m	<p>Expresso</p> <p>http://expresso.sapo.pt/48-feridos-nos-confrontos-frente-ao-parlamento=f766817#ixzz33u2K2yLB</p> <p>S. Bento - estivadores chegam ao Parlamento mas não se juntam À manifestação da CGTP e dirigem-se para o lado direito.</p> <p><u>(Há agora duas manifestações frente à AR; Separação entre manifestantes)</u></p>
15h51m	<p>Expresso</p> <p>http://expresso.sapo.pt/48-feridos-nos-confrontos-frente-ao-parlamento=f766817#ixzz33u2K2yLB</p> <p>S. Bento - Quatro agentes do corpo de intervenção surgem com quatro cães. Assobios por parte dos estivadores.</p>
17h00m	<p>Expresso</p> <p>http://expresso.sapo.pt/48-feridos-nos-confrontos-frente-ao-parlamento=f766817#ixzz33u2K2yLB</p>
	<p>DN</p> <p>http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=2886121</p> <p><u>Derrube de barreiras</u> por elementos marginais à CGTP e aos estivadores. Manifestantes mais jovens, vestidos de preto, alguns com capuzes, caras tapadas com cachecol, outros com máscaras</p>
17h07m	<p>Expresso</p> <p>http://expresso.sapo.pt/48-feridos-nos-confrontos-frente-ao-parlamento=f766817#ixzz33u2K2yLB</p> <p>CM</p> <p>http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/opinioao/politicas-e-pedras</p> <p>S. Bento - Manifestantes atiram garrafas, balões com água e tinta. Polícia desce a escadaria. O dirigente sindical dos estivadores apelou para que estes recusassem e não participassem na confusão (separação sindical dos delinquentes)</p>
17h26m-18h16m	<p>CM</p> <p>http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/opinioao/politicas-e-pedras</p> <p>DN</p> <p>http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=2886121</p> <p>Manifestantes arrancam pedras da calçada para atirar aos polícias. Contudo, os manifestantes tentaram furar o cordão policial ao mesmo tempo que eram arremessadas pedras e garrafas contra os elementos do corpo de intervenção.</p> <p>CM</p> <p>http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/opinioao/politicas-e-pedras</p> <p>DN</p> <p>http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=2886121</p> <p>Aviso de Carga - um primeiro cordão policial investiu à bastonada.</p>
18h16m	<p>CM</p> <p>http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/opinioao/politicas-e-pedras</p>
	<p>Agentes investiram sobre a multidão</p> <p>DN</p> <p>http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=2886121</p> <p>A polícia iniciou cerca das 18:20 uma carga contra os manifestantes que se encontram</p>

	junto à Assembleia da República, utilizando bastões e cães para afastar as pessoas da escadaria.
	CM http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/opinioao/politicas-e-pedras
	A multidão refugiou-se nas ruas e avenidas próximas e queimou caixotes do lixo.
	CM http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/opinioao/politicas-e-pedras
	Depois da carga policial, numa das ruas adjacentes ao Parlamento, foram incendiados contentores do lixo. Em resultado dos confrontos houve várias detenções e vários feridos, entre polícias e manifestantes estando neste momento varias artérias daquela zona de Lisboa cortadas.
20h45m	CM http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/opinioao/politicas-e-pedras
	Feedback PSP - Havia registo de 48 feridos (21 dos quais polícias), sete detidos e dezenas de pessoas identificadas
	Expresso http://expresso.sapo.pt/48-feridos-nos-confrontos-frente-ao-parlamento=f766817#ixzz33u2K2yLB
	JN http://www.jn.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=2886766&page=-1
	O porta-voz do comando metropolitano de Lisboa da PSP, fez ao jornalistas o balanço provisório até as 20.55
23h15m	Expresso http://expresso.sapo.pt/48-feridos-nos-confrontos-frente-ao-parlamento=f766817#ixzz33u2K2yLB
	A PSP terminou, pelas 23:15 de quarta-feira, com o policiamento junto ao Parlamento, em Lisboa

Figura n.º 4 - Fita do tempo da manifestação de 14 de Novembro de 2102

Fonte: Autor.

Apêndice I

Reações de personalidades

Quadro n.º 6– Reações de personalidades

Fonte: Autor.

Pedro Passos Coelho Primeiro-Ministro
DN http://www.dn.pt/Inicio/interior.aspx?content_id=2888176
<p>“destacou que o ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, já afirmou, "em nome do Governo", que há uma "diferença entre o exercício do direito à manifestação e a utilização, por profissionais de desordem e de violência, dessas manifestações para mostrar ao mundo e aos portugueses uma reação de violência que não é de Portugal nem dos portugueses”.</p> <p>“O primeiro-ministro acrescentou que Miguel Macedo "esteve bem quando elogiou a forma como a polícia se comportou perante essa circunstância”</p> <p>“É importante como mensagem para futuro que todos saibam que somos um povo tolerante, um povo de diálogo e de negociação, que preserva as liberdades mas que tem linhas vermelhas. E quando essas linhas vermelhas são ultrapassadas é obrigação dos órgãos de soberania, e neste caso também das polícias, atuarem de forma proporcionada e adequada para desincentivar quaisquer abusos no futuro e para manter a ordem no presente”.</p> <p>“Creio que essa imagem ressaltou ontem [quarta-feira] bem de todas as reportagens que as televisões emitiram e creio que o sentimento nacional é não só de repúdio por essa violência que alguns quiseram utilizar, mas também de reconhecimento pela forma como a polícia interveio de modo a fazer o que lhe compete, que é mostrar que há comportamentos que não são toleráveis numa sociedade tolerante e democrática”.</p>
Aníbal Cavaco Silva Presidente República
CM http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/politica/cavaco-silva-condena-desacatos-e-louva-profissionalismo-da-policia
<p>“Não vi as imagens porque estava a participar em actos oficiais com o Presidente da Colômbia mas pela informação que tenho, quero condenar veementemente a violência, os desacatos que foram provocados por um grupo de cidadãos, que devem fazer pensar os portugueses.”</p>
DN http://www.dn.pt/Inicio/interior.aspx?content_id=2887479
<p>“Não vi as imagens porque estava a participar em actos oficiais com o Presidente da Colômbia mas pela informação que tenho, quero condenar veementemente a violência, os desacatos que foram provocados por um grupo de cidadãos, que devem fazer pensar os portugueses.”</p> <p>“Quero elogiar, quero louvar o profissionalismo como a polícia portuguesa desempenhou a função de garantir a ordem pública e combater a violência na nossa democracia”.</p> <p>"portaram-se de uma forma notável, enfrentando violência muito forte que não seria de esperar num dia de greve que correu, em geral, de forma normal".</p> <p>"Não se tente inventar argumentos. São pessoas apostadas na destruição, apostadas na violência, que querem destruir a sociedade e por isso a polícia não pode deixar de ter todo o apoio dos portugueses para enfrentar atitudes como esta que visam destruir a riqueza do nosso país e em particular visam destruir a força humana que existe no nosso país".</p> <p>"Condeno veementemente o que aconteceu ontem".</p> <p>“São pessoas apostadas na destruição, na violência, que querem destruir a sociedade".</p> <p>- “(Questionado se não tinha havido excessos por parte das forças policiais, Cavaco Silva disse que) "afirmações desse tipo só podem ser um insulto à polícia””.</p>
Miguel Macedo Ministro Administração Interna
CM http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/portugal/miguel-macedo-culpa-meia-duzia-de-profissionais-da-desordem
“(Apesar de lamentar os incidentes desta tarde, o ministro deixou uma saudação ao Corpo de Intervenção da PSP pelo)

<p>"profissionalismo, serenidade e firmeza, quando foi inevitável intervir".</p> <p>“(sublinhou ainda que o arremesso de pedras e outros objectos que provocou a carga policial nada teve a ver com a manifestação convocada pela CGTP-Intersindical, que terminou antes de os incidentes começarem).</p> <p>“(A carga policial junto à Assembleia da República se deveu à actuação de) "meia-dúzia de profissionais da desordem, que devem ser travados”</p>
<p>Arménio Carlos Secretário-Geral CGTP</p>
<p>CM</p>
<p>http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/politica/armenio-carlos-considera-confrontos-lamentaveis</p>
<p>"São lamentáveis os incidentes que ocorreram na Assembleia da República"</p>
<p>António José Seguro Secretário-Geral do maior Partido Oposição – Partido Socialista</p>
<p>DN</p>
<p>http://www.dn.pt/Inicio/interior.aspx?content_id=2888160</p>
<p>“Vi os incidentes de quarta-feira, junto ao Parlamento, com muito desagrado, assim como também viram muitos portugueses. A maneira como os portugueses têm para se manifestar não é aquela".</p> <p>"a CGTP-IN, que convocou a manifestação, cumpriu todas as regras e não houve problema nenhum".</p> <p>“O que se passou na quarta-feira, na Assembleia da República, não teve nada a ver com a manifestação da CGTP-IN. Lamento e condeno os atos de violência".</p> <p>"Daquilo que que vi, a partir dos elementos de que disponho, parece-me que a polícia agiu de forma adequada".</p> <p>"A violência não resolve problema nenhum e apelo para que aquilo que aconteceu na quarta-feira não se volte a repetir".</p>
<p>Jerónimo Martins Secretário-Geral Partido Comunista Português</p>
<p>DN</p>
<p>http://www.dn.pt/politica/interior.aspx?content_id=2893275</p>
<p>"Ao Governo, à classe dominante e à comunicação social deram um jeito os incidentes em frente à Assembleia da República".</p> <p>“A questão não está tanto em condenar ou não, não está em caracterizar o que era revolta genuína e o que era provocação organizada".</p> <p>"A questão está em ver o resultado desses incidentes que, objetivamente, serviram para tentar esconder, esbater, esse grande acontecimento social e político, esse marco na história da luta dos trabalhadores portugueses, a greve geral"</p>

Apêndice J

Quadros análise de conteúdo das entrevistas

Quadro n.º 7 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q1

Fonte: Autor

Respostas à Q1. Na ocorrência de manifestações, existem contactos prévios entre forças policiais e jornalistas? Se sim, descreva sinteticamente como se estabeleceram esses contactos no caso da manifestação de 14 de Novembro de 2012	
E1	<ul style="list-style-type: none"> - “Entrei na cobertura desta manifestação porque sou da secção de política e era uma manifestação que à partida se sabia que tinha um potencial de risco”. - “Sei que foram feitos contactos formais e informais por parte dos meus colegas da secção da sociedade junto das relações públicas da PSP”. - “ Perceber qual a percepção que a polícia tinha deste acontecimento”
E2	<ul style="list-style-type: none"> - “O contacto que se faz é apenas em função do serviço público, ou seja, que artérias vão ser cortadas, que percurso está preparado para esta manifestação, qual o dispositivo disponível para assegurar as condições mínimas de segurança”. - “É um pró-forma perfeitamente redundante em todas as manifestações, a não ser que haja uma forma de protesto potencialmente mais perigoso ou potencialmente mais polémico”. - “ Esse contacto parte das forças policiais a maior parte das vezes, ou através de conferências de imprensa ou comunicados”.
E3	<ul style="list-style-type: none"> - “Naquilo que me diz respeito não houve. Sabíamos que iria haver uma manifestação, e sabíamos que as manifestações anteriores tinham estado já ali no limite de poderem resvalar para episódios de cargas policiais ou de violência por parte dos manifestantes”. - “não houve nenhum contacto prévio da minha parte com as FS.” - “ No caso das manifestações é diferente, até porque são muito mais recorrentes e se calhar seria inviável para as próprias FS”.
E4	<ul style="list-style-type: none"> - “ Os contactos existem, normalmente muito pouco tempo antes. Não existem propriamente reuniões mas sim uma abordagem parte a parte em que no fundo se tentam perceber quais os limites”. - “Normalmente parte dos jornalistas. Com o dispositivo montado, os jornalistas vão aparecendo para cumprir a sua função e vão questionando as FS para perceber eles próprios como é que se hão-de comportar”.
E5	<ul style="list-style-type: none"> - “ Quando vamos para o terreno não vamos falar primeiro com a Polícia”. - “ No meu caso, conheço algumas pessoas, o que me permite saber com quem falar. No entanto, não há da parte das FS preocupação em dizer como as coisas são”. - “Os contactos partem sempre da parte dos jornalistas”.
E6	<ul style="list-style-type: none"> - “Não há. Os OCS, uma vez que trabalham no perímetro da AR, pedem ao Secretário-Geral para instalar meios e fazerem a cobertura”. - “ Os únicos contactos que existem com a AR são: o necessário para mostrar a identificação por forma a aceder ao local para eles destinado”.
E7	<ul style="list-style-type: none"> - “Normalmente faço contactos com os oficiais que estão envolvidos na organização na operação de segurança para saber que meios estão envolvidos, as ameaças identificadas, os possíveis 'manifestantes' de risco, os meios de reserva, entre outros”.
E8	<ul style="list-style-type: none"> - “ Pode existir se estiver em causa uma situação de grande envergadura, de grande importância a nível de segurança”. - “Não tenho conhecimento de qualquer contacto prévio”.
E9	<ul style="list-style-type: none"> - “ Lembro-me que houve algum trabalho prévio, preparei-me para aquela manifestação”. - “Só há uma comunicação prévia em grandes eventos institucionais, ou seja, uma cimeira NATO, um Conselho Europeu, o EURO 2004, ou a final da Liga dos Campeões. Há uma conferência de imprensa uns dias antes explicando que o trânsito vai estar cortado ou o que se espera, dizendo também as valências, só ao nível das FS”.
E10	<ul style="list-style-type: none"> - “No entanto deverá ser analisado sempre caso a caso, a montante, se os acontecimentos se adivinham mediáticos e qual o possível impacto”.
E11	<ul style="list-style-type: none"> - “ Por vezes existem, quando os jornalistas nos pedem algum apoio ou esclarecimento sobre a forma como vai decorrer a situação”. - “não é uma regra haver sempre contactos. Depende um pouco dos contextos das situações”.

E12	<p>- “Habitualmente não há, o que costuma acontecer é se tivermos alguma dúvida estabelecemos o contacto”.</p> <p>- “Neste caso, qual o trajeto que está previsto para a manifestação. Para termos uma noção da dimensão que as autoridades esperam para a manifestação”.</p> <p>- “Normalmente faço-o no local, quando chego. Mas previamente não é regular acontecer. Nós é que vamos ter com a FS.”</p>
------------	--

Quadro n.º 8 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q2

Fonte: Autor

Respostas à Q2 Nas situações descritas, concretamente na manifestação de 14 de Novembro de 2012, como se organiza no terreno o dispositivo para a presença/trabalho dos jornalistas? Considera esse dispositivo adequado? Se não, por favor diga que aspectos poderiam ser melhorados.	
E1	<p>- “Organiza-se de várias maneiras. Os fotógrafos tentam colar-se o mais possível daquilo que são os focos dos acontecimentos”.</p> <p>- “Não existiu uma coordenação em especial. Como havia a questão da segurança, a polícia criou aquele espaço para os jornalistas, no entanto quem quisesse podia deslocar-se para outro sítio, não livremente pela escadaria mas em volta”.</p>
E2	<p>- “Havendo pontos de direto e reportagem, que são coisas distintas, normalmente temos sempre um ponto de direto no topo da escadaria e outro em baixo junto dos manifestantes”.</p> <p>- “E depois estamos um pouco devotados às condicionantes que as próprias autoridades nos permitem, como por exemplo sair da baía ou não. Mas depende da dimensão da manifestação”.</p>
E3	<p>- “Tínhamos uma profissional no topo da escadaria a dar um plano do lado de cima. E tínhamos outra ao fundo da escadaria”.</p> <p>- “O topo da escadaria é por norma o sítio em que as FS preferem que estejam os jornalistas”.</p> <p>- “Claro que os que vão lá para baixo vão por sua conta e risco, não é de certeza por falta de avisos por parte das FS dos riscos que corremos”.</p> <p>- “Para nós nunca é adequado, ou seja, nós queremos estar sempre no meio da acção, nunca longe”.</p>
E4	<p>- “A escadaria e o local junto à mesma é vedado. Os jornalistas têm acesso às partes laterais e na área circundante é tudo muito controlado”.</p> <p>- “Há a verificação da carteira profissional, para perceber se os jornalistas estão na posse dela e se podem estar naquele local”.</p> <p>- “No fundo creio que o espaço é adequado, acho que dá para fazer o trabalho. A aglomeração não acaba por ser tanta que justifique um espaço maior”.</p>
E5	<p>- “Infelizmente é muito anárquico. Porque também é um equilíbrio muito difícil. A polícia está ali para manter a OP, também defendendo bens e pessoas que querem estar ali de mera contestação e que não querem confusão”.</p> <p>- “Por outro lado os jornalistas têm que ter acesso a toda esta envolvimento, mas por vezes as FS também estão preocupados com a segurança dos jornalistas”.</p> <p>- “Defendo também que deveria haver jornalistas credenciados em matéria de segurança interna”.</p>
E6	<p>- “O dispositivo é exatamente o mesmo das outras manifestações, no decorrer daquilo que tinha sido a evolução das outras manifestações em 2012”.</p> <p>- “Os OCS são enquadrados do lado esquerdo de quem está de costas para o palácio, numa meia-lua junto a um candeeiro”.</p> <p>- “Se quiserem aceder ao local onde estão os manifestantes têm que sair pelas laterais do acesso pedonal do Parlamento. Sempre por conta própria”.</p> <p>- “Para entrar neste perímetro das FS têm que ser portadores da carteira profissional que os identifica como Jornalistas”.</p> <p>- “O problema está quando o jornalista, com o objetivo de apanhar a melhor imagem por exemplo, interfere nos dispositivos e manobra da força. E muitas vezes quando há uma carga, são apanhados pela mesma e confundidos com o cidadão que não respeitou a ordem de dispersão”.</p> <p>- “Considero o dispositivo adequado, sendo o normal para estas situações. Devem os OCS serem colocados atrás das FS, sendo até um bom local para recolher imagens.</p>
E7	<p>- “A presença dos jornalistas que estão do lado do dispositivo policial é organizada, normalmente pela entidade policial responsável pela operação”.</p> <p>- “A nossa liberdade de movimentos é praticamente total, com exceção para certos perímetros onde estão colocados os elementos que estão a proteger algumas áreas específicas”.</p> <p>- “De uma forma geral acho que está bem. Mas quando alguma coisa corre mal, como aconteceu, não havia um plano de contingência específico para os jornalistas. Na hora da 'carga' por pouco não fui atingida. Estava do lado dos manifestantes e ninguém avisou os jornalistas do que ia acontecer”.</p>
E8	- “Dispositivo organizado pelas Forças de Segurança”.
E9	<p>- “Mas em termos de organização, é cada um por si. Vai depender dos meios que envolvemos”.</p> <p>- “No fundo é mobilidade total, tanto estou à esquerda como à direita, tanto em baixo como em cima da</p>

	<p>escadaria, tanto corro como me afasto ou aproximo”.</p> <p>- “O único local enquadrado pelas FS é um em cima da escadaria à esquerda de quem está de costas para a AR. O qual só começou a ser definido de há uns anos para cá quando a AR necessitou de começar a ser protegida”.</p> <p>- “A nossa liberdade de movimentos lá em cima é limitada. Percebo que não possamos ter acesso a todas as zonas, mas parece-me curta a zona. Estamos limitados ao lado esquerdo, não podendo estar do lado direito. Às vezes sabe a pouco e fica curto”.</p> <p>- “Essas dificuldades de aceder à informação e ter uma visão global do que se está a passar podiam ser colmatadas se nos fossem chegando informações. Se alguém no dispositivo fosse designado para estar connosco”.</p>
E10	<p>- “Deve ser articulado nessa conversa prévia. Mesmo numa perspetiva de proteção dos jornalistas. Isto é, não interferindo taticamente no ação das FS, devem ter conhecimento do espaço em que se podem movimentar, eventualmente da pessoa da FS com quem podem ter alguma ligação”.</p> <p>- “Considero curto o espaço, necessitam de procurar outros espaços naturalmente. E já começa a procura de outros meios para a cobertura, a inovação tecnológica irá trazer novidades”.</p>
E11	<p>- “Em todas as manifestações com alguma dimensão reservamos um espaço para que os jornalistas possam instalar o seu material e equipamentos”.</p> <p>- “Depois ficará ao critério dos mesmos se utilizam o espaço ou se dirigem para fora do dispositivo policial mas à sua responsabilidade”.</p> <p>- “Visa portanto garantir a nossa capacidade de intervenção e também a própria segurança do jornalista”.</p>
E12	<p>- “Quando chegamos à AR, está criado um dispositivo à volta do edifício e nós podemos circular livremente entre o cordão policial e a ida à manifestação”.</p> <p>- “O que nos é exigido é que façamos o acesso pela entrada lateral do Parlamento e não pela escadaria (...) vamos identificados com a carteira profissional e nunca houve problemas”.</p> <p>- “Considero este dispositivo adequado. Nunca me impediram a passagem nem de um lado nem de outro”.</p>

Quadro n.º 9 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q3

Fonte: Autor

Respostas à Q3	
Considera que existem determinações claras e inequívocas na lei quanto aos procedimentos exigidos aos jornalistas e às forças policiais neste tipo de incidentes? Caso negativo, o que poderia ser considerado futuramente na Lei?	
E1	<p>- “Nenhuma lei pode ser clara para prever todos estes passos que são muito súbitos”.</p> <p>- “Não creio que haja nenhum impedimento legal, acho que a lei é clara. Nas garantias, direitos e obrigações da polícia e jornalistas. Há choques de interesses mas não vejo nenhuma falta de clareza”.</p>
E2	<p>- “Muitas vezes tornam-nos um alvo, uma vez que somos facilmente identificados”.</p> <p>- “Como tal, em termos de obrigação legal não existe e no caso da empresa também não. Aquilo que normalmente fazemos por autodeterminação é usar o cartão de identificação ao peito, apesar de não ser muito prático também”.</p> <p>- “Creio que não devia ser considerado nada a nível legal. O que é exigido é a correta identificação e isso corresponde ao título, cartão da carteira profissional”.</p>
E3	<p>- “Não conheço a lei ao detalhe, mas tendo a achar que por vezes o excesso de regulamentação só prejudica e é contraproducente. Porque numa situação daquelas o polícia não vai estar preocupado em ver se o jornalista está a cumprir a lei, mas vai estar preocupado em ver o que o manifestante está a fazer”.</p> <p>- “A única coisa que eu acho que em Portugal não há e devia haver, é uma correta identificação. Se a lei o devia obrigar? Admito que sim e iria de alguma forma simplificar o procedimento”.</p>
E4	<p>- “Sendo sincero, não tenho ideia. Mas por conversas com outros profissionais, creio que seja possível fazer algumas melhorias, até por episódios que já aconteceram entre jornalistas e FS”.</p>
E5	<p>- “Creio que sim. Está tudo escrito na Lei, sendo preciso perceber apenas se se cumpre. Tanto da parte dos policias como dos jornalistas”.</p> <p>- “O nosso Código Deontológico determina até onde podemos ir, mas tanto de um lado como do outro, em situações de tensão, obviamente que se extravasam competências e depois as coisas não correm bem”.</p> <p>- “Defendo também que deveria haver jornalistas credenciados em matéria de segurança interna”.</p>
E6	<p>- “Julgo que isto está mais que normalizado. O problema dá-se quando alguma das partes deixa de ser</p>

	profissional”.
	-“Não há necessidade de mexer em nada, a não ser o facto da identificação no trabalho, tal como acontece no estrangeiro”.
E7	-“Pode haver determinações na lei, mas nas redações não há preparação para isso. Cada um gere a situação de acordo com o seu bom senso”.
E8	- Não respondeu
E9	-“Não havia muitas regras a cumprir, só a partir do momento que começou a aparecer grandes manifestações com vandalismo e maior agressividade para com as FS que protegem a AR”.
	-“O jornalista não pode ser condicionado (...) Por vezes não vale a pena limitar, porque nem toda a gente cumpre as regras”.
E10	-“Creio que sim. Podia ser mais detalhado mas poderíamos cair numa situação redutora. Isto é, apesar de ter que haver limites não se pode cair demasiado no pormenor”.
	-“De facto poder-se-ia cair no risco de delimitar demasiado essa característica dos profissionais dos média que é a portabilidade”.
E11	- “Existe a legislação que enquadra a atividade dos jornalistas que garante o acesso e a possibilidade de estarem presentes naquilo que possa ter interesse para que possa depois ser difundido e informado ao público”.
	-“Os limites são os que estão estabelecidos no código deontológico e das regras da profissão de jornalista”.
E12	-“Honestamente aqui não lhe consigo dizer, porque eu própria não conheço propriamente a lei. Nem sei se há um procedimento específico para os jornalistas nestas situações”.
	-“Se nos for pedida a identificação, identificamo-nos (...) Mas também não sei qual é a exigência clara na lei para este tipo de circunstâncias”.

Quadro n.º 10 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q4

Fonte: Autor

Respostas à Q4	
Qual considera ser a maior dificuldade que enfrenta um profissional das FS neste tipo de incidentes? E o profissional dos media?	
E1	-“A principal dificuldade das forças de segurança é de facto atuarem sem que uma imagem ou um relato sejam colocados fora do contexto”.
	-“A principal dificuldade dos jornalistas é de facto não se envolverem emocionalmente na questão. É tudo uma situação de pressão e tensão que tem duas partes em que temos que nos movimentar e ter a perceção do conjunto e não dessas partes”.
E2	-“A maior dificuldade do jornalista é sair ileso em determinados acontecimentos e ter acesso a determinadas áreas que lhe estão vedadas”.
	-“Das FS, tendo em conta que é um dispositivo preparado por eles em que a única condicionante mais restritiva tem que se debater é o grau de imprevisibilidade do manifestante”.
E3	-“Admito que para o profissional das FS o mais difícil numa carga policial será distinguir o que é um jornalista do que não é um jornalista. No caso das televisões eu acho difícil que um profissional das FS não distinga porque aqueles têm uma câmara ao ombro e o repórter um microfone. No caso de um profissional de jornal, de imprensa eu já acho mais viável que seja difícil distinguir”.
	-“A maior dificuldade do profissional dos média é estar onde precisamos de estar”.
	-“Sendo então a nossa dificuldade estarmos ou temos que estar e a dificuldade das FS é tirarem-nos do sítio onde acham que não devemos estar”.
E4	-“Para o profissional das FS talvez seja tentar travar o ímpeto, veracidade e a tentativa de obter informação por parte dos jornalistas”.
	-“O mais complicado para as FS talvez seja tentar no fundo não ocultar essa informação mas sustentar essa informação até ao máximo até que hajam um porta voz ou responsável máximo que vá fazer um resumo de tudo

	o que se passou”.
	-“Para os jornalistas, o mais complicado é fazer essa ponte logo desde o início. Ou seja, perceber quem é que vai falar, quem é o responsável com quem podemos falar, e acho que podia ficar mais claro desde início com quem é que os jornalistas vão comunicar”.
E5	-“Obviamente que o nosso objetivo é relatar as coisas da maneira mais fidedigna, e ter a informação mais fidedigna possível”.
	-“Outra dificuldade é criar equilíbrio para que o nosso trabalho e das FS não colida”.
	-“A dificuldade maior das FS é o facto de nós querermos estar em todo o lado a toda a hora a cobrir aquilo que queremos e para eles também é complicado manter a segurança dos jornalistas como cidadãos”.
E6	-“Da parte dos jornalistas creio que se colocam mal, entre o cidadão e as FS para terem imagens dos dois lados. Muitas vezes são atingidos por objetos arremessados pelo cidadão ou são arrastados numa carga policial, ou na fuga da mesma”.
	-“ Quando o cidadão que se manifesta tem este tipo de ações deixa de ser manifestação e entra-se no vandalismo. Aqui identifica-se a maior dificuldade das FS”.
E7	-“Um profissional das FS tem que saber fazer o seu trabalho nunca impedindo o do jornalista. O jornalista deve fazer o mesmo”.
E8	-“Acho que a maior dificuldade para as FS e os media é não interferir no trabalho uns dos outros. A dificuldade é não interferir de modo a condicionar o trabalho do outro grupo”.
E9	-“Controlo largos milhares de pessoas que estão ali para fazer barulho, com palavras de ordem que não são simpáticas e às vezes serem apedrejados, insultados e agredidos”.
	-“Do lado dos jornalistas é o rigor da análise. É conseguir estar numa situação dessas e manter a objetividade. Manter também a serenidade e tranquilidade (...) Dizer as coisas sem ser espalhafatoso”.
	-“Tento por vezes fazer um melhor trabalho, talvez por perceber a linguagem, o que se vai passar a seguir, porque já sei ou já falei com alguém”.
E10	-“Das forças de segurança é o fator emergente. Isto é, que mesmo que se tenha planeado é complicado e delicado reagir. Mesmo que se tenha tido em conta essa situação e esteja prevista num plano de contingências por vezes estas situações emergentes são as mais complicadas”.
	-“A dificuldade dos jornalistas será desempenhar a função com êxito, tendo estes que se adaptar também às ações dos próprios manifestantes”.
E11	-“Para o profissional das FS a maior dificuldade passa por conseguir estar próximo e apoiante para o cidadão como por outro lado reagir dentro daquilo que a lei permite em situações em que está a ser agredido e apedrejado”.
	-“Reagir a uma agressão atual e ilícita sempre dentro da lei, de forma proporcional e adequada”.
E12	-“É igual para uns e para outros, ou seja, a identificação”.
	-“A autoridade no local não conseguir identificar um jornalista, porque nós não conseguimos ter a carteira profissional na mão quando estamos a tomar notas ou a falar”.

Quadro n.º 11 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q5

Fonte: Autor

Respostas à Q5	
Em seu entender, o direto televisivo produz efeitos na atuação policial? E nos manifestantes? Que tipo de efeitos?	
E1	-“Produz nas duas partes. Não só a televisão mas também as redes sociais”.
	-“São armas poderosíssimas que condicionam, provocam e de alguma forma limita a ação policial no bom sentido. Entre as cargas policiais de alguns anos e agora a desproporção de meios e do uso da força e do cuidado que se tem é completamente diferente”.
	-“Creio que a atuação policial é muito mais regrada, cuidada e incisiva. Nesse sentido condicionamo-nos uns aos

	outros”.
E2	<p>–“Produz efeitos quer num, quer no outro. Nos manifestantes porque sentem que têm um foco de visibilidade e muitas vezes investem mais e intensificam o protesto porque sabem que vai ampliar em termos de difusão que passa da informação. E por isso o facto de estarem em direto muitas vezes é um estímulo para um protesto mais aceso”.</p> <p>–“Por outro lado tem um efeito intimidatório nas FS, sabendo estar a ser observados por um direto televisivo por quem está em casa naquele momento. Agem provavelmente de uma forma muito mais contida”.</p>
E3	<p>–“Acho que produz efeitos nos dois. Não sei se num mundo em que não existisse CS, a polícia teria aguentado duas horas a levar pedrada. Acho que a contenção policial se justifica em grande parte pela opinião pública.”</p> <p>–“A CS é o que leva muitas vezes a que haja manifestações, ou as próprias provocações”.</p> <p>–“Portanto, acho que por motivos diferentes os diretos influenciam. Não é por acaso que as cargas policiais e os confrontos acontecem sempre mais perto das 20h00m, as manifestações vão em crescendo, já saíram os líderes sindicais e partidos para não se associarem e quem está lá faz aquilo a uma hora em que tenha mais projeção”.</p>
E4	<p>–“Penso que durante as manifestações não. Penso que produz depois. As pessoas vão para casa ver as imagens, ler os jornais, ver a internet, e isso pode influenciar futuras manifestações”.</p> <p>–“Por exemplo, alguém que ponha nas redes sociais que um policia bateu num manifestante”.</p>
E5	<p>–“Obviamente que produz na atuação policial. Nos manifestantes ainda mais”.</p> <p>–“Todas as manifestações têm um ponto alto no pico dos noticiários, nomeadamente nos telejornais às 20h00m. O que acontece é que aquilo vem ganhando irritação ao longo do percurso e chega ali e há como que o esvaziar de um balão”.</p> <p>–“há mais ou menos um empolar consoante a hora”.</p> <p>–“O que acontece é que se ouvem gritos mais fortes no sinal horário, ou o hino por exemplo. Os manifestantes ganham força porque acham que estão a passar a mensagem ao país que estão descontentes e que conseguem ultrapassar a Lei e furar a barreira policial”.</p> <p>–“Muitas vezes a luz das câmaras apaga e os ânimos dos manifestantes baixam muito (...) Devemos ter uma noção que às vezes galvanizamos muito os ânimos”.</p>
E6	<p>–“Existe sempre um problema, o direto às horas do telejornal das 20h00m. Sabemos todos que por volta das 19h50m, há um aumento da contestação, agressividade, da utilização de meios como tochas, petardos, verylights, arremesso de objetos à polícia, o derrubar das barreiras policiais”.</p> <p>–“Considero que há uma influência negativa da abertura dos telejornais, sendo logo materializada quando as câmaras ligam os seus projetores de luz”.</p> <p>–“Na atuação policial não considero. Só deve preocupar quando as FS tiverem maus procedimentos, abusos de autoridade ou a infringir a Lei”.</p>
E7	<p>–“Claro que sim. Já testemunhei situações em que foi a presença das televisões que desencadearam conflitos”.</p> <p>–“Por outro lado, servem também como contenção de algum eventual abuso de força”.</p>
E8	<p>–“Tende a haver, em diversas situações, algum “empolamento” da atuação dos manifestantes, consoante a atenção prestada pelos media aos diversos momentos”.</p> <p>–“Por outro lado, as FS sabem que as situações estão a ser registadas pelas televisões. Não podem deixar de proceder de acordo com as suas obrigações”.</p>
E9	<p>–“Nos manifestantes e por força disso na atuação policial”.</p> <p>–“Quando uma câmara se liga agita-se as massas. Gritam palavras de ordem, se for preciso mandam garrafas. A imagem e televisão têm esse efeito”.</p> <p>–“Se essa agitação for de forma a agredir as polícias, estas vão responder”.</p>
E10	<p>–“Sim. Não é por acaso que as manifestações são marcadas para determinadas horas ou que os políticos marcam conferências de imprensa às 20h00m”.</p> <p>–“Obviamente que existe um impacto e condiciona o decurso normal das coisas. Por vezes pode precipitar os acontecimentos, mais nos manifestantes. Ou seja, intensifica os ânimos”.</p>

E11	<p>-“Não produz efeito na atuação policial, pois esta não se rege pelo facto de estar a ser transmitido em direto. Resulta do comportamento que os manifestantes estão a ter”.</p> <p>-“Quanto aos manifestantes já concordo que tenha. Aconteceu nesta manifestação e noutras, sobretudo junto a locais emblemáticos como a Assembleia da República, Presidência da República, Presidência Conselho de Ministros”.</p> <p>-“Aqui é normal que os manifestantes esperem pelo momento de início dos telejornais, por exemplo às 20h00m para provocarem alguma movimentação na própria manifestação, garantindo que há um direto para aquele momento”.</p>
E12	<p>-“Nos manifestantes sem dúvida. Quando se aproximam as horas do noticiário ou diretos”.</p> <p>-“Portanto a essa hora nota-se claramente que há um crescendo por parte das manifestações. Isso naturalmente acaba por ter um reflexo naquilo que é a posição da autoridade”.</p>

Quadro n.º 12 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q6

Fonte: Autor

Respostas à Q6 Existem procedimentos estabelecidos para a cobertura jornalística de acontecimentos como o da manifestação em estudo? Por favor descreva sucintamente esses procedimentos	
E1	<p>-“Não há comportamentos específicos. No entanto e desde há alguns anos para cá, quem está mais exposto neste tipo de situações, como por exemplo quem trabalha com imagem, tem sido aconselhado com uma série de procedimentos”.</p> <p>-“Nomeadamente depois desta manifestação, pelo sindicato de jornalistas, foi debatido o facto de ser aconselhável os fotógrafos ou camera man usarem capacete como nas regiões de guerra. Ou estarem claramente identificados como jornalistas”.</p> <p>-“No entanto, há diferentes funções entre nós mas não há procedimentos estabelecidos”.</p> <p>-“O facto de ter havido situações em que jornalistas ficaram mais vulneráveis levou a que se acabasse um bocado com o tabu nós não vestirmos um colete a dizer “press” ou não pôr um capacete”.</p>
E2	<p>-“Não, usamos apenas o bom senso. E conseguir estar próximo dos acontecimentos, não há um procedimento prévio determinista do que quer que seja”.</p> <p>-“Se o trabalho envolve estar o mais próximo possível de onde acontecem as coisas é lá que nós queremos e devemos estar”.</p>
E3	<p>-“Não há procedimento nenhum. Depende do jornalista que vai, da sua cabeça, da sua coragem”.</p> <p>-“A única coisa que eu pensei foi que tinha que me proteger e ao mesmo tempo tentar apanhar o melhor foco. Não tinha nenhum plano na cabeça”.</p> <p>-“Por vezes até quando vamos para guerras que é um cenário pior, não temos grandes planos, quanto mais as manifestações. É chegar lá, avaliar o terreno e tomar decisões ao segundo sobre onde é que vamos a seguir”.</p>
E4	<p>-“Normalmente o critério é largo para o jornalista (...) a redação aconselha a ir para um lado ou outro mas não há propriamente uma diretiva”.</p> <p>-“Não há propriamente uma ordem hierárquica que determine o que vai ser o trabalho do jornalista”.</p>
E5	<p>-“Não existem procedimentos. É encarado como uma reportagem normal. Nós fazemos reportagens todas as semanas de manifestações”.</p> <p>-“Existem questões de segurança no entanto, tentamos sensibilizar as pessoas e de preferência com correta visualização”.</p>
E6	<p>-“Não. Muitas vezes o que acontece é que o jornalista vai recebendo indicações das redações consoante o momento. Não há nenhum knowhow ou procedimento por parte dos jornalistas”.</p> <p>-“Foram até dados alguns cursos na Unidade de Intervenção para mostrar aos jornalistas como se devem</p>

	comportar e proteger em situações de alta violência. Para perceberem onde se devem colocar e recolher as melhores imagens sem causar interferência no trabalho das FS. Mas não conheço nenhuma manual”.
E7	-“Os mesmos termos da pergunta 2”. -“A nossa liberdade de movimentos é praticamente total, com exceção para certos perímetros onde estão colocados os elementos que estão a proteger algumas áreas específicas. Quando à nossa circulação do lado dos 'manifestantes' é total”.
E8	-“Sim, estar sempre na frente da operação, falar com os protagonistas, sejam FS ou manifestantes, estar atento a todas as movimentações, prolongar, se se justificar, o trabalho e/ou emissão em direto”.
E9	-“É como qualquer outra situação. Tendo em conta os diferentes OCS, em que cada um tem as suas características. Ou é mais sensacionalista, ou mais rigoroso, ou tem história por trás”. -“No entanto hoje estamos todos em pé de igualdade, continuamos a ter o formato de cada OCS, mas a internet veio de facto mudar muita coisa. É informação ao segundo”. -“Temos que nos adaptar às situações. É tudo muito dinâmico”.
E10	-“Não é um procedimento religiosamente seguido. Haverá vários fatores que vão ditar a forma de fazer as coisas. Quer seja o espaço da manifestação e os seus acessos à mesma, ou as delimitações impostas”. -“Por outro lado, nesta questão, já há regras tacitamente conhecidas pelos jornalistas nestas manifestações, que são impostas pelas FS”.
E11	-“Desconheço se existem. Acredito que sim, mas desconheço se estes têm algumas indicações em relação às empresas de que dependem, ou no caso dos freelancers se têm algumas indicações sobre como hão-de proceder”.
E12	-“Depende. Cada um trabalho é um trabalho, portanto à partida implica sempre uma preparação. Preferencialmente quando saímos da redação teríamos que levar já connosco uma perspetiva do número de manifestantes que iam lá estar, qual é o trajeto da mesma e também sabermos quem é que fica depois da manifestação da CGTP”. -“Nós também percebemos com o evoluir da situação que tipo de procedimentos podemos adotar (...) Mas é um bocadinho ao sabor dos acontecimentos).

Quadro n.º 13 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q7

Fonte: Autor

Respostas à Q7	
<p align="center">Em situações que justifiquem a carga policial, os procedimentos tipificados consistem em: Intimação para a dispersão, por estarem a cometer infracção; Advertência que incorrerão no crime de desobediência, se não dispersarem; Aviso de que poderá ser usada a força àqueles que não obedecerem à intimação.</p> <p align="center">Considera que tais procedimentos são inequivocamente aplicados e compreendidos por parte dos intervenientes?</p> <p align="center">Que comportamentos/atitudes decorrem da iminência da carga policial por parte dos profissionais dos media (protegem-se da investida? Procuram preferencialmente as melhores imagens, independentemente do risco?)</p>	
E1	-“Não podendo falar por todos, mas por mim foi absolutamente claro. Quem ficou, sabia que levava com uma carga policial”. -“Depende, há uns que foram a correr e não aconteceu nada, outros que foram atingidos. Quem estava no espaço destinado pela polícia para cobrir o acontecimento não aconteceu rigorosamente nada, porque estavam salvaguardados”.
E2	“ São aplicados mas mal entendidos. Já assisti a muitas manifestações e das vezes que eu assisti a todas essas etapas antes de uma carga policial, essa informação é feita através de um megafone de péssima qualidade”.

	<p>-“Creio que os procedimentos são seguidos, mas são mal conseguidos”.</p> <p>-“Quem vai a uma manifestação sabe perfeitamente que quando há um cordão policial e alguém que vem com o megafone já sabe que estão a ser ultrapassados certos limites e se as pessoas não começarem a dissipar-se vai ser utilizada a força”.</p> <p>-“Por vezes há uma certa corrida em termos de ter a melhor imagem ou o melhor ângulo, pondo muitas vezes em risco a nossa proteção pessoal”.</p>
E3	<p>-“Não, eu por exemplo não ouvi (...) Mais que um megafone não sei como é que se há de fazer aquilo”.</p> <p>-“cá em baixo, eu não ouvi de todo que se ia avançar”.</p> <p>-“Fazem as duas coisas ao mesmo tempo se preferível. Senão, uma delas fica para trás”.</p>
E4	<p>-“Nesta experiência assisti e penso que foram cumpridos”.</p> <p>-“É para os jornalistas que têm esse apoio da informação e porque estão mais perto de quem está a dar as ordens. Agora percebo que para centenas de pessoas que estão no meio da multidão, que quem não está nas filas da frente não perceba”.</p> <p>-“Normalmente há um misto. Na rádio, o que acontece é que somos muitas vezes confundidos com manifestantes. Há sempre indicações para estarmos identificados mas no calor do momento é sempre complicado”.</p> <p>-“Na televisão, por causa da imagem, são os que acabam por tentar arriscar mais no momento por esse efeito da imagem”.</p>
E5	<p>-“São aplicados mas não compreendidos por dificuldades de audição”.</p> <p>-“Quem enfrenta estas situações no entanto não está muito preocupado porque o objetivo é só um, mas a polícia faz esse aviso”.</p> <p>-“A própria comunicação social só agora é que se começou a aperceber que existe isso, porque não tivemos muitas situações dessas. O jornalista do senso comum, do dia-a-dia não sabe que existe esse aviso prévio que é composto por um aviso ao microfone e que a seguir segue a carga, muito menos o manifestante”.</p> <p>-“As duas coisas. Nós para nos protegermos não vamos estar no sítio da ação. Obviamente que quem tem a imagem, o trabalho é muito mais arriscado. O equilíbrio é complicado e os interesses acabam por não se compatibilizar”.</p>
E6	<p>-“Sim, todas as situações em que é dada ordem para dispersar como neste caso, foi previamente anunciado, e feitas as advertências necessárias, e até antes da carga foram lançadas granadas “flashbang “com o efeito luminoso para dar mais uma vez sinal às pessoas para saírem”.</p> <p>-“O problema é que os meios sonoros disponíveis nas FS, que são: Megafone ou os altifalantes das viaturas, em grandes massas e espaços, não funcionam”.</p> <p>-“Temos as duas coisas. Os mais experientes ou que já tiveram alguma experiência negativa, que seguem as indicações e tomam posições mais laterais. Outros, menos experientes, muitas vezes estão nas suas primeiras reportagens e querem ter o melhor trabalho e infelizmente depois põem-se no meio da multidão e obviamente que tem impactos negativos em si e no seu equipamento”.</p>
E7	<p>-“Não. Nesta manifestação, apesar de estar a poucos metros da escadaria não os ouvi”.</p> <p>-“No meu caso, que sou da imprensa escrita, procuro proteger-me num sítio em que possa ter visibilidade sobre o que vai acontecer e colocar em destaque o meu cartão 'Press'”.</p>
E8	<p>-“Nem sempre há essa informação. Mas isso compete às FS, se assim o entenderem, explicar. E aos manifestantes entenderem”.</p> <p>-“No momento não há tempo para pensar. Nenhuma situação vale a nossa segurança mas estamos no terreno para trabalhar”.</p>
E9	<p>-“Aplicados acredito que sim. No entanto compreendidos não”.</p> <p>-“Eu não ouvi alerta nenhum e eu estava cá em cima. Há ali um alerta constante, mas não consegui ouvir a mensagem e duvido que a praça por inteiro com aquela barulheira ouvisse. Quem estava à frente no entanto deve ter ouvido, aqueles que estavam a mandar pedras”.</p>

	<p>-“As duas coisas, mas depende. Eu estava em cima, não tendo que me proteger”.</p> <p>-“Tive colegas que se precisaram de esconder, uma até foi mordida por um cão, porque ficou atrás de um carro a filmar. Quem lá estava e não fugiu conseguiu boas imagens”.</p>
E10	<p>-“Creio que sim. Por vezes os manifestantes dizem até que não ouviram (...) Dependerá também do tipo de manifestante e da sua pré-disposição para acatar uma ordem deste género”.</p> <p>-“Outro fator é a sonoridade, uma vez que aquela situação é caracterizada por muito barulho dado o aglomerado de pessoas presentes e da sua contestação”.</p> <p>-“Em muitos casos descoram claramente a segurança, visto que uma boa imagem é o que vende”.</p>
E11	<p>-“São aplicados. Acredito que são compreendidos porque quando alguém com um equipamento de som diz que se está a cometer um ato ilegal e que se vai dar início à intervenção acho que é inequívoco para qualquer pessoa”.</p> <p>-“Há alguns que efetivamente tomam uma atitude de maior proteção e procuram um local que lhes permita ver o que se está a passar e garantir ao mesmo tempo a segurança”.</p> <p>-“Por outro lado, há outros que preferem estar junto aos manifestantes e correr um risco maior para eventualmente obter uma imagem mais próxima e às vezes mais chocante”.</p> <p>-“Mas penso que é uma atitude consoante os jornalistas, aqui não há nenhuma regras. Depende muito dos jornalistas”.</p>
E12	<p>-“Aplicados acredito que sim, que esses passos são todos cumpridos. Recordo-me perfeitamente as autoridades a avisarem por várias vezes”.</p> <p>-“O que pode não ter acontecido (...) é que quem estava cá atrás não ouviram. Não sei se é verdade ou não, mas os passos foram cumpridos”.</p> <p>-“Procuram as melhores imagens independentemente do risco sem dúvida”.</p> <p>-“Mas eles avisavam-nos sempre que se partissem para a carga policial não podiam garantir que vocês não sejam levados pela confusão”.</p> <p>-“Eu tinha sempre a perfeita consciência, quando ia para o outro lado do cordão policial que corria riscos de ser atingida no meio de uma eventual carga. Mas obviamente para o cumprimento do meu trabalho preferia correr esse risco”.</p>

Quadro n.º 14 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q8

Fonte: Autor

<p>Respostas à Q8</p> <p>Na manifestação em estudo, alguns jornalistas surgem claramente identificados, outros não. Em sua opinião, o uso de elementos de identificação (por exemplo coletes, ou outros de fácil visualização), deveria fazer parte da cobertura jornalística neste tipo de situação?</p>	
E1	-“Creio que sim. Uso o meu cartão de imprensa ao peito. Mas acho que nos protege, nos facilita o trabalho e sobretudo nos identifica”.
E2	<p>-“Não acho que deva ser obrigatório. Acho que deve ser uma opção do profissional”.</p> <p>-“Não creio que haja tantos benefícios como isso”.</p>
E3	<p>-“Claramente, devia, mas não conheço ninguém que o faça”.</p> <p>-“Mas é um bocado estranho porque 90% das manifestações não têm uma carga policial”.</p> <p>-“Mas sim devia haver identificação, sobretudo para os repórteres fotográficos, para os da imprensa e também da rádio, que não são tão facilmente identificados”.</p>
E4	<p>-“Acho que sim. E acho que devia ser logo de início claro até pela probabilidade que há de investida e das coisas ficarem mais complicadas”.</p> <p>-“Em termos de legislação não sei, porque acabaria por criar outro tipo de problemas como por exemplo um esquecimento do colete de identificação e não poder cumprir o meu trabalho”.</p>
E5	-“Deveria fazer parte e deveria ser obrigatório. As direções de informação só deveriam mandar gente para os teatros de operações completamente identificados, para salvaguarda do jornalista e da própria imagem do OCS”.

E6	<p>-“Sim, hoje já vimos pela Europa e mundo fora em alguns teatros de operações, jornalistas que estão bem identificados com colete e se necessário colete balístico de proteção”.</p> <p>-“A meu ver deveriam estar bem referenciados e protegidos de forma adequada à situação que decorrer”.</p> <p>-“A identificação deveria ser tipificada, a proteção vai da consciência de cada um”.</p>
E7	<p>-“Depende. No meu caso, nem sempre acho conveniente estar identificada”.</p> <p>-“É importante para o meu trabalho, por vezes, conseguir ouvir algumas conversas sem estarem influenciadas pela presença de um jornalista. Mas quando se está na eminência de um conflito, se assim o entender, o jornalista deve identificar-se, até para sua proteção”.</p>
E8	<p>-“Poderia ser uma situação a equacionar, se fosse benéfico para ambas as partes e se fosse do acordo das partes”.</p>
E9	<p>-“O uso de coletes a dizer “Press”, carros com “Press” no tejadilho, mas são situações de perigo latente, de guerra ou guerrilha e conflito armado”.</p> <p>-“Neste tipo faz-me uma certa confusão ir identificado. Eu estou a trabalhar, e posso estar a chamar a atenção a mim próprio”.</p> <p>-“A carteira profissional visível, acho que sim, mais que isso tenho dúvidas. Até nos chama à atenção, até nos colocando em risco”.</p>
E10	<p>-“Creio que sim. Para defesa dos jornalistas e também para a nossa”.</p> <p>-“Poderá ter as suas desvantagens como seja retaliação dos manifestantes ou alvo de procura para chamar à atenção de este ou aquele facto”.</p> <p>-“Seria sem dúvida vantajoso, um colete a dizer “PRESS” ou um cartão. Qualquer coisa que os identifique claramente. Sem ser imposto legalmente, porque traria complicações ao nível das imagens de marca de cada OCS”.</p>
E11	<p>-“Na minha opinião sim. Julgo que era uma forma de garantir melhores condições de segurança para o exercício da profissão. Porque estando um jornalista identificado, facilmente nós sabemos que aquela pessoa está no exercício da profissão”.</p> <p>-“Julgo que seria benéfico e seria um fator de incremento de segurança para o exercício da atividade que tivessem identificados, mas não há nenhuma regra que obrigue a isso”.</p> <p>-“Alguns usam um colete, outros um cartão de jornalista. Considero que em cenários que possa estar em causa algumas condições de segurança no exercício da atividade que deveria haver uma forma de estarem identificados”.</p>
E12	<p>-“Penso que sim. Muito pouco tempo antes desta manifestação, houve uns acontecimentos que envolveram jornalistas e FS. E penso que nesta manifestação já apareceram mais jornalistas identificados por causa dessa manifestação, porque antes não era comum”.</p> <p>-“Ainda que usemos o cartão identificativo ao pescoço é um cartão pequenino, e acho que foi isso que motivou alguns a irem identificados. Acredito que em algumas circunstâncias para segurança do jornalista sim.”</p> <p>-“Agora na CMTV por exemplo os jornalistas saem com um blazer a dizer “CMTV”, se isso se justifica porque razão não se justificará a identificação de um jornalista para um cenário destes que é mais complicado”.</p> <p>-“Como uma obrigatoriedade não, podia haver uma indicação, mas deixar ao critério dos OCS e jornalistas se adotariam ou não, mas não como lei”.</p>

Quadro n.º 15 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q9

Fonte: Autor

Respostas à Q9	
Situações de perturbação da ordem pública podem implicar riscos de segurança para os profissionais dos media. Em seu entender justificar-se-ia a existência de formação específica para esses profissionais visando esse tipo de riscos?	
E1	-“Quanto mais formação melhor. Não para estes casos específicos, embora tenha havido conversas entre o

	<p>sindicato dos jornalistas, as FS e o MAI que foram úteis”.</p> <p>–“Não precisamos assim tanto no caso da cobertura de manifestações em Portugal que são raríssimas as situações de incidentes graves mas para o resto acho que sim”.</p> <p>–“E creio que as FS ou outros, ganham em conhecer os jornalistas”.</p>
E2	<p>–“Já há essas formações, quer seja na PSP, GNR ou Exército há essa formação em cenários hostis”.</p> <p>–“Creio que poderia ser antes um Módulo nestes tipos de acontecimentos em vez de uma formação só sobre como agir nestes casos”.</p>
E3	<p>–“Sim, justifica-se. Já houve tentativas de fazer isso”.</p> <p>–“Temos pessoas que fazem mais essas áreas, mas depois levanta-se outra questão que é quem estará a trabalhar cá no dia em que há uma manifestação. E muitas vezes a pessoa que vai para a manifestação não é a pessoa que teve a formação, porque essa pessoa está de folga ou não está cá”.</p> <p>–“sobretudo tudo o que puder ser a aproximação dos objetivos de um jornalista com uma força policial é muito bem vindo”.</p>
E4	<p>–“Não deveria ser obrigatório. Cada um saberá o que fazer no seu trabalho e saber como coordenar o seu trabalho e fazer com que este seja mais frutuoso”.</p>
E5	<p>–“Devia haver e depois de ter feito essa formação fiquei a olhar para a atuação das FS de uma forma completamente diferente”.</p> <p>–“Se nós tivermos estes conhecimentos em termos de pormenores acho que é fulcral”.</p> <p>–“Não passa por legislação, mesmo no caso das identificações. Não pode ser o remédio para todos os males. Pode-se cair no erro de depois não serem cumpridas. Parte de uma consciencialização e coordenação”.</p>
E6	<p>–“Conforme já referi, a GNR já fez algumas formações e acho que deveriam continuar a convidar para fazer uma formação na qual constasse alguns princípios de relacionamento e posicionamento de elementos das FS”.</p> <p>– “Não a nível legal, mas sim um aspeto de coordenação”.</p>
E7	<p>–“Sim, claro”.</p>
E8	<p>–“Justifica-se sempre a formação para situações específicas. Mas a vida real não permite muitos “ensaios”.</p> <p>–“Essa formação deveria existir já que muitos jornalistas qua vão para o terreno, principalmente os mais novos, não sabem reagir às situações no limite”.</p>
E9	<p>–“Sim, tem havido muito pouco mas tem havido. De vez em quando organiza-se umas conferências, uns seminários, uns workshops”.</p> <p>–“Não havendo jornalistas acreditados em certas áreas isso não existe”.</p> <p>–“Eu aceito tudo, ir a palestras esclarecer como funcionamos aos profissionais das FS, etc. Ou seja, tudo o que nos ajude aproximarmo-nos faz falta”.</p> <p>–“Mas é muito difícil. Imaginemos, somos convidados pela FS mas o OCS por vezes manda um jornalista qualquer (...) mas depois se calhar nunca mais aparece numa manifestação”.</p>
E10	<p>–“Creio que era vantajoso para todos os jornalistas, mas em especial para os que cobrem este tipo de acontecimentos”.</p> <p>–“Temos o exemplo do Iraque, não havia nenhum jornalista que fosse para lá sem esta ação de formação (...) um curso que também ajudava a uma maior ligação. Conhecíamos os jornalistas com quem íamos trabalhar”</p> <p>–“O curso em si deve ter uma existência institucional, mas legal não sei se seria apropriado, até porque existem inúmeros jornalistas que cobrem uma data de eventos diferentes”.</p>
E11	<p>–“Justificar-se-ia se houvesse depois um suporte legal para que depois tivessem que usar uma identificação visual. Não havendo o contraponto da obrigatoriedade, poderá haver interesse mas ficará sempre ao critério de cada um deles”.</p>
E12	<p>–“Acredito que sim (...) Só que é feita se o jornalista quiser fazer, não é por indicação. Mas acredito que deveria existir”.</p> <p>–“Não como obrigação. Há muitos jornalistas e diferentes tipos de jornalismo e nem todos optam pela cobertura</p>

deste tipo de eventos e como tal não faz sentido que seja para todos”.

Quadro n.º 16 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q10

Fonte: Autor

Respostas à Q10 Como avalia o desempenho dos profissionais da comunicação social durante a manifestação? E como avalia a actuação das forças de segurança, na mesma manifestação?	
E1	<p>-“Globalmente achei bem. O facto de termos três canais de informação num país pequeno faz com que seja muito exagerado. Arrastaram o direto muito tempo”.</p> <p>-“Quanto à cobertura não me lembro de um caso de má informação ou mentira. Creio que foi equilibrado”.</p> <p>-“A policia avisou e interveio. Achei uma atitude completamente limpa”.</p> <p>-“Como a seguir se ter tentado apurar se houve exageros. Assim, foi possível ver que o esquema normal de fiscalização atuação da policia num Estado democrático também funcionou. O saldo foi francamente positivo para as FS e aproximou de alguma forma a CS das FS”.</p>
E2	<p>-“Boa, muito boa. Acho que foi um teste fundamental à capacidade de atuação com bom senso por parte dos jornalistas e que resultou muito bem. Estiveram à altura, com muita serenidade”.</p> <p>-“Acho que em relação às FS, temos que entender que foram horas debaixo de intensa provocação e agressão com capacetes embaciados e escudos partidos, e acho que houve muito provavelmente ali uma falta de preparação das chefias superiores”.</p> <p>-“Aqueles homens, jamais poderiam agir sem o cansaço acumulado ou a revolta que foi sendo instigada durante aquelas longas horas”.</p>
E3	<p>-“É muito difícil generalizar. Eu censuro a forma como alguns colegas meus fazem a cobertura”.</p> <p>-“Preferencialmente deveriam ser jornalistas mais ponderados a fazer este tipo de situações”.</p> <p>-“Mas seja porque estavam as televisões todas em direto, seja porque houve uma ordem direta para aguentar ou seja porque motivo for, aguentaram o que se calhar noutras circunstâncias ou noutros países não aguentavam tanto tempo. Creio que foram naquele dia muito pacientes”.</p> <p>-“O que é certo é que durante duas horas as FS aguentaram para lá do limite”.</p>
E4	<p>-“Acho que a cobertura foi exagerada, porque se cria uma enorme expectativa, não havendo razão para tal”.</p> <p>-“Creio que as FS não estiveram bem. Se eu bem me recordo a manifestação durou tempo demais (...) A ideia que ficou é que se podia ter feito muito mais. Desde início podia-se ter colocado um travão”.</p> <p>-“Acho que ali se demorou muito tempo a tomar-se uma decisão e acabou por acontecer aquilo em grande parte por culpa da polícia”.</p>
E5	<p>-“Acho que há falta de conhecimento claro por parte dos jornalistas”.</p> <p>-“Acho que há uma cota parte da culpa que é nossa, deveríamos tentar perceber melhor que fenómeno é aquele que estamos a cobrir, porque daquilo que nós contarmos vai ser pintada a opinião pública e nós temos essa responsabilidade”.</p> <p>-“As FS tentam fazer um grande esforço para que as coisas corram bem, e por vezes tentam ter uma grande paciência para fotógrafos e para quem tem câmaras de televisão”.</p>
E6	<p>-“Sempre notei uma grande cooperação entre as FS que estavam a fazer o controlo de acessos aos OCS”.</p> <p>-“Considero que as FS tomaram decisões certas em termos de manobra foram adequadas à situação, assim como o anúncio de dispersão dos cidadãos”.</p>
E7	<p>-“Confesso que não tive oportunidade de fazer essa avaliação. Estava concentrada no meu trabalho”.</p> <p>-“Como já referi, no meu caso, vivi uma situação exemplar de como um profissional do CI num momento crítico conseguiu parar o bastão a tempo e proteger um jornalista. De uma forma geral posso dizer que seria necessário encontrar uma forma de os jornalistas serem informados a tempo sobre a carga policial”.</p>
E8	<p>-“Cada profissional desempenhou a sua função”</p>

E9	<p>-“Quem está muito tempo em direto, mais tarde ou mais cedo comete erros, ou diz qualquer coisa a mais, ou que não deve. Qualquer dificuldade de um jornalista que caia numa situação destas é não dominar minimamente a linguagem ou saber mais ou menos a orgânica com aqueles moldes e contornos”.</p> <p>-“Se a pessoa não sabe quem é que compõe o cordão policial, os vários níveis de intervenção, quem são os reforços e onde estão, que força é aquela e porque aquela e não outra, porque é que a GNR está em cima das escadas e a PSP em baixo, torna-se complicado”.</p> <p>-“Nessa manifestação estariam se calhar vinte jornalistas habituados àquilo, e estariam outros vinte que era a primeira manifestação que faziam ou estavam demasiado nervosos”.</p> <p>-“Em relação às FS acho que foi gerido até ao limite. Sou testemunha que aquilo aconteceu quando me parecia inevitável, aliás há muito que me parecia inevitável”.</p> <p>-“Acho que se esperou demasiado tempo. Creio que foi tarde, ou seja, na tentativa de evitar males maiores às tantas abriu-se um precedente”.</p> <p>-“Sinto também que não foi bem acautelado o pós intervenção, porque a ocorrência se prolongou por mais algum tempo. Sou testemunha que esperaram até à ultima, aquilo foi de facto um massacre”.</p>
E10	<p>-“Uns e outros cumpriram aquilo que é definido”.</p> <p>-“De um lado pedem imagens e depoimentos, do outro lado pede-se que cumpram aquilo que devem cumprir com os patamares a serem usados de forma gradual”.</p>
E11	<p>-“Cumpriram com aquilo que é o trabalho deles, uns melhores outros piores, não me cabe no entanto julgar”.</p> <p>-“Penso que a atuação das FS que foi adequada à situação que se estava a viver. Foi a resposta que as pessoas que estavam na manifestação obrigaram a que tivesse que ser dada”.</p>
E12	<p>-“Penso que foi correta de ambos os lados”.</p> <p>-“Fomos sempre acompanhados no local por elementos da PSP que nos informou do número de feridos, detidos, desacatos e reforço. Nesta manifestação em particular houve um grande contacto entre autoridade e jornalistas no local”.</p> <p>-“Penso que respeitámos muito o que era o trabalho das autoridades no local, e estes respeitaram o nosso, avisaram-nos sempre que correríamos risco”.</p>

Quadro n.º 17 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q11

Fonte: Autor

Respostas à Q11	
Em geral, como considera ser a relação profissional entre os profissionais das forças de segurança e os profissionais dos média?	
E1	<p>-“Como qualquer organização militar ou força de segurança, a hierarquia exige ritmos e procedimentos que não são adequados ao ritmo jornalístico”.</p> <p>-“Por exemplo neste caso, se não tivémos uma série de contactos pessoais e informais com as FS, arriscamo-nos a ter que recorrer ao gabinete de RP que nos pedem para enviar um mail e para aguardar a resposta hierárquica”.</p> <p>-“Muitas vezes existe aí um desconforto em relação aos polícias, militares ou mesmo GNR. Há um procedimento que faz sentido numa hierarquia militar ou numa FS mas que não é compaginável com a necessidade de corresponder à informação e perde-se. Acho que aqui as FS perdem”.</p>
E2	<p>-“Muito boa mas é algo muito recente”.</p> <p>-“Nos últimos dez anos, quer a GNR, quer a PSP começaram a ter nos seus gabinetes de relações públicas e comunicação, pessoas mais jovens e mais experientes na área das relações públicas com formação e muito despertos para a necessidade de criar laços de cumplicidade e confiança com os jornalistas”.</p>
E3	<p>-“No que me diz respeito, ótima. Creio sim que existe uma grande lacuna nas FS, que já foi muito maior mas que continuam a ter que é a comunicação”.</p>

	<p>-“Numa situação como aquelas falta alguém que saiba explicar exactamente o que está a acontecer ou que acabou de acontecer. Mas numa linguagem que as pessoas compreendam”.</p> <p>-“Hoje em dia as FS já têm um porta voz, já têm a preocupação de escolher esse porta voz melhor, de fazer media training em alguns casos. E portanto acho que isso melhorou apesar de tudo, mas ainda há um longo caminho a percorrer”.</p>
E4	<p>-“Mas regra geral é sempre cordial, em que tentamos não nos atravessar no caminho uns dos outros e as capacidades de atuação uns dos outros”.</p> <p>-“Percebo que ali a linguagem seja um pouco mais dura, não se trata da policia do dia-a-dia mas não tenho ideia de queixas de parte a parte”.</p>
E5	<p>-“É boa mas podia ser melhor na comunicação que há. Acho que há um trabalho profundo a fazer, que já começou”.</p> <p>-“A credenciação dos jornalistas na área da segurança interna seria uma solução até porque nos responsabilizaria. O jornalista que acompanha uma determinada área tem uma responsabilidade maior, até porque temos conhecimentos que nos obrigam a ter uma leitura melhor das coisas”.</p>
E6	<p>-“Julgo ser boa. Tenho o exemplo de uma situação em que foram pousados os tripés e as câmaras e até houve ajuda por parte de uma jornalista e foi uma boa prática, evitando uma situação desagradável”.</p> <p>-“Desde que haja ponderação, educação e que cada um não queira interferir no trabalho do outro, acho que as relações são boas”.</p>
E7	-“A relação de confiança é fundamental, mas nunca se pode limitar a um porta-voz oficial. É preciso cultivar fontes a todos os níveis para que o rigor e a verdade dos factos possa ser sustentada”.
E8	-“É uma relação cordial. Sem atropelos nem investidas, de parte a parte”.
E9	<p>-“Varia, tem alturas em que é excelente, outras nem por isso. Não há uma cultura de relações normais, cordiais e frutuosas. Não basta dar-mo-nos todos bem. Tem que haver cooperação”.</p> <p>-“Dou muita importância ao enquadramento, ou seja para falar de determinado assunto eu preciso de saber, e preciso que me ajudem se eu não souber”.</p> <p>-“Há muitos gabinetes de imprensa, muitas relações públicas (...) Mas não é uma coisa muito ágil, ainda há um longo caminho a percorrer. Isto muitas vezes é mais na base da amizade ou do conhecimento entre as pessoas do que propriamente numa relação institucional”.</p>
E10	-“No geral, é boa. Nunca vivemos uma situação de descoordenação total. Claro que isto irá depender de quem está à frente das Relações Públicas das FS no dia-a-dia”.
E11	<p>-“Normal. As FS têm interesse em que a CS divulgue aquele que é o trabalho das FS, até para efeitos de prevenção. E acredito que os OCS têm interesse em fazer essas divulgação porque é uma matéria que é importante e tem impacto no cidadão”.</p> <p>-“Aqui o interesse é mútuo”.</p>
E12	<p>-“Considero que é boa porque tenho tido boas experiências. Admito que haja casos em que isso não aconteça mas trabalho diariamente com as autoridades, quer GNR ou PSP, e nunca senti que não pudesse fazer o meu trabalho mas também porque no local nós respeitamos o trabalho de cada um”.</p> <p>-“Admito que isso não aconteça sempre de parte a parte”.</p>

Quadro n.º 18 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q12

Fonte: Autor

Respostas à Q12	
Situações de elevada tensão, como a que estamos a estudar, constituem ocasiões para reforçar a valorização pública das forças policiais, ou pelo contrário, podem contribuir para uma maior crítica social das mesmas?	
E1	<p>-“Podem acontecer ambas as coisas. Se corre bem é bom, se corre mal é péssimo. Neste caso acho que as pessoas compreenderam”.</p> <p>-“o facto de se ter estado uma hora e meia, e aqui o direto ajudou, a policia a ser agredida e a ser enxovalhada,</p>

	<p>deu ao público a impressão que a policia fez o que pôde”.</p> <p>–“No entanto, temos o exemplo de tempos antes no Chiado, em que uma imagem foi fatal”.</p>
E2	<p>–“Podem contribuir para uma maior crítica sem dúvida. A partir do momento em que existe utilização de força, é normal que subitamente haja um enfoque sobre como é que foi esta atuação ou porque é que isto aconteceu, porque em último recurso de facto é utilizada a força e se ela aconteceu é preciso saber o porquê”.</p>
E3	<p>–“Não se pode generalizar, acho que cada caso é um caso. No caso da manifestação, as forças policiais não saíram mal vistas daquela situação porque o país assistiu a esta situação durante três horas ao que se passou, sendo impensável não haver uma atitude qualquer”.</p> <p>–“Por exemplo aquelas manifestações das FS na AR já dão outra imagem um bocadinho pior das FS”.</p> <p>–“Cada caso é um caso, não creio que as FS tenham saído desvalorizadas desta manifestação em estudo”.</p>
E4	<p>–“Acho que há um pouco de tudo”.</p> <p>–“Acho que há exageros, mas não deve servir para ter uma tomada de posição e para estabelecer guerrilhas internas e quem lidera e quem não lidera. E esses momentos são muitas vezes utilizados para fazer essas mudanças”.</p>
E5	<p>–“No caso em apreço é para valorização das FS. A sociedade tem consciência que eles aguentaram aquilo até ao limite”.</p> <p>–“Portanto os jornalistas têm essa ideia e a sociedade também porque nós tivemos esse cuidado de mostrar que estavam a ser ultrapassados todos os limites há tempo de mais”.</p>
E6	<p>–“As duas coisas acontecem. As pessoas têm que ter consciência não só dos Direitos, mas também entenderem o papel das FS que são pré-posicionadas ali para garantir a segurança de um órgão de soberania e naturalmente dos cidadãos”.</p> <p>–“Direitos de uns não podem interferir com a liberdade, segurança e a vida de terceiros. Sem serem aqueles grupos radicais, até tens a imagem daquela cidadã a abraçar o elemento da FS. Isso é o normal do cidadão que percebe o papel da sua polícia, que está ali para garantir a sua segurança e a sua liberdade”.</p> <p>–“Por outro lado temos o cidadão que, ao ser impedido de exercer vandalismo e ações contra o normal da vida em sociedade, naturalmente que veem a polícia de maneira diferente”.</p>
E7	<p>–“Se as forças não forem capazes de, através dos jornalistas (e, repito, não só através de um porta-voz oficial), legitimar a sua ação, o público vira-se sempre contra elas”.</p> <p>–“Mas esse trabalho de legitimação tem que ser prévio, tem de estar antes estabelecida relação de confiança entre os jornalistas e responsáveis credíveis dessas forças”.</p>
E8	<p>–“Depende sempre da gestão que é feita da situação e de como a opinião publica está preparada para entender a actuação das FS”.</p>
E9	<p>–“Depende. Por exemplo, nos incidentes do Chiado a PSP saiu muito mal (...) Aqui a opinião pública em geral acha aquilo condenável”.</p> <p>–“No entanto no dia 14 de Novembro de 2012 não creio que se tenha criticado a polícia. A polícia era a vítima ali, aguentou uma hora e tal um massacre. Só as pessoas que foram identificadas, detidas e os advogados dessas pessoas é que criticam essa atuação”.</p> <p>–“Mas haverá também sempre críticas, por exemplo nos piquetes de greve, a polícia separa quem está a impedir a passagem de viaturas numa empresa é logo criticada. Aqui a policia fez aquilo que teve que fazer, cada caso é um caso”.</p>
E10	<p>–“Não tenho dúvidas que é para reforçar a valorização pública, mas por vezes as coisas correm mal. E passam a ser situações que servem de alvo a críticas e a comentários menos bons”.</p> <p>–“Há certas situações às quais o sentimento público está muito atento. Mas sem dúvida que são situações privilegiadas para infundir confiança no público”.</p>
E11	<p>–“Para as pessoas que entendem que aquele comportamento de agressão às FS é um comportamento incorreto, a intervenção policial e o parar daquela situação leva a que haja um aumento da confiança na capacidade de</p>

	<p>atuação das FS”.</p> <p>–“Para aquelas pessoas que pensam que aquele é um comportamento correto, nunca vão estar de acordo com este tipo de atuação”.</p> <p>–“Depende do tipo de pessoas”.</p> <p>–“Nesta situação, assim como nas semelhantes, quando a atuação é proporcional, adequada, oportuna, o comum do cidadão compreende que aquela atuação mais do que ser correta é necessária”.</p>
E12	<p>–“Depende muito da ideia que uma pessoa já tem. Quem já vai à partida com a ideia que a Polícia está lá para defender o Governo, depois da carga policial diz que a polícia está lá mesmo para servir os interesses do Governo”.</p> <p>–“Quem à partida compreende a distinção entre aquilo que foi uma manifestação pacífica e depois que há pessoas que foram provocar, (...) vê que a PSP está lá a fazer o seu serviço reforça a ideia que há pessoas que não foram para ali para se manifestarem mas sim para arranjam confusão”.</p> <p>–“Creio que a manifestação não foi mudar opiniões, foi reforça-las, quer de um lado, quer do outro”.</p>

Quadro n.º 19 - Quadro de análise de conteúdo das respostas à Q13

Fonte: Autor

Respostas à Q13	
Considera ter havido nesta situação um contacto suficiente entre FS e OCS que permitisse uma atempada difusão da informação quanto aos dados da manifestação?	
E1	<p>–“Não. Foi no dia seguinte. No dia seguinte é uma eternidade. No dia seguinte aparecerem os números, é tarde demais”.</p>
E2	<p>–“Mas houve sempre este elo de conversação entre jornalistas e COMETLIS através de um ou dois Oficiais que faziam a ligação”.</p> <p>–“E sim sempre que foi requisitada a informação e mesmo quando não era, foi-nos sempre fornecida e houve sempre essa preocupação em manter a CS informada sobre os dados que são potencialmente notícia”.</p>
E3	<p>–“Não, não houve. Porque normalmente a pessoa que está apta para falar com a CS é também a pessoa que está a dar ordens (...) Podem ter um RP mas este só irá dizer o que o comandante da força lhe autorizar a dizer”.</p> <p>–“Tem havido alguém disponível para no final fazer esse balanço do número de vítimas, feridos e detidos e porque é que houve a atuação. E durante o acontecimento é sempre difícil, sendo igual a mim que estou também a trabalhar durante o acontecimento. Agora se a mensagem é bem transmitida isso é outra questão”.</p>
E4	<p>–“Tenho ideia que os dados foram revelados um pouco tarde nesse dia, mas também compreendo que seja um bocado complicado”.</p> <p>–“Depois os dados têm que ser colecionados de uma forma clara e eficaz e percebo que haja um controlo de danos no fundo. Os dados que saírem têm que ser o mais concreto possível”.</p> <p>–“Penso que nesse dia os dados saíram demasiado tarde e isso acaba por criar mais especulação. Quanto mais depressa se conseguir dar a informação melhor, até por causa dos diretos”.</p>
E5	<p>–“Houve porque o momento era crítico. Não me lembro de uma carga policial com aquela dimensão. As FS perceberam que se tinham que chegar à frente e explicar o que estava a acontecer”.</p> <p>–“Depois houve o problema das vagas de dispersão. O foco do conflito foi projetado para a periferia. Aqui os jornalistas também deixam de ter a situação confinada ao espaço. Houve um momento crítico porque quem percebe da situação sabe que a prioridade é controlar os distúrbios e não dar informação”.</p>
E6	<p>–“Sim. Sempre que os dispositivos da polícia ou os seus dispositivos mais musculados, comparecem na AR, a Direção Nacional da PSP destaca sempre alguém da sua área de RP e comunicação, exactamente para fazer a ponte e fazer esclarecimentos à CS”.</p>
E7	<p>–“No meu caso sim, se uma forma geral não”.</p>
E8	<p>–“O que aconteceu foi uma situação inusitada. Os manifestantes não desmobilizaram e isso não estava previsto”.</p>
E9	<p>–“Tirando os contactos que eu ou outros jornalistas fizemos com pessoas que conhecemos, acho que a primeira</p>

	<p>vez, no meio disto tudo, que um polícia das RP apareceu já foi depois da carga. Aparecer pessoalmente a dar uma explicação, já para dizer quais os contornos da situação”.</p> <p>-“Ou seja, passou-se ali desde as 15h00m até às 21h00m sem haver formalmente um contacto. Isto é, alguém que nos enquadrasse na situação”.</p> <p>-“Quem esteja dentro do assunto consegue dar uma ideia razoável, agora quem não tem, quando o assunto se esgota vem o disparate. Nem que não fosse em direto, mas alguém que explicasse os contornos. Por exemplo, a lei, os avisos, o tipo de força e o balanço”.</p>
E10	<p>-“Não sabendo pormenores, estou em crer que sim. Procura-se sempre um bom relacionamento com os OCS, mas por vezes, por força da operação não é possível uma comunicação constante”.</p> <p>-“Daí a importância da comunicação prévia, porque assim já os OCS saberão com o que contar consoante a situação”.</p>
E11	<p>-“Nesta manifestação como noutras, sobretudo as de maior dimensão, mantemos sempre alguém que se constitui como ponto de contacto para a CS. Este polícia vai respondendo às questões que as pessoas vão colocando, dentro dos limites que são os factos que podemos divulgar (...) dentro daquela regra de nunca prestar informações que não estejam confirmadas e tenham alguma obrigatoriedade de proteção da nossa parte”.</p> <p>-“Neste caso, alguns OCS procuram imagens em espaços onde não estamos. Se houve o contacto suficiente não sei mas foi da nossa parte disponibilizado para que pudesse acontecer”.</p>
E12	<p>-“Durante a manifestação correu tudo muito bem apesar da confusão que se instalou, no pós manifestação quando queríamos confirmar os dados aí sim gerou-se alguma confusão e devia ter havido mais contacto entre os OCS e as autoridades”.</p>

Apêndice K

Análise às respostas das entrevistas

Tabela n.º 2 – Análise das respostas à Q1.

Fonte: Autor

Ideias Chave	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	F	%
O contacto parte dos jornalistas de modo informal e tem o intuito de saber os contornos da manifestação.	X	X		X	X	X	X				X	X	8	67
Não há contactos prévios entre FS e jornalistas.			X			X		X	X		X	X	6	50
O contacto parte das FS, de modo formal, apenas em grandes eventos oficiais com grande impacto.		X	X					X	X	X	X		6	50
Alguns jornalistas têm já informações sobre os contornos da manifestação.	X		X										2	17

Tabela n.º 3 – Análise das respostas à Q2.

Fonte: Autor.

Ideias Chave	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	F	%
Existe um único espaço criado pela FS para a presença e trabalho dos jornalistas junto ao Palácio dentro do cordão policial.	X	X	X	X		X	X	X	X		X	X	10	83
Os jornalistas têm que mostrar a carteira profissional para ter acesso ao espaço dentro do cordão policial.				X		X						X	3	25
Consoante o desenvolvimento da situação, e os meios de comunicação, os jornalistas tanto usam o espaço reservado pelas FS como vão para o meio dos manifestantes.	X	X	X		X				X				5	42
Os jornalistas têm total liberdade para se deslocarem como quiserem, mas para outro local que não seja o espaço destinado pelas FS, estão por sua conta e risco.	X		X	X		X	X		X		X		7	58
O espaço não é adequado por não proporcionar muita mobilidade e estar longe dos acontecimentos.			X						X	X			3	25
O espaço é adequado e proporciona boas condições para o trabalho dos jornalistas e das FS.				X		X		X			X	X	5	42
Devia haver mais conhecimento da situação por parte dos jornalistas na matéria, quer por formação					X	X			X	X			4	33

própria ou contactos com a FS.														
--------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Tabela n.º 4 – Análise das respostas à Q3.

Fonte: Autor.

Ideias Chave	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	F	%
A lei é clara quanto a obrigações e direitos de jornalistas e FS, não havendo problema se as partes cumprirem o que existe tipificado.	X				X	X	X				X		5	42
Não deveria ser mudado nada a nível legal. Poderia tornar-se excesso de legislação e condicionar a ação de um jornalista.		X	X			X			X	X			5	42
Não existe nada específico na lei sobre a relação entre jornalistas e FS no tipo de manifestação em estudo.		X	X	X					X			X	5	42
A única obrigação que está na lei é o porte da identificação de jornalista.		X										X	2	17
Poderiam ser consideradas alterações no sentido de melhorar o aspeto da identificação visível dos jornalistas.			X	X		X							3	25
Não Responde.								X					1	8

Tabela n.º 5 – Análise das respostas à Q4.

Fonte: Autor.

Ideias Chave	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	F	%
A maior dificuldade de ambas as profissões é não interferir no trabalho uns dos outros.					X		X	X					3	25
Maior dificuldade das FS														
A maior dificuldade das FS é garantir a segurança do jornalista travando o ímpeto derivado da sua função.		X	X	X					X			X	5	42
A maior dificuldade das FS é distinguir um jornalista de um manifestante.		X										X	2	17
A maior dificuldade das FS é o grau de imprevisibilidade do manifestante, tentando manter o equilíbrio entre proteger o cidadão e sofrer de agressões e insultos.			X	X		X					X		3	25
Maior dificuldade dos jornalistas														
A maior dificuldade dos jornalistas é obter a informação fidedigna relativamente aos dados e pormenores da manifestação.		X		X	X				X				4	33
A maior dificuldade dos jornalistas é desempenhar a sua função sem ser confundido polícia com um manifestante por parte das FS.		X				X						X	3	25
A maior dificuldade dos jornalistas é tentar estar no	X	X	X		X	X			X	X			7	58

centro dos acontecimentos e/ou descrever a situação com objetividade.														
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Tabela n.º 6 – Análise das respostas à Q5.

Fonte: Autor.

Ideias Chave	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	F	%
Produce efeitos nos dois lados.	X	X	X		X				X	X		X	7	58
Produce efeitos na atuação policial, fazendo com que esta seja mais regrada e contida.	X	X	X				X	X					5	42
Produce efeitos nos manifestantes, fazendo com que estes intensifiquem o seu protesto e pratiquem mais intensamente atos de violência, principalmente à hora dos diretos e noticiários.		X	X		X	X		X	X	X	X	X	9	75
Produce efeitos na intensificação dos protestos e consequentemente na ação e movimentos das FS.									X	X		X	3	25
A CS produce efeitos na manifestação em geral, fazendo com que a maior parte das manifestações existam e tenham a duração que têm.			X		X		X						3	25
Produce efeitos na opinião pública depois da manifestação.			X	X									2	17
Não produce efeitos na ação policial.						X					X		2	17

Tabela n.º 7 – Análise das respostas à Q6.

Fonte: Autor.

Ideias Chave	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	F	%
Não existem comportamentos específicos, sendo como qualquer outra reportagem.	X		X	X	X	X		X	X				7	58
Depois de algumas situações que envolveram jornalistas e FS, foi debatido o uso de elementos de identificação visíveis por parte dos jornalistas e/ou cuidados a ter em termos de segurança.	X				X	X				X			4	33
O jornalista tem que estar onde está o acontecimento, adaptando-se e avaliando o risco consoante a situação.		X	X		X	X		X	X			X	7	58
O jornalista tem total liberdade, vai depender do meio de comunicação.	X			X			X		X	X	X	X	7	58

Tabela n.º 8 – Análise das respostas à Q7.

Fonte: Autor.

Ideias Chave	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	F	%
--------------	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	---	---

Procedimentos Legais														
Os procedimentos foram aplicados.	X	X		X	X	X			X	X	X	X	9	75
Os procedimentos não foram escutados.			X	X			X	X	X	X			6	50
Os procedimentos não foram compreendidos porque não foi possível ouvi-los devido à má qualidade sonora do aparelho utilizado.		X			X	X							3	25
Quem quiser consegue aperceber-se da eminência de uma vaga de dispersão.	X	X			X			X		X	X		6	50
Os procedimentos são escutados apenas por quem está perto das FS.				X					X			X	3	25
Comportamentos e atitudes decorrentes da vaga de dispersão														
Depende do meio de comunicação e/ou intenção e experiência do profissional.	X			X	X		X		X		X		6	50
Procuram as melhores imagens independentemente do risco.		X								X	X	X	4	33
Procuram as melhores imagens ao mesmo tempo que se protegem da investida.			X	X	X	X		X	X		X		7	58
Procuram proteger-se e mostrar a identificação.							X						1	8
São muitas vezes confundidos e atingidos.	X			X		X			X				4	33

Tabela n.º 9 – Análise das respostas à Q8.

Fonte: Autor.

Ideias Chave	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	F	%
Deveriam ser utilizados elementos de identificação.	X		X	X	X	X				X	X	X	8	67
Deveria ser utilizado um colete refletor com as letras “PRESS”, trazendo vantagens para os jornalistas e FS.	X				X	X				X	X	X	6	50
Não deveria ser considerado nada com carácter obrigatório. Deve ser opção do profissional e/ou com a coordenação das FS.		X		X			X	X		X	X	X	7	58
O uso de elementos de identificação não é benéfico para a atividade do jornalista. Apenas em caso de conflito armado.		X					X		X	X			4	33
Deveria ser obrigatório o uso de elementos que identificasse inequivocamente o jornalista nestas manifestações.					X	X							2	17
O uso da carteira profissional não é facilmente visível.	X											X	2	17

Tabela n.º 10 – Análise das respostas à Q9.

Fonte: Autor.

Ideias Chave	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	F	%
--------------	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	---	---

Deveria haver formação para os jornalistas neste tipo de situações, sendo uma vantagem para o jornalista que olha para o evento e os seus pormenores com outro conhecimento.	X	X			X		X	X		X			6	50
Todo o tipo de formação é bem-vinda, contudo, nem sempre é a mesma pessoa que cobre estes acontecimentos, sendo impossível abranger todos os jornalistas.			X					X	X	X		X	5	42
Este tipo de formação é sempre positiva porque aproxima os OCS e as FS.	X		X			X			X				4	33
Não deveria ser considerado nada a nível Legal, apenas a partir de uma coordenação ou ficar ao critério do jornalista.				X	X	X				X	X	X	6	50
Já houve algumas formações com as FS.		X	X		X	X			X				5	42

Tabela n.º 11 – Análise das respostas à Q10.

Fonte: Autor.

Ideias Chave	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	F	%
Ambos desempenharam corretamente as suas funções.						X		X		X		X	4	33
Atuação Força de Segurança														
A atuação da FS foi profissional e dentro da legalidade.	X				X	X	X			X	X	X	7	58
A atuação da FS foi demasiado contida tendo em conta o nível de violência dos manifestantes.		X	X	X					X				4	33
Demasiado tempo naquela situação pode provocar uma atuação menos racional.		X							X				2	17
Atuação dos profissionais dos média														
Os OCS fizeram uma cobertura exagerada e por vezes pouco ponderada.	X		X	X									3	25
Os profissionais dos média desempenharam as suas funções com muito bom senso.	X	X								X	X	X	5	42
Não é possível fazer essa avaliação.							X						1	8
Quando se está muito tempo em direto, acaba-se por cometer erros, principalmente quem não tem a informação ou conhecimento específicos nestas situações.					X		X		X				3	25

Tabela n.º 12 – Análise das respostas à Q11.

Fonte: Autor.

Ideias Chave	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	F	%
É uma boa relação, acima de tudo cordial.	X		X	X	X	X		X		X	X	X	9	75
Os procedimentos	X						X		X			X	4	33

inerentes à atividade das FS não são muitas vezes compatíveis com os OCS, tendo que recorrer ao contacto informal.														
Tem havido um esforço e uma evolução notória por parte das FS.		X	X		X				X		X		5	42
Ainda há um longo caminho a percorrer para colmatar a lacuna na comunicação. Ainda é uma relação muito institucional, terá que haver mais coordenação.			X		X		X		X				4	33

Tabela n.º 13 – Análise das respostas à Q12.

Fonte: Autor.

Ideias Chave	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	F	%
Podem acontecer as duas coisas. Vai depender da situação.	X		X	X		X			X	X			6	50
Quando existe o uso da força, pode sempre contribuir para uma maior crítica social.		X					X		X				3	25
Neste caso depois de tanto tempo sob protestos e agressões, a FS passou a imagem de que fez o que era necessário. Não saiu desvalorizada.	X		X		X				X		X		5	42
Houve situações anteriores que serviram para desvalorizar muito a atuação das FS.	X		X						X				3	25
A crítica positiva ou negativa vai depender da mentalidade, cultura e bom senso do cidadão e sobretudo da forma que este escolhe para se manifestar.						X		X			X	X	4	33

Tabela n.º 14 – Análise das respostas à Q13.

Fonte: Autor.

Ideias Chave	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	F	%
Não houve uma ligação suficiente por parte das FS.	X						X						2	17
Houve uma ligação constante entre o comando da operação e os OCS, havendo total disponibilidade para fornecer informações possíveis.		X				X				X	X	X	5	42
Houve uma disponibilidade para prestar esclarecimentos por parte das FS apenas no final do acontecimento.				X					X				2	17
Não foram fornecidos dados e informações de modo constante derivado da situação delicada do momento e por forma a conseguir que esses dados			X	X	X			X				X	5	42

fossem confirmados.														
Derivado do facto de não serem fornecidas informações durante a manifestação, muitos dos jornalistas recorreram a contactos informais.							X		X				2	17

Apêndice L

Fotografias tiradas na observação da manifestação de 10 de julho de 2014



Figura n.º 5 - Fotografia que mostra o local para a presença e trabalho dos profissionais dos órgãos de comunicação social

Fonte: Autor.



Figura n.º 6 - Fotografia que mostra a visão de um profissional dos órgãos de comunicação social no local destinado para a sua presença e trabalho

Fonte: Autor.

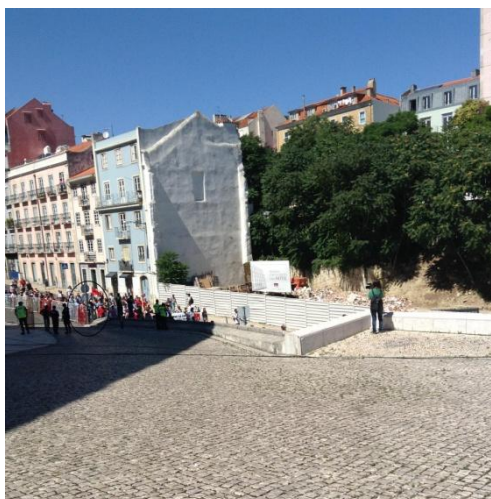


Figura n.º 7 – Fotografia que mostra o local destinado ao acesso dos profissionais dos órgãos de comunicação social ao local destinado para a sua presença e trabalho dentro do cordão policial

Fonte: Autor.

Apêndice M

Ilustração dos meios das forças de segurança, órgãos de comunicação social e manifestantes



Figura n.º 8 – Ilustração dos factos observados na manifestação de 10 de Julho de 2014

Fonte: Autor

Apêndice N

Exemplo de um meio de fácil identificação do profissional dos órgãos de comunicação social



Figura n.º 9– Exemplo de um meio de fácil identificação do profissional dos órgãos de comunicação social

Fonte: Fotografia tirada a colete com as letras “PRESS” inscritas de jornalista entrevistado

Anexos

Anexo A

Registo do n.º de manifestações em frente à Assembleia da República em 2012

MANIFESTAÇÕES 2012				
MÊS	Nº MANIF.	SEM INCIDENTES	COM INCIDENTES	
JANEIRO	3	3	---	
FEVEREIRO	4	4	---	
MARÇO	4	4	---	
ABRIL	4	4	---	
MAIO	5	5	---	
JUNHO	2	2	---	
JULHO	11	11	---	
AGOSTO	4	4	---	
SETEMBRO	12	10	2	15SET (19H45/04H00) 29SET (18H15/23H00)
OUTUBRO	20	17	3	13OUT (17H55/19H30) 15OUT (17H15/02H30) 31OUT (13H55/23H00)
NOVEMBRO	20	19	1	14NOV (14H25/21H30)
DEZEMBRO	5	5		
TOTAL	94	88	6	

ATUALIZADO DIA 03JAN13

Figura n.º 10– Registo do n.º de manifestações em frente à Assembleia da República

Fonte: Gabinete de Segurança da Assembleia da República

Anexo B

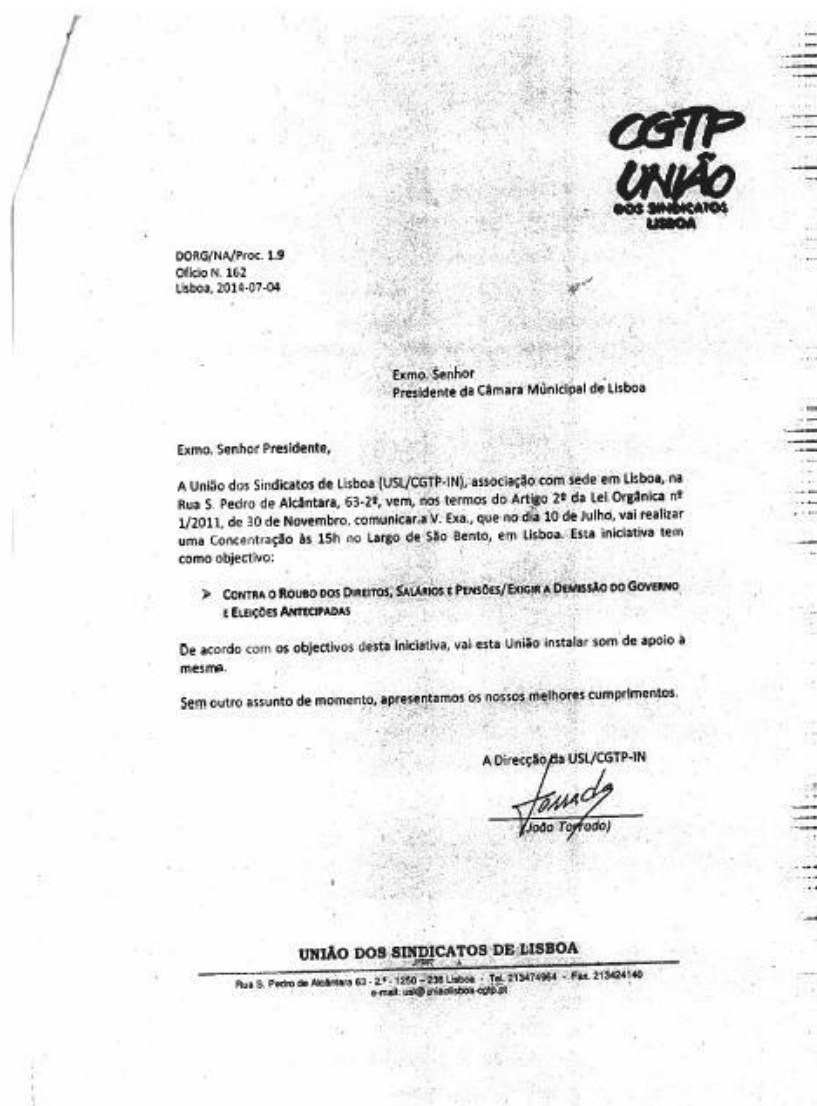
Cidadã abraça elemento das forças de segurança



Figura n.º 11- Cidadã abraça elemento do Corpo de Intervenção da PSP, em 15 de Setembro de 2012

Fonte: <http://www.joaocerveira.pt/?p=332>

Anexo C

Notificações da estrutura sindical CGTP e Câmara Municipal para a realização da manifestação de 14 de Novembro de 2012**Figura n.º 12– Notificação da CGTP enviada à Câmara Municipal de Lisboa****Fonte: Gabinete de Segurança da Assembleia da República**

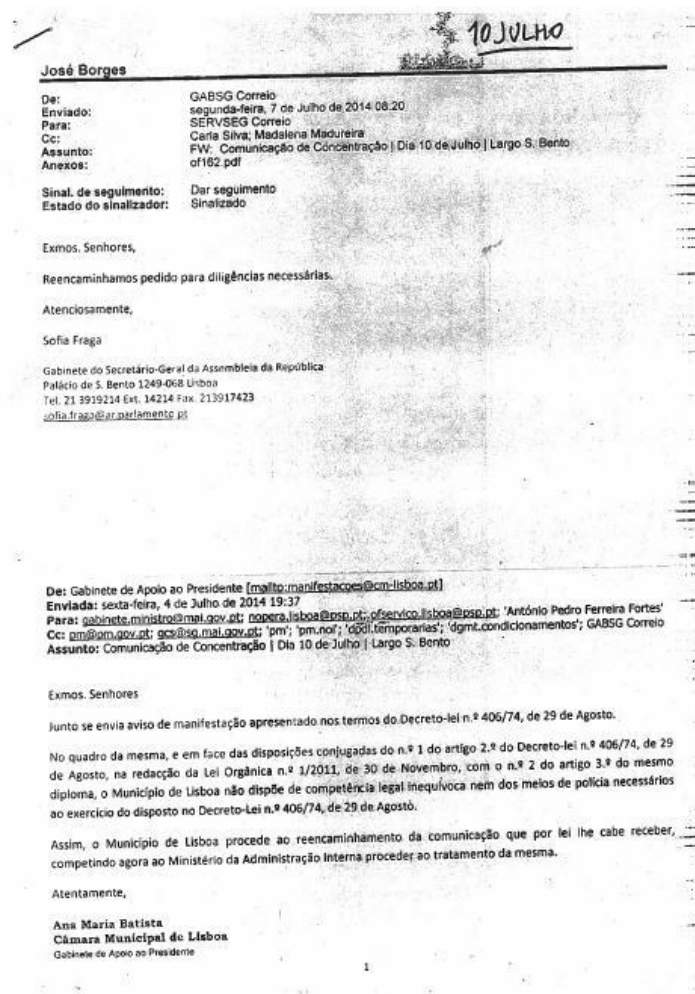


Figura n.º 13— Notificação da Câmara Municipal de Lisboa enviada ao Gabinete de Segurança da AR

Fonte: Gabinete de Segurança da Assembleia da República

Anexo D

Manifesto da manifestação de 10 de Julho de 2014

Manif Nacional *todos a Lisboa!*
10 JUL
Desfile para Assembleia da República
14h30
Participa!
Defender a Contratação Colectiva!
CGTP
Pré-concentrações:
M. de Pombal
 (Administração Pública central, regional e local)
Cais do Sodré
 (Sector privado, Empresarial do Estado, Interjovem e Inter-Reformados)
JULHO 2014

CONTRA O ROUBO DOS DIREITOS, SALÁRIOS E PENSÕES
 O governo destruiu sectores produtivos, promoveu o desperdício dos recursos nacionais, alienou empresas e sectores estratégicos, transferiu instrumentos de gestão e planeamento económico nacionais para UE, tudo agravado com o Tratado Orçamental, originando estagnação e recessão económica, défices estruturais e público e dependência externa que fazem perigar a independência e soberania nacionais.

O estado de definhamento em que a política de direita mergulhou o país e as medidas de "austeridade" que foram impostas para aumentar a exploração dos trabalhadores e o empobrecimento do povo, agravaram todos os problemas sociais, reflectidos num desemprego crescente e no alastramento, sem precedentes, da pobreza, da miséria e da exclusão social.

Afirmar os valores de Abril!

Figura n.º 14 – Manifesto da manifestação de 10 de Julho de 2014

Fonte: Manifesto-manifestacao-10-julho, 17, julho, 2014, de:

<http://www.cgtp.pt/comunicacao/comunicacao-sindical/7496>